



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

TEDSE SILVA SOARES DA GAMA

**OS MANIFESTOS DA CULTURA E RESISTÊNCIA FACE À OCUPAÇÃO
COLONIAL NA GUINÉ DITA PORTUGUESA 1963-1973**

FORTALEZA

2022

TEDSE SILVA SOARES DA GAMA

OS MANIFESTOS DA CULTURA E RESISTÊNCIA FACE À OCUPAÇÃO
COLONIAL NA GUINÉ DITA PORTUGUESA 1963-1973

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Área de concentração: Cultura e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G1m GAMA, Tedse Silva Soares da.
Os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa 1963-1973 / Tedse Silva Soares da Gama. – 2022.
113 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2022.
Orientação: Prof. Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard.

1. Colonização. 2. Resistência. 3. Libertação. 4. Cultura. 5. Independência. I. Título.

CDD 900

À memória da minha querida avó, Quinta da silva, mulher vendedeira e batalhadora, a quem devo muito respeito e consideração. Jamais esquecerei da sua grandiosa atitude de vender duas argolas (brincos) de ouro para que eu pudesse ingressar no ensino superior. Hoje, estou feliz por conseguir chegar ao mestrado graças a você. Gostaria que pudesse vivenciar todas as minhas conquistas. Receba com amor e carinho essa conquista que é fruto da sua contribuição. Haveremo-nos de encontrar no mundo ancestral.

AGRADECIMENTOS

Aos meus ancestrais, pela proteção, pela saúde, e pelo livramento de situações indesejáveis durante estes sete (7) anos na República Federativa do Brasil;

A minha querida mãe, Argentina da Silva, que sempre preocupou com o meu desempenho acadêmico e pelas mensagens de sempre: *kuma ku bu sta*¹? Obrigado pelo cuidado desde os momentos mais difíceis dessa trajetória;

A minha avó Quinta da Silva, meu profundo agradecimento não cabe nesse trabalho, mas, este é uma das formas de homenagear e honrar a sua memória, de forma abrangente a minha família pelos conselhos dados;

Agradeço a minha pessoa pela dedicação e esforço durante o período conturbado de COVID-19, determinação pelo foco nos estudos e consideração por nunca ter desviado dos meus objetivos;

Ao meu padrasto, João Saldanha Ribeiro, e a minha tia, Antónia da Silva, pelo apoio desde ensino médio;

Ao Henrique dos Reis, por ter assinado o termo de responsabilidade que me possibilitou entrar no solo brasileiro;

Ao meu orientador, professor Dr. Franck Pierre Gilbert Ribard, pela sua contribuição durante esta caminhada;

A professora Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro e ao professor Leandro Santos Bulhões de Jesus, por terem participado da banca de qualificação;

Aos professores do programa e colegas estudantes, que de certa forma contribuíram no trabalho durante as avaliações do projeto na disciplina de Metodologia e II, especialmente ao Maurício Wilson Silva por ter contribuído com as referências e ideias na construção do texto de qualificação;

Ao Estado brasileiro pela oportunidade de seguir os meus estudos acadêmicos e a todos/as professores/as da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, minha casa favorita, onde se deu início a essa trajetória;

Ainda que a construção do projeto desta pesquisa seja o fruto do meu esforço, não deixo de registrar a contribuição do professor José Josberto Montenegro Sousa, por ter disponibilizado o seu tempo para me dar orientação sobre a prova no processo

¹ Como é que você está?

seletivo para ingressar no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará – UFC;

Ao meu tio, Mário Silva Júnior (Puntchu), pela hospedagem durante dois meses e meio em Bissau para fins de pesquisa.

Ao Ezequiel da Silva (tio N'ni) e ao Osvaldo Augusto Fonseca, por terem possibilitado o meu retorno ao Brasil, visto que após ter concluído os trabalhos de pesquisa em Bissau, tinha que voltar ao Brasil, no entanto, no momento de regresso, fui barrado no aeroporto de Guiné-Bissau por motivos de documentação;

Aos meus entrevistados: Crisólogo Martinho Mendes e o músico Tino Trimo, pelos contatos feitos, talvez se fosse apenas para caminhar com os meus pés não seria possível encontrar algumas personalidades;

Aos meus/minhas amigos/as e colegas que desde o início da vida universitária no Brasil me ajudaram a superar as dificuldades na nova realidade de estudo;

A minha história foi/é marcada pelos apoios de diversos quadrantes, de modo geral, agradeço todos/as que em algum momento me apoiaram. Se tivesse que descrever todos, certamente a súmula de nomes seria maior, portanto, em jeito de carinho digo, meu muito obrigado, pois vocês construíram o meu tempo.

Levando em consideração que “falar uma língua é assumir um mundo, uma cultura”, (FANON, 2008, p.50). Teria gostado de poder escrever este trabalho na minha língua nativa, língua guineense (uma das várias línguas que o colonizador, baseando na sua visão europeia imperialista e racista chamou de Kriol. Essa postura simboliza a resistência e, ao mesmo tempo, valorização de uma identidade ignorada ao longo dos séculos. No sentido de enriquecer o trabalho, trago algumas frases em língua guineense.

RESUMO

O país conhecido hoje como Guiné-Bissau fazia parte da antiga colônia portuguesa, que foi invadido pelo Portugal há vários séculos e que conquistou a sua independência em 24 de setembro de 1973, através da Luta de Libertação Nacional. Percebe-se, no entanto, que uma grande parcela, de cidadãos guineenses carregam seus atributos devido ao valor de pertencimento étnico, onde os mesmos valores contribuíram de forma significativa na rejeição das práticas culturais portuguesas. Nesse ensejo, o presente trabalho cujo tema: *os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa 1963-1973* objetiva-se compreender os processos de resistências e suas dinâmicas culturais na Guiné dita “portuguesa”, face à incorporação dos valores culturais portuguesa nesta sociedade, que apresenta um mosaico cultural espalhado por todas as regiões pertencentes a este território.

Palavras-chave: colonização; resistência; cultura; libertação; independência.

ABSTRACT

The country known today as Guinea-Bissau was part of the former Portuguese colony, It was invaded by Portugal several centuries ago and gained its independence on September 24, 1973 through the National Liberation Struggle. However, It is noticeable that all Guinean citizens carry their attributes due to the value of ethnic belonging, where the same values contributed significantly to the rejection of Portuguese cultural practices, thus, this work whose theme: The manifestations of culture and resistance to colonial occupation in the so-called Portuguese Guinea 1963-1973, aims to understand the processes of resistance and its cultural dynamics in the so-called "Portuguese" Guinea, against the incorporation of Portuguese cultural values in this society, which has a cultural mosaic spread throughout all regions belonging to this territory.

Keywords: colonization; resistance; strife; liberation; independence.

RUSUMU

Pais ki aós i ta tchomadu Guiné-Bissau i fasiba parti di antigu kolon portuguis, portuguisis toma konta del pa manga di tempu. Pais konkista si independensia na 24 di setembru di 1973 pa luta di libertason nasional. Na kil tera kada guinensi tene si manera di sedu, pabia di balur i sintimentu ke tene pa etnia ki e pertensi, n'de ki es buluris djuda pa e nega pratikas di kultura purtuguis. Pa kila, e tarbadju tené suma tema: *Manifestus di kultura i risistensia pabia di okupason purtuguis di 1963 até 1973*, i tené suma objetivu ntindi maneras di risistensia i diferentis kulturadas ku temba na kil tempu, otcha tera ta tchomaduba di Guiné “purtuguis”. Pabia di tenta entrada balurisdi kultura purtuguis na sosiedadi guinensi, ku tené diferentis kulturadas ku spalia pa tuduregions ku pertensi teritoriu di tera².

Palabras ku tá identifika tarbadju: kolonizason; risistensia; kultura; libertason; independensia.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Localização do porto de <i>Pindjiguiti</i> em Bissau..... | 35 |
| Figura 2 - Mensagem do Partido Africano para Indenpendência de Guiné e Cabo Verde sobre prisão dos seus agentes..... | 39 |
| Figura 3 - Representação do sagrado no contexto da espiritualidade africana..... | 58 |
| Figura 4 - <i>Polon</i> – árvore de grande porte | 61 |
| Figura 5 - Nota de esclarecimento do Partido Africano para Indenpendência de Guiné e Cabo Verde sobre reorganização do partido..... | 78 |
| Figura 6 - Carta da Proclamação da Independência unilateral da Guiné-Bissau..... | 95 |

LÉXICO DE PALABRAS EM *KRIOL* (língua Bissau-guineese)

Kuma ku ku sta – como é que você está?

Pindjiguiti – nome de porto em Bissau

Mecihu – amuleto

Irã – nome de um espírito

Muru – vidente

Djambakus – curandeiro

Camaradas – nome para inibir estratificação social

Mantchadu – utensílio de trabalho

Tugas – nome para designar os portugueses

Polon – árvore de grande porte

Djumbai – espaço de entretenimento

Mandjuandadi – grupo de confraternização

Moransa – vilarejo numa aldeia

Tabancas – aldeia

Baloba – espaço para realização de cerimónias e cultos ancestrais

Puder tem – existe poder espiritual

Bumbulum – instrumento de comunicação

Nhaheru – instrumento musical

Siko – instrumento musical

Kriol – língua falada na Guiné-Bissau

Djiu di galinã – ilha das galinhas

Ntchanga – nome pessoal

Ermom – irmão

Anós – nós

Tropa – militar

SUMÁRIO

| | | |
|-----|--|-----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | OS PRIMÓRDIOS E EFERVESCÊNCIA DA RESISTÊNCIA | 26 |
| 2.1 | Nova fase da invasão portuguesa fundamentado nas determinações da Conferência de Berlim | 29 |
| 2.2 | Massacre de Pindjiguiti como estopim para a Luta de Libertação Nacional | 32 |
| 2.3 | Mobilização dos grupos étnicos para a Guerra de Libertação Nacional | 37 |
| 3 | A GUERRA PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL DA GUINÉ DITA PORTUGUESA | 45 |
| 3.1 | Tite como ponto de partida e o alastramento combate..... | 50 |
| 3.2 | Uso de mecinhu, figura de <i>Irã</i> , <i>Muru</i> e <i>Djambakus</i> no contexto da guerra | 57 |
| 3.3 | A contribuição da Cantiga no contexto da luta..... | 69 |
| 3.4 | As dificuldades durante a guerra..... | 75 |
| 4 | RESISTÊNCIA UNIFICADA E CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA..... | 81 |
| 4.1 | Unidade na diversidade como símbolo da resistência | 82 |
| 4.2 | A contribuição do Pan-africanismo e do nacionalismo africano | 87 |
| 4.3 | A vitória baseada na resistência cultural | 91 |
| 4.4 | A transição histórica, da Guiné dita portuguesa à Guiné-Bissau | 94 |
| 5 | CONSIDERAÇÃO FINAL | 102 |
| | REFERÊNCIAS..... | 104 |
| | APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS | 111 |
| | APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP..... | 112 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar a continuidade da proposta investigativa iniciada por mim em dois mil e dezesseis (2016), no Curso de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)³, cujo tema era **Processo de Resistências Culturais na Guiné dita “portuguesa”**⁴.

Navegando nos ideais do nacionalismo que visam valorizar as culturas locais, surgiu em mim a necessidade de compreender a história no âmbito da cultura Bissau-guineense, pois, parte-se do pressuposto de que todos os cidadãos guineenses carregam seus atributos devido ao valor de pertencimento étnico. Os referidos fatos evidenciaram o motivo pela escolha do referido tema.

Após a escolha do tema, minhas inquietações aumentaram tendo em conta a ausência nos conteúdos curriculares dos assuntos que abordam as diversidades culturais Bissau-guineense, suas contribuições, riquezas e valorização tanto no cenário nacional quanto no cotidiano escolar, cuja engenharia destas representações aparecem com evidência. Importa salientar que, o ensino a que me foi passado ainda versa pelos saberes e epistemologias ocidentais, de forma direta, os do colonizador português.

Desta forma, no meu percurso estudantil na Guiné-Bissau, não tive oportunidade de estudar e, ao mesmo tempo, conhecer a História do meu país, devido a carência de uma política que torne obrigatório o ensino de História local,⁵ que incorpore as diversidades culturais presentes neste território. Assim sendo, as culturas estrangeiras têm influenciado de forma drástica o modo de viver do guineense (comportar, vestir e enxergar o mundo).

³Criada em 2010, a partir da lei Nº 12.289, sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Itamaraty em Brasília. A UNILAB tem sede em Redenção (CE) e ainda possui um campus na cidade São Francisco do Conde (BA), pensada como a forma de aproximar o Brasil com os países Africanos de Língua Portuguesa e Timor-Leste, com o intuito de promover o intercâmbio acadêmico e cultural a partir de um viés de cooperação Sul-Sul. A Universidade que me abriu portas ao mundo possibilitando a compreensão das discussões voltadas à África.

⁴O uso de aspas na palavra portuguesa demonstra o reducionismo de Portugal devido à apropriação do território conhecido hoje como Guiné-Bissau.

⁵O Estado guineense garante na constituição da república, artigo 17º de princípios fundamentais – da natureza e fundamentos do Estado – criar condições para valorização da cultura, algo que não tem vindo a acontecer, consequentemente o não ensino da História e cultura guineense.

Inicialmente, o trabalho foi pensando na possibilidade de uma vivência histórica, na qual seria possível elucidar a contribuição da cultura local assente nas resistências promovidas pelos distintos grupos étnicos no processo de Luta de Libertação Nacional, fato desconhecido por um número considerável de guineenses.

Diante de inúmeras considerações a respeito do trabalho, surgiu a necessidade de incorporar novas demandas que possibilitem maior compreensão sobre o tema inicialmente proposto. Desse modo, a pesquisa aparece com um novo tema: **os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa (1963 a 1973).**

Desta feita, o presente estudo apresenta um recorte temporal do ano 1963 a 1973. Isso deve-se à necessidade de não estudar todo processo que envolve resistências africanas, mas só o contexto guineense, onde objetiva-se compreender os processos de resistências e suas dinâmicas culturais na Guiné dita “portuguesa”. De salientar que, o recorte temporal também enquadra um marco importante no processo de disputa colonial entre o colonizador/colonizado e, conseqüentemente, as fases mais agudas das resistências.

A data de 1963 refere-se ao início da Luta armada. Depois de fracassos em encontros de negociação, tendo em conta o desinteresse de Portugal e ainda as ameaças aos que contestavam o regime, os combatentes decidiram pegar as armas para libertar o país do jugo colonial. Já o ano de 1973 representa o marco da independência que dita o fim da ocupação colonial, depois de aproximadamente onze (11) anos de Luta armada. Desta forma, a Guiné dita portuguesa conheceu oficialmente um novo nome: Guiné-Bissau. As temporalidades referenciam o nacionalismo africano assente na emancipação de todo o continente, através dos diferentes tipos de resistências que culminaram com as independências africanas.

Cabe mencionar que, não me interessa descrever todos os acontecimentos do processo invasivo, pois, a abordagem cinge nos grandes marcos que considero relevantes para o trabalho. É perceptível algumas nuances quanto às temporalidades, ou seja, um trabalho que versa fundamentalmente pela guerra de libertação nacional, porém aponta algumas discussões fora do recorte estabelecido. A discussão contextual fora do recorte visa apresentar os antecedentes históricos.

Para compreender os manifestos da cultura e resistência que resultou na guerra pela Luta de Libertação Nacional, a pesquisa traz uma pequena

contextualização com vista a atender as problemáticas deste trabalho e situar no tocante aos motivos que ocasionaram a resistência face à presença portuguesa.

Esses apontamentos servem de base para enquadrar as resistências no processo da guerra de Libertação Nacional para a libertação da então colônia portuguesa.

Tendo ciência desses elementos, o trabalho apresenta como objetivo geral compreender os processos de resistências e suas dinâmicas culturais na Guiné dita portuguesa, um território com diversos grupos étnicos espalhados nas diferentes regiões; tendo como objetivos específicos: entender as circunstâncias que motivaram as resistências face à ocupação portuguesa; analisar os manifestos de resistências culturais face à ocupação portuguesa na Guiné dita portuguesa; valorizar a contribuição das manifestações culturais e espirituais no contexto da Luta de Libertação Nacional.

Com o intuito de compreender o processo que envolve os manifestos da resistência, o presente trabalho procurou responder os seguintes questionamentos: o que está por trás da resistência face à ocupação portuguesa? Como foi possível unir/mobilizar os diferentes grupos étnicos com as diversidades linguísticas e culturais a participarem da luta armada? Como foi possível expulsar o colonizador português? As manifestações espirituais contribuíram na expulsão dos portugueses?

Tendo a compreensão dos questionamentos acima expostos, o trabalho atendeu os objetivos delineados. Sendo um trabalho que versa pelos alinhamentos estabelecidos nos objetivos, se faz necessário o delineamento dos caminhos que foram trilhados.

Para o cumprimento dos objetivos delineados, o trabalho contou com dois (2) momentos: primeiro, análise historiográfica dos contatos que envolveram as resistências. Este momento se alinhou com a pesquisa do cunho bibliográfico. No segundo momento, debruçou-se sobre a luta de libertação nacional e contemplou as entrevistas semi-estruturadas na Guiné-Bissau com os combatentes da liberdade da Pátria, com músico e pesquisas eletrônicas (Arquivo Casa comum)⁶.

O primeiro momento desta pesquisa reuniu inúmeros autores africanos, principalmente os Bissau-guineense, cujos conceitos dialogam com os interesses

⁶Uma plataforma online que agrega diferentes informações sobre Portugal e as suas antigas colônias em África, nomeadamente, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe. Os arquivos foram desenvolvidos pela Fundação Mário Soares.

deste trabalho, e que constituem a base para a fundamentação teórica. A escolha desses autores surgiu da necessidade de revisitar o passado através dos olhares não ocidentais, que aparecem na maior parte dos escritos sobre a realidade africana. Pensar autores e conceitos exigiu a articulação que girou em torno dos fenômenos que marcaram a época que se pesquisou.

No segundo momento, a entrevista é a principal fonte deste trabalho, o mesmo privilegiou os combatentes da Luta de Libertação, tendo em conta que “essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se poder *dizer são* a memória viva da África, (BÂ, 2010, p.168).

A escolha desses *camaradas*⁷ não se deu pelo desempenho na luta, mas pela participação e mínimo entendimento de como se desenrolou a Luta de Libertação Nacional. No ambiente musical, a contribuição foi pertinente para entender a participação dos cantores na Luta de Libertação. Por fim, alguns arquivos do Inep na pasta Museu e Centro de Estudos da Guiné portuguesa, seção de fotografias e não só.

Os tempos não são os mesmos e também as dinâmicas nos períodos em que determinados conceitos foram pensados, uma vez que apresentam relevância na contemporaneidade, devido ao legado que flui em certas problemáticas que envolvemo colonialismo europeu em África serão pertinentes para o debate. Ademais, os diálogos que giram em torno deste trabalho foram pensados através dos limites conceituais debruçados por diferentes autores.

Diante dos pontos acima expostos, este trabalho dialoga com os seguintes conceitos: Colonialismo, Cultura e Resistência. Ao abordar o colonialismo, procuro costurar as teorias coloniais que versaram ao longo da época sobre o colonizador e colonizado, navegando nas teorias de Frantz Fanon (2002) e Amílcar Cabral (1974, 1999), elucidando os antagonismos e a legitimação do poder, através de criação das categorias que menosprezem os valores civilizatórios não ocidentais.

Na dimensão cultural, tanto Fanon como Cabral contribuíram para entender as abordagens que giravam em torno das diferentes formas, expressões ou

⁷Termo usado para inibir a separação de classe, entende-se que a utilização de formas diferente de tratar as pessoas poderia fragilizar o movimento libertador, na medida que algumas poderia se sentir inferior diante dos outros companheiros no qual desempenham as mesmas funções, portanto, o termo *camarada* não faz distinção de status social, comunidade que pertence, nível de escolaridade e nem mensurar a contribuição de cada.

manifestações culturais, que envolvia os grupos étnicos em contraposição aos costumes europeus vistos como ideal para ser considerado “homem culto”.

No contexto da resistência, as discussões se direcionam pelos embates entre o colonizador e colonizado, começando pela tática mais simples até a Guerra de Libertação. Para tanto, Peter Karibe Mendy (1992, 1994) e principalmente Carlos Lopes (1986) auxiliaram no debate concernente as expressões da resistência, pela garantia da liberdade plena. Neste caso, a resistência consistia em travar todos os atos bárbaros que visavam eliminar as tradições erguidas por milhares de anos e que constituíam as bases culturais de muitas sociedades africanas.

E para entender como o sistema colonial deslegitimou a história africana, Joseph K-zerbo (2010), Valentin Yves Mudimbe (2013) e Achille MBembe (2014) são aportes para emanar essas discussões, que contrariam as formas de produção histórica que ignoraram o saber africano, reservando-lhe o lugar do senso comum.

Dialogando com esses autores, o trabalho se perspectiva no alinhamento de uma história negada, uma civilização desvalorizada, uma língua ignorada, um povo escravizado e uma sociedade cujas imagens dos antepassados foram fragmentadas.

A respeito, D’adesky afirma que:

O negro não somente é negado sua raça, mas também em sua história, em sua língua, em sua arte etc. Essa segunda negação minimiza e desvaloriza a dignidade de suas heranças histórica e cultural (D’ADESKY, 2009, p.72).

Partindo dessa lógica, a construção da abordagem histórica ganha uma nova dimensão: “A África tem uma história”, e é uma história que precisa ser reescrita, devido a ignorância, a mutilação e camuflagem por vários séculos de opressões perpetrados pelos colonizadores. Assim, a construção de uma nova abordagem que não se alinhe a “história-revanche”, mas uma perspectiva que renove as imagens esquecidas ou perdidas (K-ZERBO, 2010, pp.33-34).

Essa narrativa nos permite desviar do seguinte pensamento:

Pela ocultação da complexidade e da dinâmica cultural próprias da África, torna-se possível o apagamento de suas especificidades em relação aos continentes europeu e mesmo americano. Quanto às diferenças, são tratadas segundo um modelo de organização social, e política, bem como de padrões culturais, próprios da civilização europeia. Em outros termos aproximando por analogia o desconhecido ao conhecido considera-se que a África não tem povo, não tem nação e nem Estado, não tem passado, logo, não tem história (HERNANDEZ, 2005, p.18).

A ideia equivocada e negligenciada de uma África sem história rejeita toda a construção da heterogeneidade cultural do povo africano. Portanto, é necessário e imprescindível o ato da descolonização, tanto da mente, assim como, do currículo escolar, uma descolonização que não se fundamenta a partir da ausência do colonizador.

Essas colocações são importantes para compreendermos o seguinte questionamento: “que significado tem hoje a África e o que significa ser africano”? (MUDIMBE, 2013, p.02).

Essa inquietação traz uma profunda reflexão que procura evidenciar as formas de produção do conhecimento no contexto africano, como se apresentam e, ao mesmo tempo, como é visto no mundo regido pela epistemologia ocidentalista. O significado da África e o ser africano ainda reserva um passado distorcido que inibiu outras visões do mundo. Ser africano significa costurar e alinhar aos debates que deslegitimam toda a potencialidade do povo africano. Portanto, a palavra de ordem é a desconstrução das ideologias ocidentalistas.

Desta forma, o pensamento tido com o verdadeiro, que elucida a não historicidade da África, começa a ser questionado, o que demonstra o rompimento com a historiografia ocidentalista, porque os povos colonizados vivem dentro de um complexo de inferioridade, portando uma linguagem da metrópole (FANON, 2002).

Tendo a mudança no sistema colonial, o dito subalterno começa a recontar sua história, que parte da descolonização de uma comunidade, uma descolonização que altera as linguagens do período da colonização. Assim sendo, importa recordar a célebre frase do Gayatri Spivak (2010): pode o subalterno falar? Talvez apenas esse questionamento não contemple a complexidade do assunto na contemporaneidade. Por isso, faz-se necessário estender o horizonte de indagação.

No cerne desse debate, Connell (2012, p.16) nos convida a observar e refletir a respeito da seguinte questão: Pode metrópole escutar? Pois, não basta apenas falar, é preciso ser escutado.

Desta maneira, assiste-se a inversão da tendência onde não será necessário o mensageiro.

De agora em diante, não há um orador nem mediador únicos. Não há um mestre sem contramestres. Não há univocidades. Cada um pode exprimir-se na sua própria língua e os destinatários dessas palavras podem recebê-las na sua (MBEMBE, 2014, p.20).

Na mesma dimensão, este estudo versa pela perspectiva pós-colonial em suas várias vertentes teóricas de libertação, que têm expandido as vozes das comunidades silenciadas ao longo dos séculos pelo poder colonial genocida, por essas vozes se coloca em evidência o ato de descolonizar. “Para aqueles que se libertaram descolonizar nunca significou reproduzir, num momento de diferente, as imagens da Coisa ou dos seus substitutos” (idem, p.20).

Diante dessas situações e por conta da mutação histórica, em diversas pesquisas a história do território conhecido hoje como a Guiné-Bissau começa a ser narrada a partir da chegada dos portugueses, ou seja, quando se deu o primeiro contato, o que expressa o mito da descoberta. Esta narrativa inibe toda a construção dos valores identitários do povo Bissau-guineense.

Tendo a presença europeia no continente africano, vê-se que a colonização foi pensada na ideia da superioridade civilizatória, em que os europeus se legitimaram como donos da verdade única e sua cultura precisava ser difundida nas demais partes do planeta. Pensando desta forma, os modos de vida que se diferiam dos ocidentais precisavam ser alterados. Portanto, para a atribuição das características do homem culto, era necessário o abandono das práticas não legitimadas pelo Ocidente.

Nisso, MBembe descreve o seguinte:

O colonialismo esteve longe de ser um fio de Ariadne, uma estátua colossal perante a qual, temerosas ou fascinadas, as multidões se vingam prostrar, o colonialismo paliava, na realidade, imenso abismo (MBEMBE, 2014, p.19).

Diante do exposto, percebe-se que o colonialismo esteve longe de apresentar um modelo de homogeneidade cultural diante das variadas culturas existentes no planeta terra. Os povos originários resistiram face a defesa dos interesses nacionais. A luta pela conquista da soberania nacional revela a importância da valorização cultural.

Nesse ensejo, Fanon (2002), relata os aspectos que os colonialistas usaram para tentar eliminar a cultura não ocidental subjugando novas formas de relação nas sociedades, impondo separação de classe social através das categorias criadas que denominavam os povos de acordo com os seus costumes. Essa imposição foi feita no sentido do colonizado admitir ser inferior culturalmente perante o colonizador e ignorara realidade opressiva em que encontra.

A situação colonial dificultou o processo do desenvolvimento da cultura nacional nos seus diferentes âmbitos. Não poderia haver nenhum tipo de cultura que

não fosse a dos colonizadores. Nessa perspectiva, os povos autóctones⁸ resistiram a repressão colonial, o que revela a afirmação e determinação dos valores culturais que os identificam contrariamente à dos colonialistas.

Tal comportamento criou um sistema revoltoso por parte dos autóctones: “a negação cultural, o desprezo pelas manifestações nacionais motoras ou emocionais, o banimento de toda especialidade de organização contribui para gerar condutas agressivas no colonizado” (FANON, 2002 p. 272).

Deste modo, o colonialismo pelo menos em África não conseguiu eliminar os elementos essenciais da cultura e as manifestações culturais dos povos colonizados. A experiência colonial em África independentemente do genocídio, da segregação racial, e do apartheid refugiou-se na assimilação para negar a fortaleza cultural do povo colonizado, visto como tentativa da destruição do património cultural (CABRAL, 1999).

A desventura da política de assimilação revela a falsidade desta tese, a influência da cultura do colonizador não teve grande reflexo no eixo horizontal da população. A influência cultural prevaleceu na parte vertical da pirâmide social que o colonialista formou, a que se denomina “pequena burguesia autóctone”, constituída por um número reduzido de trabalhadores do centro urbano (idem, p. 127-129).

Assim sendo, a população autóctone encontrava-se numa encruzilhada com a cultura europeia, ou seja, a recusa dos costumes europeus remete a negação do mundo da civilização (SEMEDO, 2010).

A discussão acima posta enquadra na mitologia que Isaiah Berlin (2005) considera de “eu verdadeiro”, ou seja, o discurso colonial legitimado países africanos com o pretexto do salvador da pátria.

Num contexto histórico e social, as nações europeias se identificavam como civilizadas (cultas) e as demais ditas subalternas se enquadravam como não civilizados. Na linha deste raciocínio, selvagem e civilizado. Montaigne (1972, p. 105) afirma que “na verdade, cada qual considera bárbaro o que não se pratica em sua terra”. Assim, Césaire contempla que, “uma civilização que prefere fechar os olhos aos seus problemas mais cruciais, é uma civilização enferma” (CÉSAIRE, 2011, p.1). Percebe-se que no contexto de todo cenário que envolve a invenção do civilizado e não civilizado, é perceptível o imaginário cultural europeu nas atribuições

⁸Nascidos numa determinada localidade

das características aos demais povos. Por essa razão, as manifestações culturais são tidas como patrimônio cultural. Sendo a cultura como expressão que não se limita apenas ao âmbito artístico, econômico ou social, sua ideia traduz no imaginário do poder, ou seja, o domínio sustentado na relação humana como um conjunto de mecanismo de controle de pensamento.

Desta forma, o trabalho privilegia a Cultura na perspectiva da identidade, que eleva todo um conjunto de tradições, manifestações e conhecimentos conservado por um determinado povo, potencializando a língua, crenças espirituais, artes, cantos e vestimentas.

Para Leonardo Brant (2009), a cultura é a conjugação dos valores morais, políticos, econômicos ou social de um determinado povo, também pode ser vista como um conjunto de mecanismo de controle para “governar comportamento” (BRANT, 2009, p.18). Por outro ângulo, Fanon (2002) define a cultura como expressão de uma nação, enquanto que na abordagem de Cabral (1999, p.140) a cultura foi enquadrada como “síntese dinâmica, ao nível da consciência do indivíduo ou a coletividade, realidade histórica, material e espiritual, dum sociedade ou dum grupo humano, das relações existentes entre o homem e a natureza”.

Em dialética da colonização, Alfredo Bosi (1992) apresenta a cultura como conjunto de práticas e, ao mesmo tempo, técnicas que fazem parte dos símbolos e valores que precisam ser disseminados para a nova geração, com intuito de afirmar a reprodução de um estado social. Para Terry Eagleton (2011), a dimensão da cultura no âmbito da civilidade ainda perpetua nas sociedades contemporâneas.

Essa visão insere no imaginário europeu que pretende manter a ideia da consciência planetária a partir da visão única, que elucida estereótipos e constrói um olhar supremo sobre o universo. Esta racionalidade representa uma construção ideológica que norteia as representações discursivas e inibe a crítica enquanto fator imprescindível para formação do pensamento (HERNANDEZ, 2005).

Mesmo com todo o arcabouço teórico, estou ciente, desde o início da construção desta pesquisa, da carência que envolve as pesquisas voltadas à atual Guiné-Bissau, no contexto da Pandemia a situação se agravou. Durante esse período que ainda vivemos, não tive acesso de forma desejada à biblioteca da Universidade. Assim, os textos e livros estudados em algumas disciplinas contribuíram na fundamentação teórica de algumas partes do trabalho. Como era previsto, o segundo

momento privilegiou o trabalho de campo, tendo em conta sua relevância descrevo sucintamente os dois meses e meio de pesquisa na Guiné-Bissau.

Durante esse período tive a oportunidade de participar em diferentes atividades organizadas por sindicatos, associações juvenis, eventos políticos, acadêmico, artístico etc.

A participação nessas atividades e conversas particulares me permitiu obter as informações pertinentes para esta pesquisa. De salientar que graças a marcha protagonizada pela União Nacional dos Trabalhadores da Guiné – UNTG no dia 3 de agosto de 2021, para comemorar o massacre de *Pindjiguiti*⁹ (1959-2021, 62 anos) onde obtive a informação dos sobreviventes desse massacre. Após a intervenção desses camaradas no ato aproveitei a oportunidade e agendei entrevista com esses senhores, sendo a primeira entrevista realizada. A entrevista com os sobreviventes decorreu no Cais de *Pindjiguiti* numa das salas, ou seja, no espaço onde aconteceu o massacre em 1959.

A entrevista foi realizada de forma coletiva, pois havia mais de seis (6) sobreviventes na sala, o trabalho privilegiou as narrativas de Quintino da Silva Denga sendo a pessoa indigitada para depor, as demais apenas complementaram algumas informações.

Além desse momento, outro episódio marcante foi quando meu tio me informou sobre a homenagem de Lúcio Soares (combatente da liberdade da pátria) feito pela Universidade Colinas de Boé. Participei do momento de homenagem e no final do evento aproximei dos familiares com intuito de marcar entrevista com Lúcio e, felizmente nos dias subsequentes foi possível entrevistá-lo junto com a esposa.

As entrevistas aconteceram nas residências dos entrevistados, principalmente nas dos combatentes conhecido como “Prédio de antigos combatentes”, no bairro de Antula, em Bissau. No total foram dose (12) entrevistas, cinco (5) mulheres e sete (7) homens, dentre os quais, onze (11) combatentes e um (1) músico. Foram abordadas questões ligadas à luta armada, discurso de mobilização das massas, às estratégias utilizadas, às razões do início da luta no Sul do país, às dificuldades durante a luta, por fim, à contribuição das cantigas na Luta de Libertação Nacional.

⁹Ver na figura n.01, p.35. Nome de porto que fica localizado em Bissau onde aconteceu o massacre de três (3) de agosto de 1959

Além das entrevistas, também fiz alguns levantamentos de dados no Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa (Inep), concretamente no arquivo histórico e biblioteca onde foi possível obter a carta da proclamação do Estado da Guiné-Bissau, circulares sobre atuação do governo português, mensagens e discursos do PAIGC ao povo da Guiné e de Cabo Verde, também na Rádio Difusão Nacional (RDN), tendo recebido as cantigas, embora não foram utilizados, mas serviram de base para direcionar algumas discussões.

Os números das entrevistas poderiam ter sido mais, no entanto, encontrei algumas dificuldades. Cheguei em Bissau na época chuvosa onde a locomoção é desagradável devido aos problemas nas rodovias, principalmente do Setor autônomo para regiões. Os sucessivos decretos presidenciais no tocante à Pandemia de Covid-19 que restringia a circulação de pessoas de Bissau/regiões e vice-versa impossibilitou os planos de realizar inúmeras entrevistas nas regiões. Em diferentes momentos da pesquisa tive que apressar com intuito de não infringir o horário estipulado pelo governo de recolher obrigatório (20h00). Por esta situação, apenas realizei uma (01) entrevista no Norte do país (setor de Canchungo, região de Cacheu) e com um (01) músico.

No Instituto Nacional de Pesquisa, os documentos não estão organizados e a busca fica na responsabilidade do pesquisador, esta situação além de dificultar a vida do investigador leva-o a perder bastante tempo na busca pelo material desejado.

Ademais, vários compromissos falharam porque na Guiné-Bissau na maioria das vezes, para localizar o entrevistado é necessário um intermediário que funciona como facilitador, ausência deste último impossibilita a realização da entrevista, por esta razão não foi possível realizar várias entrevistas, além do mais, algumas pessoas que pretendia entrevistar desempenham cargos políticos, além da burocracia, a dificuldade era maior. Também vários entrevistados não compareciam na hora marcada ou desmarcavam o combinado sem aviso prévio, e por fim a questão partidária, ou seja, se chegar numa instituição o primeiro detalhe que procuram saberé a filiação partidária do investigador, caso não for do regime no poder a dificuldade será maior, portanto, a vida do pesquisador na Guiné-Bissau não é fácil.

Em suma, o trabalho desde a escolha do tema até ao último elemento é sustentado a partir da visão da história desconhecida. Portanto, urgiu-me a necessidade de ir ao encontro do desconhecimento, tendo maior engajamento no ensino da História da Guiné-Bissau, o que me possibilitou conhecer e analisar as

diferentes formas de manifestos da resistência. Espero que o trabalho possa vislumbrar novos horizontes de compreensão e valorização das práticas culturais endógenas¹⁰ africanas, senão Bissau-guineenses.

Diante do exposto, esta dissertação está organizada em três sessões e uma consideração final. Para dar a ciência de forma sintética daquilo que é a ideia geral da estrutura desta dissertação resume-se a introdução e cada etapa das sessões.

A primeira sessão enfoca os antecedentes históricos e procura situar o leitor sobre atuação do invasor português, que culminou no Massacre de *Pindjiguiti*, sendo umas das motivações para a mobilização e, conseqüentemente, união de diferentes grupos para a Luta de Libertação Nacional. A unidade na diversidade foi um dos elementos que possibilitou a conjugação de todas as forças para o fim do jugo colonial. A segunda sessão concentra as discussões sobre a guerra de Libertação Nacional, tendo Sul do país como ponto de partida e os desdobramentos ao longo da luta, onde foram usadas diferentes fermentas como mecanismo de defesa. Depois de vários anos de resistência pela invasão dos portugueses, a Guerra pela Libertação do país foi vista como único caminho que pudesse eliminar todas as mazelas desse processo humilhante, portanto, decidiram pegar em armas aproximadamente onze (11) anos numa Luta sangrenta que resultou na independência do país.

A terceira sessão discute aspectos voltados à independência como fruto de conjugação das forças de diferentes grupos étnicos, conferência pan-africanista e o nacionalismo africano que possibilitou a proclamação unilateral da independência na Colinas de Boé¹¹, marcando a transição da Guiné dita portuguesa a Guiné-Bissau. Para o efeito, a unidade luta e progresso foram elementos determinantes na afirmação de um conjunto de manifestações culturais.

¹⁰Cultura local

¹¹Localizado no sueste da Guiné-Bissau, lugar histórico por ser espaço onde foi proclamada a independência do país em 24 de setembro de 1973.

2 OS PRIMÓRDIOS E EFERVESCÊNCIA DA RESISTÊNCIA

Conhecer ou abordar a história da atual Guiné-Bissau e toda conjuntura da resistência, implica navegar no tempo e enquadrar a história do reino de Kaabu¹². Deste modo, não é do meu interesse abordar todo o processo que envolvia o encontro das diferentes culturas, isto é, os povos endógenos e europeus na região denominada de Kaabu. Nisso, a presente discussão visa evocar uma análise histórica e contextual que envolvia a relação sócio espacial, na base disso foi possível enquadrar a invasão portuguesa, suas movimentações no cumprimento das determinações da Conferência de Berlim, que ocasionaram mudanças nessa sociedade e culminou com resistência promovida por grupos étnicos em diferentes períodos da época.

Sendo que Kaabu é uma extensão territorial do Império Mandinga¹³ liderado pelo Mansa Sundiata Keita, tendo como General Tiramakan Traore, os povos residentes nas proximidades desta região tinham seus hábitos e costumes diferente, dos Mandingas; por essa razão apresentaram uma certa resistência contra a Hegemonia *Malinke*¹⁴, a realidade que permite observar que as resistências começaram antes da presença europeia nesta região.

Nos meados do século XIII, o Tiramakhan Traoré, general de Sundiata Keita, imperador de Mali, acompanhado de guerreiros *malinké* ocuparam o Kaabu, onde este último torna parte da província do império de Mali, sendo governado por membro da família “*Sané e Mané*” (PAIGC, 1974, p.54).

Para (Lopes, 1986), esta região não contempla apenas atual Guiné-Bissau, mas também “a Casamance¹⁵, a Gâmbia e a região Leste de *Labé* na Guiné Conakry” (LOPES, 1986, p.9).

Para contemplar o pertencimento, Lopes considera:

O império do Mali está intimamente ligado à epopeia de Sundyata, seu fundador no ano de 1235 após a vitória sobre Soumaoro na batalha de Karina. <O sentimento nacional mande que suscitava a vitória de Karina, fazia surgir um Estado>, cuja capital seria Niani, a sul da atual Guiné-Bissau (LOPES, 1986, p.7).

¹²Reino na região da Senegâmbia. Ver no mapa 01, p.54.

¹³Grupo étnico nas diferentes partes da África

¹⁴Povo na África d'Oeste principalmente no Mali, Guiné Conacri, Senegal e Gâmbia.

¹⁵Região do Senegal localizada ao sul da Gâmbia e a norte da Guiné-Bissau, ver no mapa 01, p.54.

A partir desta citação, percebe-se que a história da atual Guiné-Bissau está ligada com a região de Kaabu. Ainda no contexto desse debate, Carlos Lopes citado pela Moema Parente Augel (2007) assevera que não se pode confundir Kaabu com a cidade de Gabú da atual Guiné-Bissau.

O surgimento de Kaabu esteve ligado a uma circularidade de poder envolvendo três clãs de *malinkés*, sendo um Sané e dois Mané, uma linhagem que perdurou até o século XIX. Nisso, os *Nyntios*¹⁶ gerenciavam o poder por um sistema matrilinear evocando as bases culturais das etnias pertencentes a esta região. Após a chegada dos *malinkés*, iniciou-se um período de mandinguização de outros grupos étnicos (LOPES, 1989).

As conquistas militares baseadas nas obras de Sundiata Keita possibilitaram a extensão do reino Mandinga “Tiramangan, levou a guerra à Senegâmbia, conquistando Cassamance (ver no mapa 01, p.54) e a região montanhosa da atual Guiné-Bissau, o Gabu (ou Kaabu)” (NIANE, 2010, p.150).

Um sistema que expressava não apenas o vínculo familiar, mas por uma estrutura cuja a base é territorial. Tendo uma expressiva representação política exercida pelas pessoas revestidas de poder. A forma de governança influenciava os demais grupos étnicos, fazendo desaparecer algumas pequenas culturas devido à mandinguização (LOPES, 1986).

Os mandingas aproveitaram dos territórios desocupados e conquistaram várias províncias, submetendo-as ao pagamento de tributos de pouca valia através dos representantes locais, denominados com o título de Farim (PAIGC, 1974).

Assiste-se uma relação de superioridade, os mandingas desfrutaram da força militar para dominar e usar sua influência contra os outros grupos étnicos e propagaram a religião islâmica em toda a região. Começa um período da hegemonia mandinga, alargando pequenos conflitos fundamentados nos interesses políticos e econômicos, as pequenas camadas iniciaram um período de contestação.

No século XIX, os fulas de Fouta Djanlon reuniram todas as condições possíveis e atacaram o reino de Kaabu. Diante das batalhas, a capital Kansala foi destruída, pondo fim ao regime de mandinguização perpetuada pelos mandingas, a morte de Ghalen Sonko é fator determinante na perda do controle do Kaabu por parte dos *malinkes* (MANÉ, 1989).

¹⁶Grupo de guerreiros

Além da invasão dos fulas de Fouta Djallon, outros componentes marcaram a queda do reino de Kaabu, sendo um dos grandes patrimônios da história da região.

Três elementos marcaram o declínio de um dos grandes reinos, o Kaabu. Os fatores de ordem interno no seio dos Nyantios fazendo com que os responsáveis das províncias passaram a ter mais poderes, por conseguinte, o poder central enfraqueceu. Houve diminuição da influência no controle dos territórios por causa dos problemas familiares, Mané e Sané. Simultaneamente a esse episódio, os fulas levantaram-se contra o proveito do *malinkes* tendo recebido o apoio das províncias vizinhas. Acrescentando a esses dois fatos, a queda efetiva se deu por conta das interferências europeias através das feitorias após a hegemonia fula (CARDOSO, 1989).

A presença e a movimentação europeia de modo particular portuguesa nesta região transformaram significativamente a construção e a continuidade de uma história.

O século XIX acabaria com uma história de África. E assim, Kaabu tornar-se-ia, para a história da região, o fim de um ciclo histórico: o dos poderes independentes africanos. Os colonialismos invasores tinham acabado de destruir um sistema político e econômico que perdurou durante vários séculos (LOPES, 1989, p.11).

O século XIX passou a ser conhecido como um período de profundas transformações devido à penetração europeia no interior da África, principalmente na alteração de rotas comerciais.

Dessa forma, as ditas potências europeias intensificaram suas movimentações dentro do continente a procura de mão-de-obra barata e recursos, tais como minérios, madeira, etc. Ao longo desse trajeto, grupos étnicos de forma dispersa resistiram contra as imposições europeia dentro do continente. Os embates germinaram novas situações agravantes, ou seja, enquanto os autóctones defendiam os seus territórios, as nações europeias agudizavam nos conflitos. Foi necessário uma conferências em Berlim para apaziguar os ânimos diante das tensões, de salientar que Portugal enfrentava duras resistências e se encontrava numa encruzilhada com os nativos.

Após a conferência que feriu a vontade dos africanos, Portugal procurava incessantemente concretizar suas violências, tanto no domínio econômico, assim

como humano. Perante essa situação, os portugueses implementaram políticas de cobrança para efetivar uma das resoluções¹⁷ da conferência.

2.1 Nova fase da invasão portuguesa fundamentado nas determinações da Conferência de Berlim

No cumprimento das determinações da Conferência de Berlim, despontou a necessidade de delimitar as fronteiras da Guiné, tendo iniciado o processo nos termos que incluíam Bolama, em que foi definido a fronteira na parte sudoeste, com isso, em 1886 Portugal assinou o tratado com a França para definir os domínios na África Ocidental (GARCIA, 2000).

Na sequência deste acontecimento, Carlos Lopes (1989) relata o seguinte fato;

Um dos reflexos da fraqueza portuguesa era a necessidade de negociar um acordo de fronteira com os Franceses a fim de delimitar a soberania de cada potência colônia. Participando em Berlim numa posição de fraqueza, Portugal sabia as suas oportunidades de obter qualquer acordo com a França dependiam da aceitação da redução da sua influência. Assim, o Acordo Luso-Francês de 1886 legitimou os direitos da França sobre o Futa-Jalo e Cassamansa, confirmando uma partilha definitiva do espaço Kaabunké (LOPES, 1989, p.10).

Diante desse tratado, Portugal procurava incessantemente estabelecer acordos que lhe permitia continuar suas ações e presença nos diferentes espaços. Dessa forma, acelerou a corrida para a Guiné dita portuguesa cujo ideia visava o controle do território.

Os apanhados de Mendy (1994) permitem estender o horizonte de compreensão face ao tratado Luso-francês assinado em 1886, sua narrativa pontua essa situação da seguinte maneira:

A 12 de maio, foi assinado o Tratado Luso-Francês, em Paris, para delimitar as respectivas esferas de influência de Portugal e França na “Guiné”, a França controlaria o território a norte do rio Cacheu (a região de Cassamance) e a sul do rio Cacine, enquanto que Portugal se situava no meio. O resultado da definição de fronteiras, como era de prever originou acalorado debate em Portugal “A Guiné está perdida”, acentuava o jornal *As Colônias Portuguezas* e “perdidas” porque os representantes portugueses na convenção de Paris, homens como Ministro dos Negócios Estrangeiros, Barbosa du Bocage, e o

¹⁷Pelos dispositivos finais da conferência, o artigo (35°) trigésimo quinto determina que em caso de ocupação de um determinado território, o país ocupante deve estar em condições de comprovar a sua soberania, mantendo assim a ocupação efetiva (UZOIGWE, 2010).

ex-governador Pedro Inácio de Gouveia tinham dado o melhor dos seus terrenos, as mais importantes comunicações fluviais com o interior [...] a um país estranho (MENDY, 1994, p.175).

Assim, diante do exposto, percebe-se que os territórios ocupados pelo Portugal ficaram reduzidos devido ao seu enfraquecimento perante outros países europeus. A sua situação tornou-se crítica no século XIX, no que tange a ocupação efetiva.

A ação que resultou no tratado Luso-francês reflete a problemática iniciada em 1828, quando um comerciante francês se instalou no estuário do rio Cassamansa. Atitude considerada provocadora por parte de Portugal, porque os franceses pretendiam o monopólio comercial nesta zona. Nos anos subsequentes, os portugueses perceberam a real intenção dos franceses, de acordo com as informações vinda dos ingleses, estes pretendiam construir feitoria em Cassamansa¹⁸. A situação provocou reações através de notas diplomáticas entre os dois países, que findou em 1886. O tratado separou famílias, culturas e histórias construídas há milhares de anos, uma ação cuja consequência se avista na atualidade (GARCIA, 2000).

Desse período em diante só restava uma saída para os portugueses: criar ações e estratégias que visavam aplicar as determinações da Conferência, controle efetivo do território ocupado para demonstrar a soberania.

Portugal por não ter reconhecimento por parte da população autóctone, procurou reativar a “pacificação”¹⁹ iniciada antes da Conferência de Berlim, tendo isso como estratégia, pois, a situação se agravava cada vez mais. Devido a reação dos nativos face à ocupação efetiva, os portugueses introduziram nova cobrança, o imposto de palhota²⁰ com intuito de manter as ambições e atenuar as obrigações numerárias, nisso, posicionaram rapidamente para exigir o pagamento de imposto cujo efeito elucidava a ideia de uma Guiné dita portuguesa totalmente pacificada (MENDY, 1994).

No início da ocupação efetiva, a Guiné aparecia apenas em termos discursivo, “todavia, com o alvorecer do século XX e a Guiné Portuguesa sem estar efetivamente

¹⁸Ver no mapa 01, p.54

¹⁹Foi a designação dada a um conjunto de operações militares, cujo a ideia visava apresentar ao mundo a consolidação da ocupação efetiva do território invadido.

²⁰Pagamento de tributos de acordo com habitação, tendo em conta que as pessoas moravam de forma dispersas os invasores no sentido de encurtar suas deslocações acharam necessário aplicar uma medida que facilitasse o controle.

ocupada, e <<Portuguesa>> apenas de nome, os portugueses tornaram-se dia a dia mais desesperados” (idem, p.42).

Considerando que Portugal acertou os passos para efetivar a sua ocupação no território invadido, o final do século XIX pode ser sumariado da seguinte maneira no contexto político administrativo: falta de soberania portuguesa sobre os nativos; um governo centrado na gerência indireta com inúmeras organizações políticas dos nativos e irrealização das restaurações burocráticas no além-mar (SILVA, 2010).

O cenário era difícil, tanto que os governadores não permaneciam mais de três anos no cargo nos períodos de 1879-1889. As sucessivas mudanças deveram-se ao fato de a província não ter sido ocupada efetivamente, os nativos dificultavam a concretização dos planos impositivos de Portugal. Em setembro de 1888, um militar foi morto por um nativo, o administrador Correia acomodado com o caso decidiu causar aflição aos nativos, porém desistiu da ideia devido a debilidade militar (MENDY, 1994, p.176).

Após várias tentativas, a ocupação militar portuguesa iniciada nos anos de 1880 se efetivou parcialmente no correr do século XX, tendo a possibilidade de empreender várias ações e implementação de alguns serviços obrigatórios (UZOIGWE, 2010, p.43).

Tendo em conta as agravantes situações Lopes, (1989, p.09) nos adverte a desprender da concepção que elucida o colonialismo português antes do século XX.

A partir das discussões levantadas, vê-se que as políticas impositivas de Portugal face aos nativos tiveram certo efeito no decorrer do século XX. Tendo ciência desse fato, o registro da Guiné portuguesa em termos oficiais aparece em 1917 (Silva, 2010).

As resistências face a ocupação portuguesa na Guiné dita portuguesa se desdobraram de diferentes formas: os portugueses por se sentirem uma certa tranquilidade implementaram inúmeras políticas de cobrança e afirmação das suas identidades. As duas situações geraram sentimento de revolta por parte dos nativos, que defendiam seus hábitos e costumes (formas de relacionar com a natureza, cultos aos ancestrais e economia baseada na sobrevivência etc.).

A legitimação do poder colonial visava à apropriação de mão-de-obra barata para extração das matérias primas (ouro, madeira, etc) e, conseqüentemente, a sustentabilidade do mercantilismo. A invenção da Guiné dita portuguesa visava o cumprimento dos pontos delineados na Conferência de Berlim, em que as ditas

potências europeias deviam apresentar provas sobre o controle efetivo do território invadido.

Diante das resistências perpetuadas por distintos grupos étnicos, o invasor português na tentativa de controlar as políticas impostas, reprimiu fortemente as pessoas que questionavam os abusos corporais relacionados a horas excessivas de trabalho. A devida situação protagonizou morte de inúmeras pessoas, este ato é conhecido como massacre de *Pindjiguiti*.

2.2 Massacre de Pindjiguiti²¹ como estopim para a Luta de Libertação Nacional

Os movimentos independentistas procuraram vias de negociação para o término da ocupação portuguesa, no território conhecido hoje como a Guiné-Bissau, mas a elite colonial mergulhou na procura de mão-de-obra barata para o sustento do capitalismo e, conseqüentemente, enriquecimento da metrópole. Com isso, ignorou o diálogo construtivo que visa o apaziguamento da exaltação dos ânimos, e partiu para a violência com intuito de silenciar as vozes que proferiam críticas contra o poder colonial.

Por estas repressões e violação dos direitos, em 1958 foi criada a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné - UNTG para defender os trabalhadores. No ano seguinte, este movimento sindical desencadeou uma greve geral dos estivadores e marinheiros reivindicando aumento salarial, redução das horas de trabalho e melhores condições de vida, mas foram brutalmente massacrados pelas forças coloniais.

De modo geral, os reivindicadores eram marinheiros, estivadores, cozinheiros e alguns chefes da Casa Gouveia²² (N'DJAI, 2012).

Quintino da Silva Denga²³ uma das testemunhas e sobrevivente do massacre relatou o seguinte:

No sta ba na mumentu di kolon purtuguis i dinheru ke ta paganu ba i puku, ma i ka so dinheru ku pikininu. Ma ke ku pui tris di agustu i dinheru di kume, pabia tarbadjaduris ta ricibi ba dinheru ku ka bali nada, riba di manga di tempu

²¹Ver na figura n.01, p.35

²²Estabelecimento controlado pelas tropas coloniais que forneciam vários serviços e dispunha de inúmeros trabalhadores.

²³Um dos sobreviventes do massacre de *Pindjiguiti*, nasceu em Região de Oio Capital Farim na tabanca de Naga na Guiné-Bissau. Ingressou na luta no ano de 1941 quando tinha 18 anos de idade, faz parte do grupo étnico Balanta, no período colonial era motorista. Após o massacre deu seguimento aos trabalhos no caminhar para a guerra de libertação nacional.

di tarbaju dia ku dinoiti sim diskansa [...] ora ku alguin misti ba bai bias si chefe ta fasi ba un dukumentu pa konta kal dia ki na riba [...] chefi di casa Gouveia ta djubi ba tarbadjaduris suma limaria i ka rispita ba no diritu [...] ma na kil tempu no uni ba, ora ku bu toka un son i ta sta suma bu toka tudu djintis²⁴ (DENGA, 2021, informação verbal)²⁵.

A invasão dos portugueses ao território conhecido na época colonial como Guiné dita portuguesa não reconhecia a humanidade do povo preto, por isso esse último era visto como mero animal que precisava trabalhar horas exaustivos de trabalho com salário miserável. Essa visão seguia a lógica da civilidade, sendo brancos sinônimos de valores positivos e pretos sinônimos de valores negativos, portanto, precisavam fazer qualquer trabalho para atender a demanda europeia. Diante dessas condições, era impossível os marinheiros e estivadores se silenciarem. Morrer pela causa justa dignificaria a resistência em prol da autonomia na condução das suas atividades diárias.

Djintis nsta ba na reclama cê diritu di alimentason, ma chefi di casa Gouveia da orden pa pulicia bai suta djintis, ma Antonio Nola ku ta difindi ba tarbadjaduris na casa Gouveia i contanu kuma pulicia na bim pa no sai. Otcha pulicias tchiga e ka punta ninguin nada e kunsu ku fugia nunde ke mata 50 djintis fora di kilis ku kai na iagu. Dipus di es matansa ku Amílcar Cabral ku sta ba fora kunsu na pircibi isplorason di pretus pasa dja tudu limitu, i fala un dia no na liberta no tera²⁶ (DENGA, 2021, informação verbal)²⁷.

Percebe-se que os trabalhadores apenas exigiam os direitos básicos de um funcionário, mas os policiais da administração colonial não respeitaram a dignidade da população local, porque não constava na agenda do poder colonial, o importante era forçar mão-de-obra barata que possibilitasse o acúmulo de riquezas para a metrópole, sem importar com os prejuízos que possa causar aos trabalhadores guineenses. A ação de patriotismo e compromisso com a causa do movimento demonstrada pelo Antonio Nola, representante dos marinheiros junto a casa Gouveia,

²⁴Estávamos na base da colonização portuguesa e o vencimento era pouco, mas não era só vencimento, o que originou o três (3) de agosto é o dinheiro de alimentação, porque os marinheiros ganhavam um salário miserável de alimentação e com uma gigantesca carga horário, num trabalho do dia e noite sem descanso [...] em caso de viagem o patronato emitia um documento informando o dia do seu regresso [...] o gerente de casa Gouveia via o marinheiro como um animal e não respeitava o seu direito [...] mas naquele período os marinheiros estavam unidos, a repressão de um significa de todos.

²⁵Entrevista concedida pelo combatente Quintino da Silva Denga, em 09/08/2021.

²⁶Com a reivindicação pelo direito da alimentação, o gerente da casa Gouveia deu ordem aos policiais para atuarem, nisso, senhor Antonio Nola representante dos marinheiros junto à casa Gouveia avisou os demais colegas para saírem do porto porque mandaram chamar a polícia. Os policiais aos chegarem o porto não interrogarem ninguém e começaram com os disparos fazendo mais de cinquenta (50) vítimas, além dos que caíram na água. Passando essa cena, daí que Amílcar Cabral que estava fora do país percebeu que a exploração dos pretos ultrapassou todos os limites e defendeu que um dia libertaremos o nosso país.

²⁷Entrevista concedida pelo combatente Quintino da Silva Denga, em 09/08/2021

permitiu a fuga de muitos trabalhadores, evitando que tragédia vitimasse mais de 50 pessoas. A brutalidade e ausência de diálogo são elementos que caracterizam este ato bárbaro.

O antigo primeiro-ministro e combatente da liberdade da pátria, Carlos Correia, numa entrevista concedida à *Deutsche Welle* (DW), em agosto de 2014, relatou as condições dos trabalhadores no Cais de *Pindjiguiti*:

Eu aprendi muito com os marinheiros e com aqueles trabalhadores simples da Casa Gouveia. Eu era empregado no setor de contabilidade da Gouveia. De vez em quando, eu era chamado para fazer o pagamento dos trabalhadores em Bissau. Constatava que alguns marinheiros recebiam salários muito baixos e se socorriam com vales. Isto pode parecer, mas não era favorável aos trabalhadores porque recebiam parte do salário e um complemento com gêneros alimentícios e outras mercadorias. Eles acabavam se tornando um “cliente certo” da Gouveia. Tiramos lições destas situações vividas pelos marinheiros, o que nos mobilizou politicamente. Neste dia, quando soou o alarme eu nem saí com medo de perder a calma. Depois da ordem de serviço, eu saí. Era o momento em que estavam retirando os corpos e colocavam nos caminhões para levar ao hospital (CORREIA, 2014).

Dentre as mortes, destaca-se os marinheiros e estivadores predominantemente da etnia manjaco e tinham como material de defesa catana, remo e *mantchadu*²⁸ no momento de massacre. Esses materiais eram insignificantes diante das armas dos tucas²⁹, porém eram mecanismos de defesa. Assim sendo, não conseguiram evitar ou defender os marinheiros e o massacre acabou por acontecer no Cais.

²⁸Sem tradução direta para português, alguns ariscam em dizer manchado. Na sociedade Bissau-guineense esse instrumento é usado para o derrube de grandes árvores, mas foi apropriado como mecanismo de defesa perante a brutalidade dos policias da administração colonial.

²⁹Nome atribuído aos portugueses

Figura 1 - Porto de Pindjiguiti



Fonte: Foto do autor

A figura aponta o estado contemporânea do porto de *Pindjiguiti*, mesmo não sendo o retrato da época, a estrutura parece intacta, apenas houve deslocamento dos materiais e algumas modificações que não alteraram a essência do porto quando se compara ao período colonial. Se observa o porto de *Pindjiguiti* lugar histórico pelo acontecimento de 3 de agosto de 1959, o massacre que ceifou vida de vários trabalhadores que reivindicavam pelas melhorias de condições de trabalhos e jornadas de trabalho.

Para a administração colonial, o porto funcionava como espaço de comunicação ou ligação com demais partes do território invadido, no envio e recebimento dos produtos. De acordo com os entrevistados, o massacre aconteceu justamente no espaço de areia vermelha³⁰, e os corpos estavam espalhados por toda a parte, as pessoas que escaparam da morte se atiram pelo mar.

A estrutura do porto é todo vedada para controlar o fluxo da entrada e saída das pessoas e mercadorias, no interior da parte direita foram construídas as cavernas³¹, onde os marinheiros repousavam por pouco tempo que lhes eram atribuídos, pelo que foi constatado, as condições eram deploráveis e havia toda necessidade de uma reivindicação para exigir a dignificação do povo preto.

³⁰Ver na figura 1, p.35

³¹ Residência dos militares

A figura apresentada ilustra apenas uma parte da estrutura do porto que comporta várias sessões. Apesar do acontecido, pode-se observar no lado esquerdo da entrada do porto uma sepultura pintada de cor branca com crucifixo ao redor, espaço onde foram enterradas as vítimas do massacre.

Os movimentos nacionalistas após o massacre a qual vários marinheiros e estivadores que reivindicavam pelos seus direitos foram brutalmente repelidos pelas forças coloniais, perceberam que o processo que conduziria o país a independência não passaria pelo diálogo, pois, o poder colonial prometia atuar com violência a qualquer movimento que tivesse por finalidade contestar o regime colonial (CANDÉ MONTEIRO, 2013).

No seu testemunho intitulado “Crônicas de Libertação”, Luís Cabral apud Campbell (2009, p.103) mostra que a repressão colonial ocorrida no Cais de *Pindjiguiti* acelerou o espírito do nacionalismo. Amílcar Cabral que se encontrava em Angola, ao perceber das limitações e ação da polícia no meio urbano, exigiu ao movimento de libertação da Guiné (MLG) e partido africano independente (PAI) novas configurações que permitiam alargar frentes de luta incorporando-a a grupo liderado por Rafael Barbosa, a fim de estabelecer novas estratégias que possibilitassem neutralizar o colonizador, e nisso, numa reunião do PAI dirigida por Amílcar em 19 de setembro de 1959, decidiu-se que a luta armada era a única via que podia conduzir a libertação do país perante a dominação colonial, seguindo nos princípios de esperar o melhor e preparar para o pior, a reunião produziu um relatório que ilustra os seguintes pontos:

Mobilizar e organizar sem demora as massas camponesas, que a experiência revelou serem a força principal da luta de libertação nacional;
Reforçar a organização nos meios urbanos e mantê-la na clandestinidade, evitando toda e qualquer manifestação pública;
Desenvolver e reforçar a unidade dos africanos de todas as etnias, de todas as origens e de todas as camadas sociais à volta do Partido;
Preparar o maior número de quadros, tanto no interior como no exterior, para a direção política da organização e para o desenvolvimento vitorioso da luta;
Mobilizar os emigrantes residentes nos territórios vizinhos a fim de servirem a luta de libertação e o futuro do povo;
Lutar para obter os meios indispensáveis à continuação vitoriosa da luta (Luís Cabral apud CAMPBELL, 2009, p. 103-104).

Perante os acontecimentos, já não havia mais tempo para esperar quando forem reunidas todas as condições para a luta. O movimento independentista percebeu que as massas camponesas eram a base para o desenvolvimento da Luta, mobilizá-las e alinhá-los às causas da libertação daria passo significativo na construção do caminho pela independência. Também não podiam descartar a

possibilidade dos cidadãos de meios urbanos, assim como todas as pessoas que pudessem contribuir no desenvolvimento da Luta. Tendo a formulação desse pensamento, os independentistas partiram para a mobilização das massas populares no interior do país, para que efetivamente sejam garantidos os recursos humanos capazes de enfrentar o poder colonial.

O processo de mobilização não aconteceu no clima de clandestinidade³², mas através de desenvolvimento de ações que estavam fora do alcance do inimigo, foram evitadas as pequenas manifestações que pudessem alertar a administração colonial a cometer novo massacre, os trabalhadores apenas perceberam a necessidade de travar os atos bárbaros perpetuados pela administração colonial, para que isso acontecesse todos precisavam estar atentos com os princípios da luta. A mobilização foi o caminho encontrado para interligar toda a população.

2.3 Mobilização dos grupos étnicos para a Guerra de Libertação Nacional

A mobilização se configura numa das etapas que possibilitou a efetivação da Luta armada. Nem todas as pessoas que residiam na Guiné dita portuguesa estavam ligadas com a real situação da humilhação perpetuada pelo invasor português, porque as atuações dos portugueses se manifestavam fluentemente nos centros urbanos, também importa mencionar que nem todas tinham filiação partidária, por esse motivo foi necessário mobilizar as pessoas para que alinhassem com as causas do movimento libertador encabeçado pelo Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde.

Considerando toda a dispersão da população, a mobilização foi necessária para que não só as massas populares pudessem se inteirar dos abusos perpetuados pelo invasor, assim como entrar nas fileiras dos combatentes para resistirem e defenderem o território invadido. A mobilização decorreu praticamente em todo o território nacional e devido as repressões da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), as atuações foram cautelosas e com todas as medidas preventivas necessárias, para evitar alarmes que pudessem desestabilizar e/ou aprisionar os mobilizadores. Para os efeitos, foram adotadas várias metodologias: contato pessoal

³²Em inúmeros trabalhos sobre a Guiné-Bissau sobretudo os autores pós-coloniais observam-se o uso da palavra clandestino referindo aos movimentos que lutavam contra o regime colonial, no entanto, nenhum movimento era clandestino porque todos eram nativos da Guiné, assim, considero que, os portugueses é que encontravam na situação de clandestinidade.

e distribuição dos panfletos, posteriormente através da rádio libertação instalada na República da Guiné Conacri.

Assim, um grupo de militantes do PAIGC composto por “Aristides Pereira, Luís Cabral, Rafael Barbosa e Fernando Fortes e outros” (PEREIRA, 2003, p .141) desencadearam o processo de mobilização e reivindicações na Guiné dita portuguesa que tinha por objetivo a luta contra os colonialistas. Ainda segundo o pesquisador, Amílcar confessou aos seus colegas que cometerem um grande erro ao tentar lutar na cidade onde o inimigo era mais forte, com isso deviam seguir para o interior onde se encontra a massa camponesa (PEREIRA, 2003).

Devido as limitações na realização da mobilização das massas populares, o PAIGC instalou-se na república vizinha de Guiné-Conacri para dar continuidade ao processo de luta de libertação, com isso foi criado “Lar dos Combatentes”, para receber os nacionalistas e demais pessoas que tinha interesse em receber instruções sobre a Luta. Nesse contexto, Rafael Babosa desempenhou uma mobilização honrosa ao enviar “500 pessoas”, entre os quais destacam “Úmaro Djaló, Constantino Teixeira, Buscardini, Chico Mendes e Malan Sanhá”. (Idem, p. 141-142). O grande protagonista desse serviço clandestino foi o Rafael Barbosa, a quem o Amílcar Cabral reconhece o seu trabalho entre 1959 até 1962, ano em que foi preso.

Após a prisão de Rafael Barbosa, o PAIGC emitiu uma mensagem apresentando as atuações da PIDE perante os seus agentes.

Figura 2 - Mensagem do PAIGC sobre prisão dos seus agentes

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA
DA GUINÉ E CABO VERDE
(PAIGC)

M E N S A G E M

POVO DA GUINÉ E CABO VERDE !

Mais uma vez a PIDE prendeu alguns dos nossos camaradas e, entre eles, o Presidente do nosso Partido, RAFAEL BARBOSA (Zain Lopes).

A PIDE continua a aplicar os mais baixos processos de repressão, de crimes e de massacres.

Alguns filhos de maior valor do nosso povo - alguns dos melhores elementos do nosso Partido - ficam por algum tempo sem liberdade. Mas o nosso Partido e o nosso povo sabem que a prisão de ZAIN, MOMO e ALBINO aumenta as nossas responsabilidades pois cada um de nós tem que dar à luta ainda mais do que tem dado até agora, para cobrir a falta deixada pelo afastamento temporário dos nossos queridos e heróicos companheiros.

Hoje, mais do que nunca, estamos certos de vencer os inimigos do nosso povo. O desespero dos colonialistas portugueses prova a sua fraqueza perante a nossa firme decisão de libertar a nossa terra do domínio estrangeiro. Para isso temos lutado, para isso o nosso Partido tem organizado e preparado o nosso povo, que está cada dia mais consciente das suas forças e da sua capacidade de acabar com o colonialismo português.

Há mais de um ano que o nosso Presidente RAFAEL, vivia na clandestinidade, e há já algum tempo MOMO também teve de fazer o mesmo para, juntos, continuarem com mais segurança a lutar pela independência da nossa terra. Na frente da nossa luta esses nossos camaradas trabalharam muito. Passaram a viver na clandestinidade, conseguiram escapar durante mais de um ano ao cerco cerrado da PIDE, deram e continuam a dar, o melhor de si próprios para a luta heróica do nosso povo pela liberdade e pela dignidade.

.../

Fonte: Casa Comum - Fundo: DAC - Documentos Amílcar Cabral - Aristides Pereira - S.d. Disponível em: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04999.048>.

A mensagem do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde sobre aprisionamento dos seus agentes por parte da Polícia Internacional e de Defesa do Estado demonstra o estado da insegurança e de terror instalado, que violava os princípios básicos do direito do povo residente na Guiné dita portuguesa.

O importante a ser observado nessa mensagem ao povo da Guiné e Cabo Verde, é a ausência da liberdade por parte da população para exercerem suas atividades, por isso, os movimentos independentistas acreditavam estar na clandestinidade, o que significa assumir a deslegitimação dos trabalhos de

sensibilização da população, que visava a inversão da realidade a qual estavam submetidos. Acontece que a repressão por parte da polícia não permitiu a realização efetiva da mobilização, o que acabou gerando perdas significativas.

Perante as grandes ausências devido a prisão de Rafael Barbosa e demais camaradas, o partido sentiu a necessidade de procurar novos caminhos que pudessem facilitar a divulgação das informações sobre as torturas da PIDE, ao tempo em que sensibilizava a população para aderirem à luta. Através das mensagens transmitidas aos populares, o PAIGC estava convicto na derrota do inimigo pela fraqueza que o invasor vinha demonstrando, portanto, um trabalho árduo por parte de todos os envolvidos na luta pela garantia da liberdade plena ditava o fim dos abusos.

Ora, mesmo com a prisão dos compatriotas no exercício das suas funções, a mobilização continuou, outras personalidades entraram em cena para continuarem os trabalhos, cada um desempenhava sua função na zona indicada.

Nem todas as pessoas foram mobilizadas porque existia informantes da PIDE para evitar as repressões; os mobilizadores precisavam agir com cautela e muita desconfiança. Por conseguinte, as dificuldades não impediram avanços durante a mobilização realizada em todo território nacional. Barbosa (2021) traz um apanhado das situações vivências, ouçamo-lo:

Npudi fala kuma mobilisason kunsu na 61 na *Kubukaré*, ma i ka tudu djintis ku ta mobilisadu ba pabia di diskunfiansa, i ten ba djintis ku purparadu puliticamenti pa es tarbadju. Na mumentu di mobilisason e ta falanu ba kuma pa no tene coragem es tera i dinós no na libertal, putuguisis bim ma e tem ku riba. No ka tene ba skola, hospital, no ka tene ba nada, esis i motivu pa no liberta no tera. Na mobilisason e ta falanu ba tambi di manera ku e ta suta djintis, i tambi djintis ku matadu na *Pindjiguiti*³³ (BARBOSA, 2021, informação verbal).

A testemunha relatou as dificuldades de um processo difícil tendo em conta que inúmeras pessoas partilhavam informação com a Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE. Para se livrarem das armadilhas dos tugas³⁴, foi instalado o centro de treinamento em Conacri. Tendo ciência que a terra pertence ao povo da

³³Posso dizer que a mobilização começou em 61, mas nem todas as pessoas eram mobilizadas por conta da desconfiança, havia pessoas politicamente preparada para isso. No momento da mobilização nos diziam para termos a coragem, pois a terra é nossa a havemos de libertá-la, os portugueses não de voltar. Não tínhamos escola, hospital e escola, esses eram os motivos para libertarmos o nosso país, no momento da mobilização também nos diziam das torturas e pessoas mortas no massacre de Pindjiguiti.

³⁴Categoria utilizado para designar os portugueses, desconheço os motivos pelos quais esse nome foi atribuído.

Guiné, o treinamento visava capacitar os mobilizadores politicamente, ao ponto de desenvolverem competências que lhes permitisse desviar das armadilhas do invasor, e, conseqüentemente, atrair novos mobilizadores para o trabalho de base, permitindo a circulação de informação para demais comunidades. Ao se caminharem por esta via, os trabalhos funcionavam nas diferentes frentes, tanto dentro, assim como fora nas regiões de maior circulação sem restrições.

A existência da República da Guiné ao nosso lado permitiu ao nosso Partido decidir que alguns dos seus dirigentes se fossem lá instalar temporariamente para criar meios necessários para apoiar a luta. Isto permitiu-nos criar uma escola política para a preparação de militantes políticos activos, o que foi decisivo para a nossa luta. Em 1960 criámos em Conacry, em condições miseráveis, uma escola política para onde mandámos, em primeiro lugar, os militantes das cidades, para os preparar politicamente e para que fossem treinados e soubessem mobilizar o povo para a luta (CABRAL, 1974, P.88).

Os patriotas que instalaram em Conacri no “Lar dos Combatentes”³⁵ para receberem instruções que os permitisse lutar contra o inimigo voltaram para suas aldeias com responsabilidade de continuar a mobilização dos camponeses. Um dos aspectos que possibilitou o processo de mobilização foi o recenseamento agrícola, que permitiu Cabral conhecer um número significativo de camponeses, ele mostrava para os camponeses o quanto eram explorados pelo poder colonial no exercício das suas atividades e não só. Com essa influência do Cabral, as massas camponesas foram incutidas na mente que o único caminho era pegar a arma e expulsar os invasores. O contato pessoal foi uma parte importante no processo de mobilização (PEREIRA, 2003).

Por conta da diversidade linguística, as mensagens de mobilização eram passadas na língua étnica de cada população. Dependendo da sua localização geográfica, a mobilização foi uma das bases para Luta de Libertação Nacional, a essência desse processo assentava na unidade entre as etnias. De acordo com as testemunhas, a mobilização feita cuidadosamente nas diferentes povoações permitiu um grosso número de pessoas aderirem a Luta. Além do mais, o processo mobilizatório usou a pedagogia do despertar³⁶ através das formulações das perguntas que apresentavam a real situação da população diante das atrocidades dos portugueses.

³⁵Centro de treinamento

³⁶Sensibilização das pessoas através da realidade do dia durante a invasão

Para evitar possíveis constrangimentos, a mobilização levou em consideração vários fatores, entre os quais, religiosos e costumes da população. Ademais, tiveram cuidado na forma de abordagem como se pode constatar na seguinte passagem:

Não podíamos mobilizar as pessoas dizendo-lhes: <a terra deve ser para quem a trabalha>. Porque, aqui a terra não falta. Há toda a terra de que se precisa. Era pois necessário encontrar formas apropriadas para mobilizar o nosso campesinato, em vez de utilizar termos que o nosso povo não podia ainda compreender. Nunca mobilizámos as pessoas na base da luta kontra o colonialismo. Isso não dava nada; falar kontra o imperialismo não dava nada entre nós. Em vez disso usámos uma linguagem directa e acessível a todos (CABRAL, 1974, P.89).

A mobilização levou em consideração todos os fatores da condição social dos camponeses, porque havia diferentes níveis de compreensão tendo em conta a ausência da escola para aqueles que recusaram a assimilação. O cuidado com as abordagens e conteúdo a serem abordados foram pensados através da pedagogia do despertar, com a linguagem direta e acessível, elucidando os seguintes questionamentos:

Porque lutamos nós? Quem és tu? Quem é o teu pai? O que é que aconteceu ao teu pai, até agora? O que é que se passa? Qual é a situação? Já pagou os seus impostos? O teu pai já pagou os seus impostos? O que é que viste destes impostos? Quanto é que recibes do teu amendoim? Já pensaste no que ganhas com o teu amendoim? No trabalho que ele custou à tua família? Tu já estiveste preso? Vai trabalhar na estrada? Quem é que te dá a ferramenta para trabalhares? És tu que dás? Quem é que te dá a comida? És tu que a dás? Mas quem é que anda na estrada? Quem é que tem carro? A tua filha, que foi violada por fulano – achas isso bem? (CABRAL, 1974, p.89).

Esta súpula de questionamentos me conduz a uma profunda reflexão sobre a forma extraordinária que conduziram a mobilização. Não consigo refletir em outras possibilidades que pudessem conduzir os mobilizadores a conquista. Havia necessidade de as indagações apontarem o cotidiano da realidade em que viviam. Informar a razão da luta era o primeiro passo, como dizia o Comandante Lúcio Soares: “não se podia fazer a luta sem explicar os motivos” (SOARES, 2021, informação verbal)³⁷.

De modo geral, os mobilizadores levaram em consideração o vínculo familiar, que significa inserção do mobilizado na convivência da comunidade, para que possa entender da melhor forma possível o seu lugar e os fenômenos em volta; realidade do dia a dia diante das atrocidades do invasor português; a exploração de mão-de-obra

³⁷Entrevista concedida pelo combatente Lúcio Soares, 29/09/2021.

com altos impostos cujos proveitos rendiam a metrópole, reservando as massas populares o lugar da miséria e sem a possibilidade de desfrutarem a colheita; as prisões arbitrárias para criar pavor no seio da população, com isso todas as exigências deviam ser cumpridas; o desrespeito com o trabalho dos camponeses; a ostentação do invasor português tendo hábitos alimentares especiais, enquanto que a população vivia do resto; português tendo melhor vida em termos de locomoção; e por fim a situação do estupro que muitas mulheres foram vítimas.

A população tendo a compreensão de todos os pontos acima enunciados, desenvolverá, certamente, um sentimento de revolta e desejo de lutar pela libertação, portanto, justificativas para estar “passivo” com a situação teria menos espaço.

Nas afirmações de Amílcar Cabral, as formas de abordagens aos camponeses eram no sentido de evitar que pudessem pensar que os mobilizadores eram pessoas estranhas com a intenção de dar-lhes lições de moral. Para evitar as futuras agitações, os mobilizadores precisavam integrar ao mundo do camponês, fazendo-lhe perceber que sua presença representava o sinal de aprendizado. Feito essas precauções, no final de tudo, o camponês conseguia enxergar por si só a realidade e posteriormente mobilizar o resto da comunidade (CABRAL, 1974).

Por conta da dispersão da população, a metodologia adotada conseguiu fazer a informação circular rapidamente nas diferentes partes da comunidade, ao mesmo tempo criou no sujeito a capacidade de interpretação de pequenos fenômenos ao seu redor. Os mobilizadores desempenharam o papel de mensageiro através da pedagogia de libertação referenciada pelo Paulo Freire. Em linhas gerais, é perceptível que os mobilizadores tinham uma preparação ideológica, com a linha de raciocínio que visava despertar o camponês, fazendo-lhe enxergar a realidade, através dos exemplos que em algum momento ou outro já tinha acontecido. Também levaram em consideração as manifestações espirituais e qualquer tipo de hostilização quanto as práticas locais.

Pela funcionalidade do processo da mobilização, pode-se dizer que o treinamento feito na República da Guiné-Conacri teve seus efeitos positivos, na medida em que permitiu a formulação e desenvolvimento de questionamentos que levava em consideração o dia a dia da população. Nesse sentido, foi atingido o objetivo gradual, que visava essencialmente a união de diferentes grupos que compunham a então Guiné dita portuguesa, pois, através da unidade, seria possível a vitória almejada por todos.

Após um passo gigantesco na unificação das etnias para uma verdadeira Luta contra o regime colonial, as táticas dos combatentes entraram em funcionamento com pequenos atos que chamavam atenção, ao mesmo tempo anunciavam a determinação no enfrentamento ao colonizador. De lá para frente, restava apenas uma saída: a liquidação física do invasor e de todas as suas potencialidades, ditando o fim do processo invasivo.

O primeiro passo foi intitulado de ação direta, que tinha como finalidade sabotagem, ou seja, cortes de vias de comunicação, destruição de instalações de Norte a Sul. A ação direta era vista como caminhada para desencadeamento da luta armada. Mário Soares,³⁸ um dos percursores desta ação, relatou o seguinte:

E misti ba mostra tugas kuma partidu tene balentia, pabia di kila ku pui e mandanu pa ispludi puntus, pa bati arvuris na kaminhu pa pudi tuddji elis passa³⁹ (Mário Soares, 2021, informação verbal).

Através da testemunha, é perceptível a demonstração de coragem e determinação nas pequenas ações que posteriormente culminou com a guerra. O enfrentamento foi declarado e sintonizaram todas as alertas que pudessem causar o perigo ao movimento libertador diante das represálias do invasor português. Se observou que as sabotagens criaram pavor no seio das forças policiais portuguesas. Esta situação não lhes fez desistir da repressão contra a população, portanto, iniciar a Luta armada era o caminho.

³⁸Nasceu em Bula Norte da Guiné-Bissau pertence ao grupo étnico mancanhe. Sua infância foi como a de qualquer uma na época, irrequieto, mas mantinha respeito aos idosos. Estudou até 5ºAno de escolaridade do período colonial. Aderiu a luta com 16 anos através do mobilizador Zé Sanha e lutou na frente Sul concretamente em Empada. Participou da ação direta que tinha como objetivo explosão de pontes, congestionamento no trânsito e sabotagem contra as ações dos portugueses. Em 1962 foi preso e foi torturado, após a sua libertação continuou os trabalhos de Luta.

³⁹Queriam mostrar os tugas que o partido já tinha sua valentia, por isso nos indigitaram para explodir pontes, derrubar arvores no caminho o que impossibilitaria a circulação dos portugueses.

3 A GUERRA PELA LIBERTAÇÃO NACIONAL DA GUINÉ DITA PORTUGUESA

A luta de libertação nacional é em si mesma
 uma revolução social porque ela implica
 consequência fundamental uma
 mudança radical no sistema...
 Amílcar Cabral

Nitidamente, existe uma vasta literatura a respeito do tema em discussão, por marcar um período de grande relevância na disputa pela efetivação das leis impostas e, rejeição de qualquer ato que visava propagar a discriminação por viés cultural. Tendo a ciência desses elementos, não pretendo retomar a um conjunto de discussões apresentadas, muito menos sumarizar todo o processo de Luta armada. Apresento a discussão do momento histórico que remonta à história da guerra pela Luta de Libertação Nacional da Guiné até então dita portuguesa, envolvendo vidas e sentimentos de resistência face à preservação dos valores culturais guineense, negação do estado da submissão, tortura e exploração de mão-de-obra.

Apresento a discussão do momento histórico que remonta à história da guerra pela Luta de Libertação Nacional da Guiné até então dita portuguesa, envolvendo vidas e sentimentos de resistência face à preservação dos valores culturais guineense, negação do estado da submissão, tortura e exploração de mão-de-obra. Minha abordagem nesta sessão cinge nos seguintes apontamentos: enfoque nas razões que fundamentam o início da luta armada no Sul da então Guiné portuguesa, observando a contribuição das manifestações espirituais (*Muru*⁴⁰, *Irã*⁴¹, *Djambakus*⁴²), assim como uso de *mecinhu*⁴³; por fim, a importância da cantiga e algumas categorias no contexto de unidade nacional. Os pontos anunciados são as contribuições de forma diferencial desse trabalho para a literatura Bissau-guineense, concernente à Luta de Libertação Nacional.

⁴⁰Sábio, pode ser um homem ou uma mulher com poderes sobrenaturais capaz de prever futuro, seus materiais de consulta são: espelho, búzio, livros, etc

⁴¹Indica a representação simbólica da residência do espírito. Entre numerosas alternativas, este pode ser: um poilão, uma garrafa revestida de folhas de palma, um bosque, uma parte de um campo de arroz, um pedaço de madeira rústica ou bem trabalhada, um pau, uma estátua, uma urna de barro (bága-bága), uma parte de liana, um maxilar de bode, um crânio de macaco ou unicamente um buraco no chão” (DE JONG, 1988, p.6)

⁴²Pode ser um homem ou uma mulher, desempenha a função de curandeiro/a, também é um lugar de consulta espiritual, na maioria das vezes é encarnada por um espírito de revelação.

⁴³Amuleto, na maioria das vezes é feito por um *Muru*, *Djambakus*, também pode ser de um *Irã* pegado em uma *baloba*, serve como guarda corporal dependendo da função que é atribuído.

A trajetória de um longo processo de discriminação, humilhação e negação da humanidade, conhece sua nova fase, o período de enfrentamento físico entre as forças coloniais e nacionais conhecido como Guerra de Libertação Nacional.

A luta pela libertação foi o resultado de um conjunto de situação agravantes ao longo do período invasivo e foi visto como resposta ao invasor português que ignorou a humanidade ao povo guineense para cumprir a sua agenda, que visava o silenciamento dos povos tidos como não desenvolvidos. No imaginário português, a afirmação da sua cultura representava sinal de progressão. A situação imposta não passava da exaltação das forças do poder colonial, para erguer e ao mesmo tempo exercer toda a brutalidade criando o império do silêncio.

Durante muito tempo, o governo português silenciou os abusos, impedindo a opinião mundial conhecer os crimes coloniais. A evolução desta política foi graças aos outros países que tinham interesse em manter e conservar as colônias portuguesas (CABRAL, 1974).

Em quase todos os regimes coloniais, os africanos foram dados tratamento diferencial guiado pela ausência de respeito, indelicadeza nos direitos básicos do cidadão. Também verificou-se trabalhos severos e castigos sem limites (AUGEL, 2007).

A situação na Guiné se tornava cada vez mais tensa, os tucas reforçaram a vigilância em quase todas as partes, as tropas coloniais amedrontavam a população com armamentos (CABRAL, 1974).

A violência perpetuada atingiu um estágio sem precedentes, a ausência de respeito em relação à dignidade do homem africano ultrapassou todos os marcos, por isso, a Luta de Libertação Nacional foi a mais bela prova da resposta face à imposição portuguesa. O povo africano não suportou pacificamente as mazelas coloniais, por isso responderam a mesma moeda, sendo que a violência é uma das características do homem branco, nisso, se percebe que desprender das opressões coloniais não era o único desejo do povo colonizado, mas antes de tudo libertar-se da exploração do homem pelo homem e prosseguir com o desenvolvimento, a partir de uma perspectiva endógena, salvaguardando a cultura erguida há milhares de anos.

Perante os abusos e maus tratos, os africanos perceberam que a liberdade era um direito "inalienável" (NKRUMAH, 1977, p.6), tanto para eles, assim como, para aqueles que lhes mantinham na situação de dominados (NKRUMAH, 1977).

Tomando em consideração a desvalorização da cultura local e a opressão colonial, Amílcar Cabral afirma que, “se o domínio imperialista tem como necessidade vital praticar opressão cultural, a libertação nacional é, necessariamente, um ato de cultura” (CABRAL, 1999, p. 105).

A determinação demonstrada representava a afirmação da resistência que se expressava nos marcos culturais do povo da Guiné. Seguindo a lógica desta afirmação, a cultura expressada no âmbito da libertação representava elemento chave do povo colonizado. Portanto, a sua valorização era imprescindível. Se a invasão portuguesa assentava na imposição, a Luta de Libertação Nacional representava a salvaguarda dos valores culturais.

A resistência se expressou fortemente tendo em conta a limitação dos direitos do povo da Guiné, a obediência absoluta ao sistema colonial postulado no extermínio da cultura endógena (CANDE MONTEIRO, 2013).

Posto em evidência a resistência pela preservação cultural, a Luta pela Libertação Nacional se fundamentava nos princípios da vanguarda das manifestações culturais e negação do estado da alienação para que efetivamente fosse libertado o território invadido, garantindo a funcionalidade das atividades de forma independente, cujos benefícios desses trabalhos refletiam na melhoria da qualidade de vida da população, para que isso acontecesse a libertação era fundamental.

A libertação nacional se fundamentou no direito “inalienável”, (CABRAL, 1999, p.104) de qualquer povo. O direito que garante as condições para o desenvolvimento da própria história, portanto, o objetivo assentava na reconquista do direito das forças produtivas nacionais, apoderadas pelo poder invasivo e, por conseguinte, a libertação nacional seria quando fossem eliminadas todo e qualquer tipo de domínio estrangeiro (CABRAL, 1999).

Nkrumah reforçou a argumentação de Cabral apontando que mesmo tendo sido erguido a independência, a luta não cessará enquanto não forem eliminados o sistema colonial nas nações ainda em defesa dos seus territórios (NKRUMAH, 1977).

Constata-se a força e o poder da revolução africana perante as nações europeias, que ainda mantinham suas bases ignorando as formas de diálogo, para a resolução das agravantes situações que envolviam vidas humanas.

Devido as várias negociações sem sucesso e, ao mesmo tempo, as ameaças coloniais, não foi possível a concessão da independência por via de diálogo como é o caso de alguns países africanos (Senegal, Guiné-Conacri). O regime colonial

português não se congratulou com vários anos de exploração de recursos humanos e naturais, e decidiu manter a sua colônia tendo uma nova nomenclatura: província ultramarina. O movimento independentista percebeu que o diálogo não era o caminho para a libertação dos guineenses na dita Guiné portuguesa. A testemunha Marcelino Luís Mendes apresenta a recusa do diálogo por parte dos portugueses. Ouçamo-lo:

Cabral tenta fasi negociason di independensia suma Senegal, ma e ka da bon resposta, kuma e pega Guiné ku sangui, enton si no misti libertal no tera ina sedu ku guera. Tugas ta punta ba kal matirial ku no tene pa guera ku elis? Cabral tenta convensi elis, ma e ka seta, i e manda militar pa tudu ladu pabia e sibi kuma tardi ou sedu i na tem ruvuluson⁴⁴ (MENDES, 2021, informação verbal)⁴⁵.

Confiantes na manutenção do regime colonial e perpetuação de atos bárbaros, os portugueses ignoraram possíveis caminhos de diálogo que eliminasse a fase mais aguda da resistência. Diante do questionamento do entrevistado, percebe-se a total ignorância dos tucas, alimentando o desejo de derramamento de sangue, deflagrando toda a sua crueldade; caracterizada também pelo desprezo da capacidade do movimento libertador em conseguir materiais de guerra e poder organizar uma revolução que fosse capaz de derrubar o regime vigente. Portanto, não havia outra saída além de enfrentar o inimigo fisicamente com ou sem materiais de qualidade.

O movimento libertador procurou possíveis caminho que evitasse a eliminação do homem pelo homem. O desinteresse dos portugueses não lhes permitiu uma racionalidade que procurasse diálogo como solução plausível, a esperança alimentada por vários anos não teve sucesso, e a guerra foi escolhida como solução para resolver todos os problemas enumerados.

Os nossos povos alimentaram durante muito tempo a esperança de uma solução pacífica. Mas o governo português recorreu ao desencadeamento da guerra colonial e de exterminação [...]. Hoje estamos firmemente convencidos de que os colonialistas portugueses não serão expulsos da África a não ser pela força (CABRAL, 1974. P.17).

Levando em consideração todos os desafios enfrentados, não se podia considerar pacífico alguma ação que não passasse pela mesa de diálogo, as lutas

⁴⁴Cabral tentou fazer a negociação de independência como Senegal, mas não deram resposta satisfatória alegando que pegaram a Guiné com sangue, portanto, se quisermos seria através da guerra. Os tucas perguntavam que materiais tínhamos para lutar com eles? Cabral tentou convencê-los, mas não surtiu efeito, a partir disso enviaram militares nas demais partes onde não havia porque souberam tarde ou cedo haveria revolução

⁴⁵Entrevista pelo combatente Marcelino Luís Mendes, em 11/08/2021.

não aconteceram num clima de solidariedade, porque os tucas apresentaram desde sempre condutas agressivas. Talvez não seja apenas por esse motivo, mas pelo fato de terem invadido um território e ao mesmo tempo impondo suas regras. Perante a crueldade e inflexibilidade demonstrada pelos portugueses, as resistências travaram as imposições vigentes. Por uma outra situação, o povo estava ciente que os portugueses só podiam ser expulsos através de uma luta sangrenta.

Os combatentes entenderam que reuniam condições para início da Luta, tendo em conta que “a luta de libertação nacional é, acima de tudo, uma luta tanto pela preservação e sobrevivência dos valores culturais do povo, como pela harmonização e desenvolvimento desses valores” (CABRAL, 1999, p.110).

Pelos princípios que fundamentaram a conservação das práticas locais que versavam pela vida cotidiana, o povo da Guiné representando a força motriz das suas ações, sentiu a necessidade de lutar para libertar a própria terra diante das atrocidades do invasor. Desse modo, decidiram entregar a vida pela liberdade plena.

Depois de muitos anos de preparação, a Luta de Libertação Nacional teve seu início no dia 23 de janeiro de 1963 na zona Sul da Guiné-Bissau. As forças nacionais nos primeiros momentos se instalaram na república vizinha da Guiné-Conacri (AUGEL, 2007).

Para Cabral (1974), não desencadearam a guerra por serem guerreiros ou gostarem da guerra, também o motivo da guerra não prezava em conquistar Portugal. Fizeram a guerra por serem obrigados a fazê-la para salvaguardar e reconquistar os direitos humanos, os direitos da Nação africana. O propósito da guerra é a libertação total do povo da Guiné, garantindo a independência internamente e a nível internacional.

Foi na base desses pensamentos que muitas pessoas decidiram lutar para libertar a Guiné dita portuguesa.

N'entra na luta pabia n'dibidi ba entra, npadidu na zona nunde ku luta i era ba forti (kubukaré) i tem ba um grupo di combatenti forti (Nino, Umaro Djalo) e ta bim ba no kasa, nta obi ba conbersas di mobilisason i nsibi kuma i tem um grupu ku misti ba independensia. Nha pape ta fala ba luta kontra brankus pabia e mau e ka bali, el i mora ba na Bulama di Bidjugus i fusi pabia di maltratu. Nha ermoms e entra badja na luta, enton ami nbai memu kaminhu (BARBOSA, 2021, informação verbal).

Independentemente da condição social, religiosa e étnica, inúmeras pessoas aderiram a Luta e cada uma com a sua motivação e desejo de poder contribuir com o seu mínimo. Importante lembrar que adesão de inúmeras pessoas se deve ao

processo de mobilização feita em todo território nacional, que representa um compromisso inalterável com as causas da Luta, explica a testemunha Fernando Caetano Barbosa, tendo a ciência que os membros da família entraram na luta. Portanto, não lhe restava outras opções senão lutar pela libertação do seu país e garantir a reconquista dos direitos negados.

Barbosa explica, por mais que não tinha tamanha noção do que se tratava da Luta e conjunto de movimentações pela independência, as conversas escutadas lhe davam um direcionamento do caminho a seguir. Lembrando que seus irmãos entraram na Luta pela causa justa, também o ódio manifestado pelo pai com relação as torturas certamente criou-lhe sentimento de revanche. Foi na base dessas manifestações de pensamento que o sentimento de adesão à luta começou a ter os seus efeitos.

Em síntese, a Luta armada pela libertação da Guiné dita portuguesa como se apelidava, foi desencadeada justamente para responder a opressão colonial, que representava um sistema cruciante no desenvolvimento da cultura nacional. Os movimentos de libertação pertencentes a pequena burguesia, “os intelectuais, empregados” (CABRAL, 1999, p. 116-117), que relacionavam diariamente com as massas camponesas nos meios rurais, perceberam da melhor forma possível a vivência do povo e a importância dos valores culturais. Desta forma, obtiveram um entendimento sobre a realidade econômica do país, os dirigentes enfatizaram a cultura com intuito de auxiliar o movimento ao serviço do povo. As massas trabalhadoras, na sua maioria os camponeses, ficavam nas suas aldeias ou regiões, o que impossibilitava de certa forma uma relação social com outros grupos. No entanto, ao perceberem da importância que representavam para a luta, alteraram os paradigmas e incorporaram novas conjunturas que os permitiam progressivamente assimilar conhecimentos pertinentes no âmbito da luta, a fim de exercerem funções importantes no movimento de libertação (CABRAL, 1999).

3.1 Tite como ponto de partida e o alastramento combate

Qualquer planejamento para execução de uma ação exige um ponto de partida; foi na fundamentação dessa ideia que o movimento conduzido pelo Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde delineou o Sul, concretamente Tite, para início da Guerra de Libertação Nacional contra o jugo colonial português.

Antes de tudo, faz-se necessário entender as motivações do início da luta armada no Sul do país. De antemão se percebe que essa questão gera diversas interpretações por parte dos combatentes, no entanto, nenhuma justificativa pode ser descartada em detrimento da outra; é possível que uma seja mais plausível, o que não significa verdade absoluta.

Para Marcelino Luís Mendes, a escolha do Tite como ponto de partida deve-se as limitações dos guerrilheiros em termos materiais e também como estratégia de luta. Nessa empreitada,

Tite kudjidu pabia tudu ladu i era ba matu, enton es bom pa guirilia, i ka nha tempu, ma kuakler tera ku tene matu tchiu ta djuda muvimentu ku na luta pa independensia. Ina sedu ba dificil fasi guera na disertu suma gurilia, so executu rugular ku ta fasi kila. Suma e ka tene ba tchiu matirial e tem ba ku cria se istrategias⁴⁶ (MENDES, 2021, informação verbal)⁴⁷.

Por essas interpretações, o movimento libertador, diante da debilidade em termos de armamento, procurou encontrar estratégias que facilitava o enfrentamento do inimigo que dispunha de armas de qualidade. Pelas condições levantadas, a guerrilha via o Tite como lugar ideal para atacar o inimigo e ao mesmo tempo um esconderijo.

Como referenciado anteriormente, foram elucidadas várias motivações para o início da luta em Tite. Nas palavras de Fernando Caetano Barbosa, as motivações versam na coragem e determinação dos guerrilheiros, no sentido de mostrar aos tucas o poder da revolução e libertar os presos concentrados na zona Sul. Ouçamo-lo:

I tene manga di interpetason. Purmeru, i di kuma i tene ba un kampu nunde ku e tene djintis ku prindidu i e ta maltrata ba elis, enton guerilia misti kaba ku es maltratu. Sugundu, i kuma PAIGC mobilisa djintis tchiu na Sul, tambi la fora i tene ba djintis ku sta ku partidu, pabia des kusas ku pui e misti ba mostra tucas kuma brinkadera kaba, i ten dja forsa li liberta tera, npensa i es ki motibu⁴⁸ (BARBOSA, 2021)⁴⁹.

⁴⁶Tite foi escolhido, porque todas as zonas eram cobertas de mato, então como guerrilheiros isso nos facilitava, não era no meu tempo, mas qualquer país com floresta densa facilitava movimento independentista. Tornaria difícil fazer guerra no deserto enquanto guerrilheiros, apenas o exército regular faz isso. Havia limitação nos materiais bélicos, então tínhamos que procurar as nossas estratégias.

⁴⁷Entrevista concedido pelo combatente Marcelino Luís Mendes, em 11/08/2021.

⁴⁸As interpretações são diversas. Primeiro, havia um campo de concentração onde os tucas faziam tortura aos guerrilheiros presos, então o objetivo era de colocar um ponto final nessa história. Segundo, o PAIGC tinha mobilizado um número significativo de pessoa naquela zona e a nível internacional estava bem posicionado, o partido queria mostrar aos tucas que já passou o tempo de brincadeira e têm uma força para libertar o país, creio que esses são os motivos

⁴⁹Entrevista concedido pelo combatente Fernando Caetano Barbosa, em 27/08/2021.

Pode-se constatar que, as motivações para o início da luta em Tite, por mais que sejam de interpretações diversas, trazem justificativas que demonstram insatisfação com o regime vigente; a estratégia de um grupo não fortemente armado; o conhecimento da área e o favorecimento nas matas de Tite. Ademais, a guerra em Tite se fundamentava a partir de considerável número de pessoas mobilizadas na zona Sul. Por essa razão, o movimento libertado assegurou o contingente populacional que concentrava diferentes grupos étnicos.

Cande Monteiro (2013) considera que o Sul foi a base de algumas etnias (Nalus e Balantas) que tinham nas suas tradições as atividades agrícolas. Também tinham conhecimento e ao mesmo tempo dominavam a geografia da região, em especial a circulação entre os rios que dividiam as diferentes comunidades.

A autora acrescenta que, a união de diversas etnias derivada de vínculos de reciprocidade e alinhamento nas práticas foram pertinentes para o início da luta armada, pois, “todas estas etnias trouxeram para a luta armada suas experiências de guerrilha nas campanhas de pacificação desencadeadas pelo colonialismo português” (CANDE MONTEIRO, 2013, p.168).

Com o conhecimento geográfico da região e as experiências avindas dos grupos étnicos nos antigos enfrentamentos com os portugueses, foi possível desencadear o ataque ao aquartelamento de Tite, acontecimento que marca simbolicamente o início da Luta armada, uma caminhada que descrevia o rumo pela independência.

As interpretações de Barbosa (2021) se assemelham com as de Castanheira (1995), que afirma que o governo da Guiné mantinha uma relação com o rei de Marrocos Hassan II, e recebia por via Conacri ajudas alimentares, carregamento de armas e não só. Nessas transições, alguns dos camaradas foram presos: “Camp Bairo, Aristides Pereira, Vasco Cabral, Luís Cabral”, por descobrirem balas nas mercadorias. Esta situação gerou clima de insatisfação no interior da Guiné, e alguns combatentes decidiram proceder com ataque para libertar os presos (CASTANHEIRA, 1999, p.42).

Os guerrilheiros atacaram o quartel de Tite onde se encontrava o exército português, esse ataque foi possível devido a estratégia dos combatentes nas florestas e tabancas⁵⁰ mais longínquas do país. PAIGC tinha aproximadamente seis (6) bases

⁵⁰Grupo de pessoas da mesma idade ou da mesma geração que se organizam para confraternizações e apoio mútuo em ocasiões ou circunstâncias diversas, constituindo uma harmonia.

na zona Sul, enquanto que na Norte havia nos primeiros momentos duas (2). O governo português se sentiu surpreendido, pois não esperavam os ataques pelo interior, mas sim através da fronteira (SILVA, 1997).

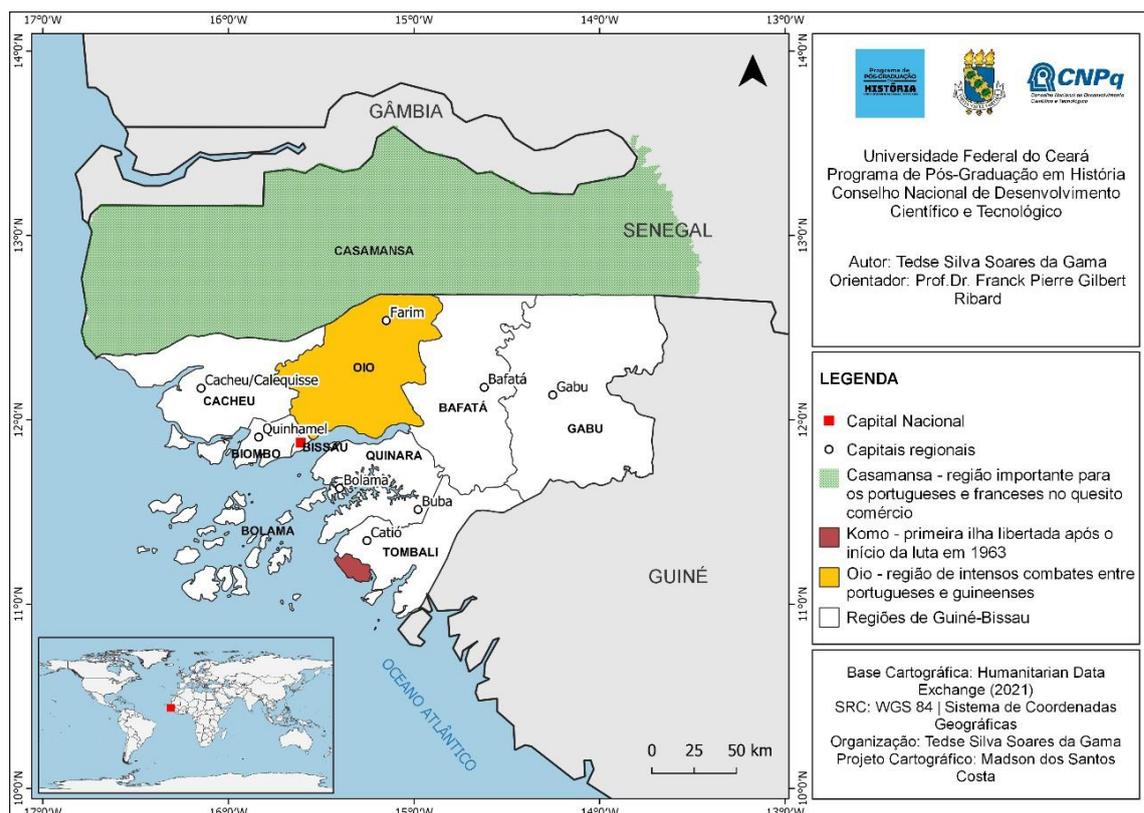
Observa-se que todas as estratégias usadas pelo movimento libertador tiveram fruto, enquanto formava base na fronteira, enviou militares para o ponto central do ataque. No entendimento dos tucas, o início da revolução passaria pela zona de treinamento, o ataque demonstrou o poder da revolução no qual os portugueses descreditavam.

De acordo com José Matos (2015), o ataque ao aquartelamento de Tite nas proximidades de Bissau, no dia 23 de janeiro de 1963, foi protagonizado numa madrugada por um conjunto de quinze (15) ou vinte (20) guerrilheiros do PAIGC; a ação provocou mortes e feridos. Os guerrilheiros também incendiaram o quartel, este acontecimento marca significativamente o início da guerra (MATOS, 2015).

Pequenas ações, poucos armamentos e grandes atos protagonizaram uma das maiores revoluções nunca antes vista no contexto da invasão na Guiné dita portuguesa. Os guerrilheiros dispunham de algumas pistolas e outros materiais insignificantes quando se compara com aparato militar dos portugueses. Os limites no quesito armamento não impossibilitou o início da luta por parte dos guerrilheiros; a determinação, a confiança e as estratégias formaram as bases para uma luta sangrenta que eliminasse definitivamente um conjunto de abusos perpetuados por longo período. Desse período em diante, o partido contava com uma força indestrutível.

O PAIGC estava comovido pela forte confiança de que o poder colonial não destruiria a união que se vivia dentro do partido, pois suas forças armadas dispunham de armamentos que iriam ser utilizados contra o inimigo para o progresso da luta. Por outro lado, o povo se sentia cada vez mais motivado para desencadear a Luta, pois estavam firmes e determinados na preservação dos valores culturais (CABRAL, 1999).

A partir desse momento, os combatentes do PAIGC entenderam que reuniram as condições básicas, para enfrentar o inimigo e prosseguir com a guerra.



Fonte: Trabalho de campo elaborado pelo autor, 2022.

Como se pode constatar no mpa, conciliando com a afirmações de Silva (1997), o combate foi se alastrando por diferentes localidades a nível nacional. Em julho de 1963, o confronto atingiu as florestas de Oio⁵¹; nos finais de agosto o combate chegou nas seguintes regiões, sectores e secções: Bissorã⁵², Enchia⁵³, Mansoa⁵⁴, Mansabá⁵⁵ e Olossato⁵⁶. Tendo em conta a disputa entre as tropas coloniais e os guerrilheiros, as atividades comerciais foram afetadas, as estradas foram destruídas e a população deslocava para as outras localidades. Os ataques foram descritos por General Manuel Gomes d'Araújo em duas situações. Na zona Norte, por parte do Senegal, os grupos não eram tão numerosos, as suas incursões duravam pouco tempo; enquanto que na zona Sul os grupos estavam bem armados com treinamentos recebidos nos países da África do Norte e continham maior número de guerrilheiros.

Nos momentos iniciais, os guerrilheiros atuavam simplesmente para defender a população nas zonas libertadas dos bombardeios das tropas coloniais, porque a

⁵¹Região da Guiné-Bissau

⁵²Setor na região de Oio na Guiné-Bissau

⁵³Localidade na Região de Oio na Guiné-Bissau

⁵⁴Setor administrativa da região de Oio na Guiné-Bissau

⁵⁵Setor administrativa da região de Oio na Guiné-Bissau

⁵⁶Localidade na Região de Oio na Guiné-Bissau

população ficava vulnerável na ausência dos guerrilheiros do movimento libertador (LUÍS CABRAL, 1984).

Os combates se intensificaram. Após um ano de Luta de Libertação Nacional, os guerrilheiros resistiram a tremenda Luta na ilha de Komo⁵⁷ (ver no mapa 01, p.54). O intuito prezava na reconquista e controle do Sul da Guiné. Devido ao intenso combate, a Direção do partido ordenou a retirada dos velhos e as mulheres. No cenário de dificuldade de movimentação, os militares lutaram por aproximadamente 75 dias a imobilização naval com suporte da aviação e contingente militar do poder colonial (PEREIRA, 2003).

Mesmo com algumas dificuldades em termos de movimentação dos militares e armamentos, os guerrilheiros resistiram até as últimas instâncias. Com isso, conseguiram efetivamente libertar a zona Sul do país, dando a população maior tranquilidade nas suas relações cotidianas. Com todas as dificuldades, torna imprescindível apontar algumas situações que garantiram o sucesso nesta zona. Pois,

Na bardadi ami i era pikiniu, nka mati kil guera nim nka kungsi ilia, ma n'obi garandis na papia, kuma na kunsada tugas ndjuti ba armas ku no tene, ma tambi no tene djintis ku tene puder, bu pudi fugia mil bias bala kana entra. Na Komo guera kinti ba didia ku dinoti, ma di 60 dia luta diretu⁵⁸ (MENDES, 2021, informação verbal)⁵⁹.

Um dos erros da administração colonial e de seus militares foi sem dúvida o menosprezo das mobilizações feitas nas diferentes tabancas, assim como as armas que os guerrilheiros tinham. Além dos armamentos, não foi dado a importância o poder espiritual como parte da realidade guineense; a desqualificação dos dois elementos ditou a derrota incalculável dos portugueses nesse confronto. A resistência demonstrada durante a batalha de Komo, que culminou com a vitória, permitiu inúmeras pessoas a compreensão da força que o movimento libertador carregava; os que ainda não haviam se posicionado acabaram por entrar na causa justa, para defenderem seus valores e preservarem sua cultura.

I pabia di risistensia di omis di guirilia ku koragen ku luta didia ku dinoti mas di 60 dia kontra armas balentis ku tugas tene ba. Dipus di libertason di Ilia

⁵⁷Nome de uma ilha no Sul da Guiné-Bissau onde ocorreu um dos enfrentamentos ferozes que permitiu um avanço gigantesco dos guerrilheiros na reconquista dos espaços ocupados.

⁵⁸Na verdade, eu era menor, não enfrentei e não conheço a ilha, mas escutei dos nossos velhos. No início os tugas desprezavam os nossos armamentos. Tinham pessoas com poderes sobrenaturais pode atirar mil vezes a bala não penetra. Combate de ilha de Komo foi intenso (dia e noite) mais de 60 dias em ação

⁵⁹Entrevista concedido pelo combatente Marcelino Luís Mendes, em 11/08/2021.

manga di djintis kunsu ku ganha koragen pa entra na luta⁶⁰ (BARBOSA, 2021, informação verbal)⁶¹.

Em face as argumentações relativamente ao combate na ilha de Komo, pode-se destacar algumas questões determinantes na vitória: menosprezo dos portugueses face aos armamentos dos guerrilheiros do PAIGC; e o uso dos poderes sobrenaturais como sinal de proteção⁶².

Importante ressaltar que nos relatos sobre a duração do combate, os escritos do PAIGC e de Aristides Pereira apontam 75 dias e noites. Algumas falas dos meus interlocutores convergem com os dois acima mencionados, no entanto alguns combatentes apontam para 80 dias, portanto, há uma discrepância em termos numéricos. Cabe ainda mencionar o impacto da vitória que despertou atenção de várias pessoas indecisas.

Para os meus interlocutores, quando se fala da libertação da ilha de Komo, Pansau Na Isna⁶³ (combatente da liberdade da pátria) é um dos grandes nomes de destaque, pois sua participação e liderança foi fundamental e determinante na primeira conquista.

Após a conquista da ilha do Komo, Luís Cabral transmitiu a população mensagem do partido e de Amílcar Cabral, felicitando-o pela grande vitória. Isso foi apenas uma parte da luta; a vigilância continua porque a guerra ainda não havia terminado. Os colonialistas não desistiram da opressão, os guerrilheiros não esconderam o contentamento pela mensagem vinda da Direção central do partido. A população do Komo resistiu a batalha tendo em conta que esta ilha foi uma das exploradas pelos colonialistas (LUÍS CABRAL, 1984).

Percebe-se que a vitória foi movida por vários motivos, entre os quais o uso de poderes sobrenaturais⁶⁴ tendo em conta a debilidade militar apresentada ao longo do combate. Essa argumentação traz um questionamento – como foi possível ganhar combate diante dos armamentos navais e aéreos e um arsenal militar do poder

⁶⁰Foi através da resistência dos homens corajosos e guerra de guerrilha noite e dia, mais de 60 dias diante de grandes armamentos que os tucas tinham. Após a libertação da ilha muitas pessoas tiveram a coragem de participar

⁶¹Entrevista concedido pelo combatente Fernando Caetano Barbosa, em 27/08/2021.

⁶²Este assunto será desenvolvido com maiores detalhes na próxima sessão.

⁶³ Foi combatente da liberdade da pátria, nasceu em 1938 e morreu em combate em 1970 em Nhagkrá. De acordo com sua esposa Ntande, que também é combatente e uma das minhas entrevistas, ele sempre defendeu lutar pelo seu país, para mais informações consultar - <https://projeto1gw.blogspot.com/2018/09/quem-foi-pansau-na-isna.html>.

⁶⁴São forças que se famifestam de diversas formas e que não podem ser vistos a olhos nu, no contexto da Guiné-Bissau (Irã e Difunto).

colonial? A pergunta suscita várias interpretações, mas atrevo em destacar o uso do poder espiritual como a principal fundamentação.

3.2 Uso de *mecihu*, figura de *Irã*, *Muru* e *Djambacus* no contexto da guerra

É verossímil que cada povo tem o seu sagrado e, é através deste que as populações locais se conectam espiritualmente, fazendo todas as celebrações que as mantém ligados. A espiritualidade é indissociável com a cultura africana.

O africano é um ser fortemente ligado ao mundo espiritual, na sua percepção a espiritualidade não é apenas um conjunto de códigos, regras ou crença, acima de tudo é um modo de viver que se fundamenta na cultura e valores identitários de um povo. É um elemento primordial na estabilização e transformação da vida social (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010).

A partir da figura abaixo observa-se uma das formas de comunicação com o mundo espiritual no contexto africano.

Figura 3 - A representação do sagrado no contexto da convivência do mundo espiritual africano, que perpassa pela de conjugação de forças ancestral para comunicação com a divindade.



Fonte: Arquivo Casa Comum – Fundação Mário Soares, Inep, sd, disponível em http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7284#!e_7294. Acessado no dia 25 de agosto 2022.

No cenário africano é comum observar a utilização de uma entidade como sinal de representatividade de uma espiritualidade, em que diferentes grupos organizam suas celebrações e comunicação com o mundo ancestral. No contexto guineense, não difere a observância dessas práticas. A figura (3) oferece situações que expressam a convivência e as formas de realizar as cerimônias. Esta expressão não representa todas as mais diversas maneiras de convivência com o mundo espiritual, pois cada grupo tem uma maneira específica de representar uma divindade.

Essa entidade pode ser encontrada nas casas, num local sagrado destinado apenas as cerimônias, amarradas no corpo e carregadas em *barkafon*⁶⁵.

Na realização destas cerimônias, os velhos são responsáveis para cuidar de todo o processo, desde o tipo de vestuário, o animal que deve ser sacrificado, o lugar onde se deve fazer a prática, pessoas que podem se envolver para não criar perdas familiares. Ou seja, os velhos são convocados não pela idade, mas por terem a sabedoria e conhecimento na materialização da cerimônia e poder de comunicar como mundo espiritual.

Desta forma, estamos diante uma entidade não identificado em termos de grupo étnico, mas traz a representação de um sagrado que sua identidade também não foi revelada, no entanto, torna-se perceptível que se trata de uma cerimônia ou consulta espiritual, na qual almeja-se informações sobre uma determinada comunidade ou previsões pessoais e/ou em grupo. Na maioria das cerimônias, os animais são sacrificados para alimentar a divindade representada na figura (3), simbolizando o cumprimento de um ritual. Vale ressaltar que todos as representações ao redor têm suas importâncias e significados em cada momento da cerimônia.

Algumas cerimônias têm épocas específicas para serem realizadas, outras podem acontecer em qualquer período do ano. Também a consulta segue o mesmo procedimento, portanto, na conjuntura africana, senão, guineense, qualquer ação tem seu fundamento no mundo espiritual, nada acontece por acaso, pois a vida tem sua regulamentação na espiritualidade.

Nesse caso, a vida em África na maioria das vezes é regulada pelas forças sobrenaturais, possibilitando comunicar com o sagrado, assegurando a obtenção dos recursos naturais, normalizar a flexibilidade do trabalho ou até nas convivências. O rogo aos espíritos acontece em diversas circunstâncias: no momento de “paz ou de guerra, em momentos de felicidade ou de dor, de saúde ou enfermidade (de algum membro da família ou animais) para resolver dúvidas ou contendas” (SCHIEFER, 1994 apud AUGEL, 2007, p.92).

⁶⁵Não existe uma tradução direta desta palavra, mas numa linguagem próxima podemos dizer bolsa, sendo um instrumento que os velhos penduram nos ombros quando deslocam de um espaço para outro, a fim de participar de cerimônia.

A espiritualidade africana revela-se, sobretudo, na forma de relação com a natureza, ao mesmo tempo na procura de conhecimentos tanto de forma visível e invisível (TSHIBANGU; AJAYI; SANNEH, 2010).

Na visão ocidentalista, as práticas africanas que se fundamentam na espiritualidade não passam de um mero ato satânico, as suas continuidades representam um sinal de retrocesso para o mundo cristão, cuja base se fundamenta nos princípios bíblicos que conduz a visão dos missionários.

Na concepção dos missionários católicos, existe apenas um único Deus verdadeiro, cujos fatos foram anunciados na Bíblia, todas as demais divindades não passam de mera utopia; a salvação depende da aceitação do Jesus Cristo, a igreja representa um meio na qual se pode obter a salvação. Os missionários e administradores coloniais foram determinantes na disseminação do cristianismo, o objetivo visava não apenas a conversão, mas também difundir a cultura europeia nas demais partes da África. Para os efeitos, atuavam contra a espiritualidade africana nas suas múltiplas formas de adoração, principalmente na comunicação com os sobrenaturais, sacrifício animal nas manifestações e reverência aos ancestrais. Hostilizaram e proibiram inúmeras práticas espirituais. Face aos ataques, os africanos resistiram pela continuidade das suas práticas (OPOKU, 2010).

Baseado nos escritos de Opoku, os africanos cujos a vida se regulamentava nos princípios espirituais, deviam obrigatoriamente aceitar a bíblia e, conseqüentemente, praticar os ensinamentos nela escrita, ao mesmo tempo frequentar as igrejas nos dias estabelecidos. Importa ressaltar que a vivência do povo africano ultrapassa a dimensão bíblica, porque não é regido pelos princípios que determinam a sua convivência, como, por exemplo, amarrar amuleto na cintura.

A convivência com orientações bíblicas se fundamentava no postulado do cristianismo. Na Bula Romanus Pontifex de Nicolau V⁶⁶, os bispos são os servos de Deus e têm a missão paternal de todos povos do mundo, evangelizando-os e submetendo-lhes o cristianismo; e ao mesmo tempo impondo a aceitação de um único senhor, tendo como pretexto a salvação das almas.

Ao analisar a Bula, Antônio Bispo dos Santos (2015) enfatiza que a mesma concedeu amplos poderes aos cristãos de fazerem qualquer ato contra povos considerados pagãos.

⁶⁶Bula Romanus Pontifex de Nicolás V, concediendo a los Reyes de Portugal las tierras que descubriesen navegando hasta la India". Roma, São Pedro, 8 de janeiro de 1455.

Diante dos impedimentos para realização e celebração dos cultos, a desobediência foi a palavra de ordem que possibilitou a continuidade de um conjunto de manifestações, que se fundamentavam nos princípios e modos do viver africano baseado no rogo aos espíritos. A espiritualidade no contexto da África baseia numa visão peculiar que não se manifesta apenas através do sobrenatural, mas também no conhecimento e entendimento sobre o universo e o seu lugar neste espaço. Assim, a compreensão da natureza orienta a sua convivência.

As práticas africanas estão ligadas à natureza, pois esta não é um mero espaço de plantação com vista a sobrevivência da comunidade, antes de tudo, serve de encontro para se comunicar com os espíritos ancestral, com intuito de atender os anseios da aldeia. No cenário guineense, dentre as grandes árvores da natureza, se destaca o *Polon*⁶⁷, cuja sombra é de grande valia.

Figura 4 - Polon-Poilão (árvore de grande porte, no cenário brasileiro pode ser enquadrado como Baoba).



Fonte: Arquivo caso comum, Inep. Sd. Disponível em http://casacomum.org/cc/arquivos?set=e_7284#!e_7294.

A figura apresentada retrata uma mata sagrada cercada de diversas árvores, cujo *polon* se destaca tendo em conta a sua estrutura e o valor que representa para o

⁶⁷No contexto brasileiro, Baobá.

mundo espiritual. O *Polon* é uma árvore de grande porte que pode ser encontrado tanto nas matas, assim como nas *tabancas*, o seu significado é atribuído através da relação que a comunidade estabelece com a árvore. Entende-se que o *Polon* é uma árvore plantada por um ancestral que ocupou um determinado espaço, o seu valor ambiental dispõe de uma sombra que é apropriada pela comunidade. Nesse espaço é possível verificar práticas educativas, comerciais, etc, e diferentes manifestações, *djumbai*⁶⁸, *mandjuandadi*⁶⁹ e as cerimônias de culto aos ancestrais que na maioria das vezes acontece com sacrifício animal, como sinal de oferenda e alimentação da alma de um ancestral, etc.

A Sombra de *Polon* desempenhou importantes papéis nas *tabancas* e *moransas*⁷⁰. De acordo com Silva (2017), é um espaço que engloba diversas atividades, dentre as quais, o aprendizado, ou seja, educação baseada no ensinamento dos mais velhos para os mais novos, tanto da vida em comunidade, assim como demais aspetos que envolvem a vida comunitária, criando um espírito do bem comum. Na maioria das vezes, os espíritos habitam em *polon* por isso algumas cerimônias são nas matas.

Desta forma, o cuidado com a natureza torna-se imprescindível para o desenvolvimento da aldeia. Assim sendo, no âmbito dos benefícios para a comunidade, nem todas as árvores dentro da natureza são aproveitáveis por se tratar de sagrado. Essa maneira de relação com a natureza perdeu espaço e, “toda a intervenção europeia, durante o período colonial, fundamentava-se no postulado de que para implementar o progresso era preciso transformar ou mesmo destruir por completo a cultura africana” (OPOKU, 2010, p.597).

A partir da ideia do banimento da cultura africana, torna perceptível que, na cosmovisão portuguesa, a forma de relação com a natureza se fundamentava através da bíblia, sendo a única capaz de oferecer todas as orientações da vida. A forma da relação com a natureza que visava essencialmente sobrevivência da comunidade guineense, na qual os excedentes serviam como produto de troca, deveriam ser alteradas para que as forças de trabalho dos nativos possam servir como base de

⁶⁸Diversão num ambiente livre com pessoas de diferentes idades, um espaço onde aparece diferentes informação do caráter cômico, as narrativas proporcionam conforto entre as pessoas envolvidas.

⁶⁹Grupo de pessoas da mesma idade ou da mesma geração que se organizam para confraternizações e apoio mútuo em ocasiões ou circunstâncias diversas, constituindo uma harmonia.

⁷⁰Agrupamento de unidade de palhotas com pessoas de mesmo grupo étnico, o que significa dizer, dentro de uma tabanca poder existir várias *moranças*.

apropriação dos recursos naturais, conseqüentemente, o sustento do capitalismo. Portanto, na visão portuguesa, a natureza servia para extração dos recursos que nela existem.

O cuidado com a natureza permitiu a conservação de *polon* e demais árvores de grande porte e com elevado grau de importância no convívio dos guineenses, assim como nos períodos da guerra, sendo espaço de celebração dos cultos de proteção da parte material (corpo).

No cenário guineense, a espiritualidade se manifesta de diferentes formas. Nesse trabalho não pretendo evidenciar todas, mas apresento as três (*Irã*, *Djambakus* e *Muru*) que considero relevantes do ponto de vista identitário, por terem sido importante na Luta de Libertação Nacional, contribuindo na emancipação desse povo, salvaguardando o interesse nacional. Através das divindades acima expostas, apreço *mecinhu* como elemento protetor.

O *Irã* é uma entidade espiritual que se localiza em diferentes espaços, principalmente em *polon*, espaço de comunicação com ancestral e realização das cerimônias. Pode ser representado de diversas formas, mas, apenas pessoas com sabedoria e poder espiritual conseguem comunicar com o *Irã* e transmitir a sua mensagem. Serve de proteção para as pessoas pertencentes a sua linhagem. Em caso de descumprimento das práticas, atua para castigar os infratores, situação que pode causar até perda de vida do infrator; ao mesmo tempo serve para contribuir na vida das pessoas que apresentarem dificuldades; também é possível assinar pacto com o *Irã*, dependendo da sua necessidade. O *Irã* é ser usado para situações benéficas e maléficas. Na maior parte das ocasiões, as pessoas que comunicam ou servem o *Irã* usam o pano vermelho, o sangue animal e aguardente (cachaça) funcionam como alimentação dessa entidade.

Diferentemente do *Irã*, o *Djambakus* é uma pessoa física do sexo masculino ou feminino que comunica com uma entidade espiritual, funciona ou desempenha a função de curandeira/rezadeira, que serve como consulta espiritual para as pessoas com dificuldades na vida ou os que desejam prever situações futuras. As revelações do *Djambakus* vêm do espírito encarnado, seguido de caminhos que devem ser percorridos para resolução do problema apresentado.

Não muito diferente do *Djambakus*, o *Muru* também é uma pessoa física de predominância masculina com poderes sobrenaturais, que atua para projetar o futuro das pessoas que procuram essa entidade, por outras palavras o *Muru* pode ser

considerado um sábio. Interessante frisar que apenas pessoas de religião muçulmana desempenham ação desta figura, que tem espelho, livros (alguns trabalham com alcorão, o livro sagrado dos muçulmanos) e búzio. Com esses materiais, o *Muru*⁷¹ consegue fazer revelação, em alguns casos as pessoas que o procuram não precisam informar suas intenções, através dos seus instrumentos de trabalho, o mesmo consegue identificar os problemas e indicar os procedimentos a serem feitos.

Tanto o *Djambakus* assim como o *Muru* faz o *mecinhu* para os seus clientes, também pode ser do *Irã* pego em uma *baloba*⁷². Nesse caso, o *mecinhu* funciona como remédio para cura das doenças, também desempenha a função de guarda corporal, pode ser encontrado na cintura, no braço, no cabelo e até pendurado na garganta; alguns são líquidos e podem ser utilizados de diversas maneiras.

Foram essas e outras manifestações e práticas espirituais que o povo guineense usou. Nos momentos iniciais da Guerra pela Libertação Nacional, inúmeros combatentes recorreram a espiritualidade tanto para prever a participação ou atuação na guerra, assim como para se protegerem das balas do inimigo.

Manga di djintis ta baiba *Muru* pa pudi sibi si kontra e pudi fasi ataki, *Murus* ta da ba considju, ka bo fasi asaltu na tal dia, bo tira simolas. Na Sul i utilizadu tchiu pabia musulmanus mora ba na kil ladu, i ten ba tambi *baloba* ku *Irã*, djintis ta mata ba limaria pa pidi proteson, na kil tempu i era ba difisil convensi alguim pa i ka bai baloba ora ki dibidu fasidu ataki⁷³ (BARBOSA, 2021, informação verbal)⁷⁴.

O uso do poder espiritual e a confiança nessas divindades expressavam fortemente entre os guineenses, de tal modo que a maioria das ações precisavam ser previstas antes da execução, nessa situação, o plano de guerra era controlado por os chamados *murus*, não havia nenhum plano estratégico que pudesse neutralizar a consulta das entidades espiritual, assim como o sacrifício de animais nas *balobas* como sinal de proteção, que também emitia um sentimento de confiança aos combatentes que acreditavam nesses poderes. No tocante ao uso de *mecinhu*, a mesma testemunha traz outro aspecto interessante que espelha o sentimento do guineense, no uso dos poderes espiritual e os seus efeitos.

⁷¹ Importante frisar que não se pode dissociar o *muru* da Islão

⁷² Lugar sagrado de realização das cerimônias do *Irã* e não só.

⁷³ Muitas pessoas iam consultar o vidente, procuravam saber se podiam fazer ataques, os *murus* davam conselhos; não fazem assalto no dia X, deem oferendas, etc. No Sul foi utilizado muito tendo em conta que habitava muitos muçulmanos, tinha *balobas*, *Irans*, as pessoas sacrificavam animais pedindo a proteção. Naquele período era difícil convencer a pessoa para não ir à *baloba* quando tinha que fazer um ataque

⁷⁴ Entrevista concedido pelo combatente Fernando Caetano Barbosa, em 27/08/2021.

U sibi es fasi parti di tradison guineense utiliza *mecinhu* kontra arma, faka, es ideia bim pa pudí protigi di bala, pur exemplu, etinia Budjugu tene ba *mecinhu* kontra bala, *Murus* ta dau ba banda pa mara na sentura, i ten ba tambí tik tak⁷⁵ i manga di utrus nomis. Tambí i ten ba di pui na brasu pa ora ku na passa pa ka ninguin odjau, na kunsada tudu djintis ta utiliza ba. Ma odja luta na avansa ku nobus teknikas ku na usadu ba *mecinhu* frakasa, i ten ba alguns *mecinhu* ku ka tene ba puder⁷⁶ (BARBOSA, 2021, informação verbal)⁷⁷.

Através desta narrativa, torna perceptível que o uso dos poderes espirituais no contexto guineense foi justificado pela ausência dos armamentos de qualidade, que pudessem enfrentar o invasor português, sendo que essas práticas faziam/fazem parte do cotidiano guineense. Pode-se afirmar que recorrer ao *Irã*, consultar o *Djambakus* e utilizar *mecinhu* de *Muru* ultrapassa a dimensão da fraqueza em termos de materiais de guerra, mas, representava as expressões, práticas, manifestação e importância da valorização do sagrado de um determinado grupo. Além do mais, a confiança demonstrada nos poderes espirituais representava o respeito e continuidade das celebrações, mesmo diante da forte repressão por parte do invasor cujo princípios se fundamentavam no catolicismo.

Para agudizar a situação, a testemunha Marcelino Luís Mendes relatou que mesmo os que acreditavam ser católicos e muçulmanos usavam *mecinhu*, o sincretismo demonstrava que os assimilados a religião católica e islâmica não desacreditavam nos valores da espiritualidade guineense, as religiões expansionistas não conseguiram fazer a população desconectar com a sua prática, os combatentes sincretistas tiveram a compreensão da potência do *mecinhu* para lutar contra o inimigo que lhe apresentou o cristianismo como sinal de civilidade.

Sin, sin, tudu djintis ta usa ba, ate bu ta odja musulmanu ku tchifri⁷⁸, catolikus tambí ku *mecinhu* di *Muru*, aos i difisil odja es *mecinhus*, i ten djintis si bu elsa mon pa da bofotada bu kata sonsigui, si bu consigui enton bu na muri si conta nada ka fasidu pa pidi diskulpa⁷⁹ (MENDES, 2021, informação verbal)⁸⁰.

⁷⁵Nome de *mecinhu*

⁷⁶Sabe, isso faz parte da tradição guineense de utilizar *mecinhu* contra arma, faca. A ideia surgiu no sentido de proteger da bala. Por exemplo, na etnia Bijagós tinha *mecinhu* contra a bala. Os *murus* te davam a banda para amarrar na cintura, havia tik tak e muitos outros nomes. Também tinha de colocar no braço que te faz ficar invisível no olho do inimigo. No início quase todos utilizavam. A medida que a luta avança com novas técnicas de guerra e armamentos, a ideia de usar *mecinhu* fracassou, de salientar que alguns *mecinhus* eram impotentes

⁷⁷Entrevista concedido pelo combatente Fernando Caetano Barbosa, em 27/08/2021.

⁷⁸Chifre carregado de poder

⁷⁹Sim, sim, todos, até você vê um muçulmano com *tchifri*, os católicos também com *mecinhu* de *murus*, esses *mecinhus* hoje é difícil de encontrar, tem pessoas se você levantar a mão para lhes dar a tapa, a mesma não conseguia tocar o rosto da pessoa e se chegar, então é praticamente o fim da sua vida, caso não fizerem algo

⁸⁰Entrevista concedido pelo combatente Marcelino Luís Mendes, em 11/08/2021

Tendo a compreensão que todos usavam o poder espiritual independentemente da religião que seguiam, considero que as práticas relacionadas a espiritualidade configuravam numa encruzilhada das relações interétnicas. Os apontamentos de Fernando e Marcelino revelaram a importância de *Muru* e uso de *mecinhu* entre os combatentes, também a confiança que tinha nessas ferramentas no tocante a neutralização da bala e proteção em todos os domínios. Entende-se que não existe uma fórmula para guerra, portanto, cada um utilizava seus instrumentos de defesa e ataque, então a espiritualidade foi o caminho encontrado.

Face aos expostos, na convivência do guineense, constatava-se e ainda se constata a frase que elucida o mundo espiritual “*puder tem*”⁸¹. Como se pode perceber, o uso da espiritualidade não decorreu durante toda a guerra, inicialmente teve uma massiva aderência entre os combatentes, apesar de alguns *mecinhos* eram impotentes, o seu desuso não se deu por esse motivo. Com o advento das contribuições dos países parceiros, em termos de armamentos e treinamento militar, a referida prática foi abandonada gradualmente, mas o que não significa sua extinção. Ainda é possível agregar outro fator que contribuiu na redução de uso da espiritualidade, a Direção do partido era contra ao uso inclusive o líder Amílcar Cabral.

Nessa linha de idealização, nem todas os combatentes apoiavam a ideia de uso do *mecinhu*, consulta aos espíritos e demais formas que envolviam o uso do poder espiritual. A testemunha Francisca Pereira⁸² (2021) informou que a Direção Central do partido era contra essas práticas, não obstante, no processo de mobilização, a Direção central do partido tinha prometido respeitar as manifestações culturais das massas populares, permitindo cada um usar o que lhe convém baseado na sua convivência. O pensamento de recusa foi reforçado pela Ulé Nabitochá.

Na kil tempu djintis garandis ta bai ba djubi kaminhu, ma Amílcar Cabral sta ba kontra es ideia. Guirilia tene ba manga di *mecinhu* na sentura i Cabral fala elis: sin sibi ba sedu nkana manda ba bos formason, pabia es guarda ka pudi

⁸¹Existe poder, mas não é poder de governar reino, poder espiritual

⁸²Nasceu em 1942 em região de Bolama na Ilha de galinha, sua infância foi bastante sacrificada por perder o pai muito cedo e passou a se conviver com a mãe na casa familiar. Frequentou a escola até 4ª classe da época, após o término de ensino primário não tinha condições de ingressar no liceu, assim seguiu-se para a República da Guiné-Conacri juntamente com o tio, onde foi possível terminar os seus estudos. Formou na área de finanças e dirigiu uma empresa em Conacri em 1958, ainda no mesmo ano voltou para ingressar na luta onde deu suporte na área financeira do PAIGC e também trabalhou enquanto diretora na Escola Piloto

tudji bala, mas importante i istratigia⁸³ (NABIOTCHA, 2021, informação verbal)⁸⁴.

A par desta narrativa, o movimento libertador por mais que em inúmeras situações emitiu comunicados, anunciando a luta pela eliminação total do colonialismo entre os povos da Guiné e de Cabo Verde, esse discurso não condiz com as atuações do movimento independentista, porque não faz sentido lutar pela emancipação e ao mesmo tempo estar contra uso da espiritualidade sendo uma prática meramente local. Ademais, houve uma controversa tendo em conta que o partido prezava pela garantia e continuidade da cultura local. Afinal a luta era apenas para expulsar a parte física dos portugueses?

A postura de Amílcar Cabral demonstrava a ação de um líder assimilado que tentava se erguer na cultura do opressor, o desencorajamento ao uso da espiritualidade representava desrespeito com as práticas locais.

Amílcar Cabral talvez não tinha o conhecimento de como se expressava as manifestações espirituais na sua essência, por carecer de pertencimento étnico. Ignorar a espiritualidade guineense ou africana de modo geral, além de representar o desrespeito com manifestações, também remete a duas situações: alinhar-se as duas religiões expansionistas (cristianismo e islamismo), na qual essas práticas são enxergadas com olhar preconceituoso ou desconhecer a espiritualidade africana seja pela ignorância ou carência étnica.

Giraldo Joaquim da Silva, combatente da Liberdade da pátria também abominava o uso da espiritualidade, acreditando ser imponente as armas das forças portuguesas.

Muru na tudji pa ka tuga matau, Djambakus na tudji tuga matau, ika pusivel, no sibi kuma no sta ba na ignoransia. Nka fala arma di pretu ma es i di brancu, uau... prumeru ba i tem kil ignoransia di fala bai djubi kaminhu si sai, guera nunka tene kaminhu pa i sai, bu na bai mata alguim, alguim na matau⁸⁵ (SILVA, 2021, informação verbal)⁸⁶.

⁸³Naquele tempo os velhos consultavam, mas Amílcar Cabral não apoiava muito essa ideia. A guerrilha tinha muitos amuletos na cintura e o Cabral dizia: se eu soubesse não ia vos enviar para ter formação, pois essa guarda não pode impedir a penetração da bala, o mais importante é a estratégia.

⁸⁴Entrevista concedida pela combatente Ulé Nabiutcha, em 24/08/2021.

⁸⁵O *murú* não pode impedir ser morto, também o Djambakus não pode fazer a mesma coisa, é impossível acontecer, no momento estávamos mergulhados na ignorância, não digo a arma dos pretos, mas dos brancos, uauu, antes havia uma ignorância de dizer vamos consultar o nosso futuro na guerra, mas não existe previsão para isso, ou matar alguém ou ser morto por alguém.

⁸⁶Entrevista concedido pelo combatente Giraldo Joaquim da Silva, em 24/08/2021.

Por mais que o uso de *mecinhu* não tenha 100% de eficácia, não se podia ignorar o seu efeito e sua importância na guerra pela Luta de Libertação Nacional.

Todas as manifestações feitas foram necessárias para a preservação e conservação da convivência guineense. Alguns combatentes desenvolveram o sentimento de negação da própria realidade, e demonstravam carisma a religião do opressor. Pelos atos bárbaros perpetuados pelo invasor, não cabia o pensamento da ignorância por parte dos combatentes, certamente tinham a lucidez sobre os caminhos que deviam ser percorridos; não era o mero desejo dos que acreditavam nessas divindades. Também torna nítido o menosprezo as armas feitas pelos pretos.

Lúcio soares (2021), também combatente da liberdade da Pária, embora não concordar com o uso de *mecinhu* e consulta aos espíritos antes de qualquer ação, mostrou sua importância porque permitia o combatente ter a confiança de participar em muitos ataques, por se sentir seguro com o *mecinhu* de proteção à bala. A coragem, preservação e determinação são valores que se podiam observar nas pessoas que recorriam a essa prática para se defenderem.

O uso de poder espiritual como ferramenta de defesa em todos os domínios não foi visto apenas na Guiné, observou-se essas práticas em outras partes da África. Os africanos utilizaram a espiritualidade como arma para resistir ao poder colonial face as ameaças que representava a sua cultura. Em inúmeras situações recorriam “à magia, à intervenção dos antepassados e de deuses para combater a opressão colonial”. Os soldados nigerianos do grupo étnico Igbo usaram esses meios como mecanismo de defesa. A prática também foi vista entre os “Esza do Abakaliki, os Uzuakili e dos Aro”. No Sul da Zimbábue, na Rodésia e Serra Leoa, havia cultos de resistências, em Madagáscar houve guerras mágicas, no Quênia os chamados profetas faziam “revigoramento espiritual” (OPUKU, 2010, p.598).

Além dos nomes citados existe um movimento talvez de referência no uso dessas práticas.

Um dos movimentos mais conhecidos, por ter utilizado ao mesmo tempo a religião e a magia a fim de resistir à opressão e ao domínio colonial, foi como já vimos antes, o movimento Maji Maji na África Oriental Alemã, durante a primeira década do século [...]. O culto Nyabingi era semelhante ao Maji Maji. Abrangia igualmente uma vasta zona, por sobre fronteiras étnicas e regionais. Era encontrado em Ruanda, no nordeste de Tanganica (atual Tanzânia) e em Uganda. Assim como no movimento Maji Maji, os adeptos do culto Nyabingi acreditam que seus produtos medicinais tinham o poder de neutralizar o efeito das balas europeias e partilhavam da mesma fé de serem possuídos pelos espíritos ancestrais legendários (OPUKU, 2010, p.600).

Tais situações demonstram que a vida do africano de certa forma é regulada pela espiritualidade em diferentes momentos da sua vida. Em cada localidade, existe diferente tipo de celebração ou manifestação com cariz espiritual. Como visto anteriormente, o uso dessas ferramentas se deve não só na ausência de materiais de guerra para enfrentar o inimigo, mas também pela valorização, preservação e demonstração da importância da convivência que fundamenta o princípio africano, pois, em certos contextos, para sair vitorioso numa guerra, basta apenas ter os armamentos de qualidade, um contingente de forças armadas bem preparado, planos bem definidos e conhecimento geográfico do local. Todavia, na guerra pela libertação da Guiné dita portuguesa não se constatou esse cenário.

As forças coloniais possuíam armamentos cuja qualidade era superior aos dos guerrilheiros, mesmo assim, os resultados da luta não foram a seu favor. Desse modo, considera-se que o poder espiritual contribuiu de forma significativa na vitória das forças independentistas guineense. Além deste cenário, a cantiga foi incorporada como elemento importante para animar, revelar as crueldades e chamar atenção da população face aos iminentes perigos que se verificava.

3.3 A contribuição da Cantiga no contexto da luta

Foram percorridos todos os caminhos possíveis tanto para a denúncia das mazelas do poder colonial, assim como para a união e mobilização dos grupos. Tendo em conta o momento que se vivia, os combatentes procuraram diversas formas para expressarem o sentimento do povo, na base desta situação, a cantiga aparecia como parte integrante da Luta de Libertação Nacional, na qual o sentimento do povo da Guiné foi expressado no ambiente cultural através da música.

Kultura sempri i parti di kualker prucesu, pabia luta armada i era ba un purjetu, enton, cultura i ispreson di un povu, ora ku povu ka sta kontenti ou algun kuxa ka sta na kuri diritu e ta manifesta pa kultura [...] npensa kuma kultura guineense, dansa, scritta, pintura i un parti nunde ku povu ispresa si sintimentu. Djintis di kil tempu pa ambienti ku e na vivi ba, na nunde ku i ten ba Cobiana Djazz riba, enton, e ispresa sintimentu di povu na kantiga. E mostra diskontentamentu sobri mal tratu. Na storia di kualker povu ispreson

kultural na forma di kantiga i ta mosta sintimentu di bem ku mal⁸⁷ (FORTES, 2021, informação verbal)⁸⁸.

A expressão popular manifestada através da cantiga surgiu na necessidade da desconstrução do projeto cultural português, que visava silenciar as vozes do mosaico cultural guineense. Na base desta situação, diferentes agrupamentos e personalidades individuais se posicionaram contra as imposições do regime colonial, expressando os anseios da população através da manifestação cultural chamada de cantiga. Ademais, os cantores denunciavam, incentivavam e proporcionavam momentos de esperança aos combatentes. São cantigas populares que se conectavam com a vivência da população. Foi essa expressão cultural que desde muito cedo os guineenses usaram se defenderem diante da violência colonial. Nesse contexto, a cantiga também funcionava como um elo de comunicação para as relações interétnicas.

Ke kun obi i kuma dipus ku combantentis na riba di guera i tem ba un grupu ku Siko⁸⁹ ku ta da ba elis kontrada. Anos tudu no sibi na un guera i ta ten trauma, tirus, ispluson ta pui un son forti ku ta baradja no sistema ispiritual, enton, pa ke kun obi pabia na kil tempu ami i era mininu, ma kila i un manera di pudi kalma ba emuson di djintis ku sta diretu na guera, pa mi es i bunitu memu kun ka tene ba nuson. E contan kuma ora ke sai ba luta kil grupu ku Siko ta pui ba elis badja pa pudi kalma elis⁹⁰ (FORTES, 2021, informação verbal)⁹¹.

Diante dos traumas de guerra, o grupo de cantores desempenharam papel fundamental, porque reanimava os combatentes através das cantigas com instrumentos locais: *siko*, *nhanheru*⁹², *bumbulum*⁹³, ao ponto de lhes desconectarem

⁸⁷Cultura sempre foi parte integrante em qualquer processo, por que a luta armada foi um projeto, então cultura é a expressão de um povo, quando o povo não estiver satisfeito ou alguma coisa estiver a correr bem ele se manifesta através de expressão cultural [...] penso que a cultura guineense, dança, escrita, pintura é uma parte em que o povo expressava o seu sentimento. A geração daquele tempo, pelo ambiente, pela atmosfera que viviam onde tínhamos Cobia Djazz no topo, então expressaram o sentimento do povo através da cantiga naquele tempo. Expressaram o descontentamento face ao regime da colonização. Na história de qualquer povo expressão cultural em forma de canto revela o sentimento positivo ou negativo

⁸⁸Entrevista concedido pelo José Manuel Fortes, em 05/08/2022.

⁸⁹Instrumento de cantiga

⁹⁰O que eu escutei, após a independência é que quando os combatentes voltavam do confronto havia um grupo musical com Siko. Todos nós sabemos que numa guerra existe trauma, os tiros explosões emitem um certo desarmonização que é muito forte para o sistema espiritual, então, pelo eu escutei aquilo era uma forma terapêutica de acalmar emocionalmente as pessoas envolvidas na luta armada [...] isso até hoje é impressionante para mim, apesar de que na altura eu era criança e não tinha experiência. Eles explicaram, quando saiam de luta havia um grupo com Siko que lhes fazia dançar, isso era uma forma terapêutica, era uma forma de acalmar o espírito.

⁹¹ Entrevista concedido pelo José Manuel Fortes, em 05/08/2022.

⁹² Instrumento musical tradicionalmente do grupo étnico fula na Guiné-Bissau

⁹³ Instrumento musical tradicional na Guiné-Bissau

das situações de traumas presenciadas na guerra e acalma-los espiritualmente. Por outro lado, a cantiga aparece como sinal de motivação para que os guerrilheiros não desistissem diante das dificuldades, e terem sempre em mente que por mais que demore, a vitória não deixará de chegar. As cantigas não deixaram de chamar atenção aos guineenses que decidiram se aliar aos portugueses para lutarem contra os seus irmãos. Ademais, eram mencionadas situações de tortura nas prisões, abusos corporais, estupros e humilhações.

Por ter contribuído no processo da luta, entendo a cantiga como uma expressão de arte que revela a combinação harmoniosa por meio de som, seguido de diversas informações de época de um grupo, comunidade ou situações num país. A cantiga na luta carregava os instrumentos conhecidos no contexto guineense como *siko*, *nhanheru*, *bumbulum*. Esses instrumentos são aportes de comunicação de alguns grupos étnicos (fulas, balantas, mancanhe), podendo ser utilizados para comunicar visita, morte de uma entidade na comunidade, celebrações ou cerimônias fúnebres.

O *Siko* é um instrumento de percussão feito com madeira e couro de animal esticada. Ambé Lé (2022), mestre de *Siko*, numa entrevista pelo Youtube, no canal *Darame Family*, afirmou que gênese desse instrumento é o *Tancon*⁹⁴, que era tocado pelo Dominique, Aua Sambu, Segunda Lopes, que após o evoluir da guerra foi transformado por Mamadi Boti em *Siko* na tacanba de Gã⁹⁵ Tomani. O som desse instrumento emitia sinal de coragem aos guerrilheiros. De salientar que existem diferentes formas de tokar o *Siko*.

O *Bumbulum*, por sua vez, é um idiofone tradicionalmente conhecido na Guiné-Bissau, construído com tronco de árvore solapado profundo. O instrumento pode ser usado por duas pessoas em simultâneo com baquetes de madeira. Geralmente os homens (velhos) são os responsáveis para tocar.

Baseado nos escritos de Mussa Foday Suso (1996), Seide (2016) explica que *nhanheru* é uma cabaça revestida de pele animal e que possui uma única corda e arco, ambos feitos de rabo de cavalo.

Além dos momentos proporcionados pelos cantores nas matas, as cantigas chegaram nas comunidades de diversas formas para convocar a população rumo à liberação total. As letras eram recheadas de denúncias, conselhos e conforto. Desse

⁹⁴ Instrumento musical

⁹⁵ Aldeia de pessoas com mesmo sobrenome

modo, apresento a letra de algumas cantigas de José Carlos Schwarz e Aliu Bari, através da banda Cobiana Djazz. As cantigas eram preenchidas de metáforas, para que a descodificação estivesse longe do alcance dos portugueses que falavam ou entendiam o *Kriol*. *Ke ku mininu na tchora?*⁹⁶ José Carlos Schwarz⁹⁷.

Ke ku minunu na tchora/ i dur na si kurpu/ ke ku mininu na tchora/ i sangui ki kansa odja// Pastru garandi bin/ ku si obus di fugu/ pastru garandi bin/ ku si obus di matansa// montiuduris ki ka kunsidu/ e iara e fugia na tabanka/ montiaduris pretus suma nos/ e iara e fuguia na bulanã//matu kema/ kasa kema/ dur, dur, dur na no alma⁹⁸ (AUGEL, 1997, p. 49).

Esta cantiga espelha as situações de crueldade dos colonialistas e seus aliados pretos guineenses e cabo-verdianos que decidiram lutar a favor de Portugal, ou seja, preto matando o seu irmão preto por conta de alguns privilégios. Os assimilados em hipótese alguma foram vistos como portugueses da primeira categoria, com esta situação José Carlos Schwarz faz uma chamada de atenção a esse grupo de traidores da pátria com a cantiga – *lua kata kema*⁹⁹.

Utru ora/ n ta misti pega/ tras di sol/ ma n kata bai/ pabia tras di sol/ n ka kunsidu// ka no seta e nganano/ lua oi ki di nos/ lua oi lua oi/ lua ki di nos// si no pertu lua/ no kata kema/ lua oi ki di nos/ lua oi lua oi/ lua oi ki di nos¹⁰⁰ (AUGEL, 1997, p. 43).

A lua não queima é uma metáfora utilizada para designar o povo guineense, enquanto que sol representa o poder colonial que na sua agenda incorporava o aliciamento dos guineenses, fazendo-os lutarem contra a própria pátria. Com esta

⁹⁶Por que é que a criança está a chorar?

⁹⁷ Nascido em Bissau no dia 06 de dezembro de 1949, filho de descendentes alemães pelo lado paterno e de guineenses e cabo-verdiano pelo lado materno. Teve passagem em Dakar e Cabo Verde para terminar o ensino secundário. Também passou algum tempo em Portugal, mas regressou Bissau sem concluir a formação, pois interessava-se pela arte e literatura. Inspirou em alguns autores afro-americanos e francófonos. Sua trajetória foi marcada pelo conflito familiar tendo em conta que o pai queria que fizesse uma carreira mais sólida. Através da política de “Guiné Melhor” de Spínola foi enviado a portual para propagar discursos a forvor do regime, mas acabou sendo influenciado pelas ideologias do movimento libertador, principalmente pelo Filinto de Barros. Aprendeu a tocar guitarra com seus irmãos. Ele e demais colegas (Aliu Bari, Mamadu Bá e Samakê fundaram o Cobiana Djazz. Foi compositor de várias cantigas e uma das primeiras a cantar em Kriol. Morreu em 1977 num acidente de avião quando retornava na altura que desempenha o cargo de Encarregado de negócios estrangeiro da Guiné-Bissau em Cuba.

⁹⁸Por que é que está a chorar?/ É dor que está a sentir./ Por que é que o menino está a chorar?/ Está farto de ver tanto sangue// O pássaro grande veio/ com os seus ovos de fogo,/o pássaro grande veio/ com os seus ovos de morte// Caçadores desconhecidos/ erraram e atiraram nas tabancas./ Caçadores pretos como nós/ erraram e atiram nas bolanhas// Mato queimado/ casas queimadas/ dor, dor, dor, na nossa alma.

⁹⁹A lua não queima

¹⁰⁰Às vezes/ quero ir/ atrás do sol/ mas não vou/ porque no caminho do sol/ não sou conhecido// Não nos enganemos:/ a lua, essa é que é nossa, lua ó/ a lua é nossa// se chegarmos perto de lua/não nos queimamos/ lua ó, lua ó/ a lua é que é nossa.

situação, os patriotas precisavam pegar em armas para defender o território da invasão. Todo o guineense precisava se aproximar da lua, para que no final não haja situação de arrependimento quando o sol começa realmente a queimar. Mesmo com todas as situações presenciadas e vivenciadas, ainda existia os que preferiam correr atrás do sol com intuito de livrarem das penalidades, que se traduziu na cantiga *tchomada pa tropa*¹⁰¹ da autoria (composição) de Aliu Bari¹⁰².

Kil dia parmanã/ kontra e tchoman pa tropa/ ami ku nã mala na mon/ n kaminã pa puntu-kais// N tchiga na puntu-kais/ n odja manga di djintis/ n randja nã kau pa n sinta/ pa n pudi kuda nã bida// Pasadu un bokadiñu/ Furriel ku karta na mon/ Kunsu na tchoma nomi/ pa ria pa barku garandi// Otcha ora tchiga/ “Alfange” toma rumu/ rumu ku sedu es/ rumo pa ba Bolama// N rabida pa puntu-kais/ n odja manga di djintis/ ma n’rapada un son/ ku na sananu/ ku iagu na udju/ eh, sananu ku iagu na udju¹⁰³ (AUGEL, 1997, p.165).

A cantiga retratou a despedida dos combatentes que foram presos e levados para *Djiu di Galinã*¹⁰⁴, onde foram torturados e presenciaram abusos de poder. Havia sentimento de tristeza porque inúmeras pessoas foram presas repentinamente. De referir que os aprisionados injustamente eram levados para outra margem do país, onde são submetidos ao trabalho forçado e todas as formas de torturas; todos se lamentavam pelas condições e sem direito de reclamar no próprio país.

Tendo em conta a ausência de comunicação com a família, a cantiga *Na Kolonia*¹⁰⁵, da autoria de Aliu Bari, expressava o sentimento das pessoas presas na ilha, ao mesmo tempo o desejo de um dia voltarem aos seus lares de conforto e encontrarem à família.

Nunde Sara kumbasa?/ Na kolonia oh/ Nunde Saidu? Saidu Ndjai?/ Na kolonia oh/ Nunde Idy? Idy Djalo? Na kolonia oh, Nunde Johnny?/ Ku si ermom na kolonia, oh/ Nunde Djon Farim,/ fidju matchu?/ Na kolonia, oh// Tio Manlan, oh/ kontan elis pa ka e tchora/ Tio Malan, oh/ un dia, ah, no ten ki riba pa Bissau/ dia, dia ku ka tchiga son// Tio Malan, oh/ kontan elis pa ka e sufri/ Un dia, ah, no ten ki riba pa Bissau, oh/ Dia, dia, ah ki ka tchiga son// No ermoms oh/ di Bissau k bo diskisi/ si bo na pensa kuma/ no muri// No ka muri inda/ ali no sinta na kolonia/ Un dia, ah, no ten ki riba pa Bissau, oh/ Dia, dia, ah ki ka

¹⁰¹Recrutamento militar

¹⁰² Foi músico, intelectual e político da Guiné-Bissau, nasceu em 1947. Sua bibliografia consta num blog de música que pode se acessar através de do link <http://bantabademusica.blogspot.com/2013/07/biografia-aliu-bari.html>.

¹⁰³Naquele dia de manhã cedo,/ quando me chamaram a tropa,/ com a minha mala na mão,/ encaminhei-me para o cais de porto,// cheguei no cais do porto,/ vi uma porção de gente.// Arranjei o meu lugar e sentei-me/ para poder pensar na minha vida.// Passados alguns minutos,/ um furriel com um papel na mão/ começou a chamar os nomes/ para ir o barco grande.// Quando chegou a hora,/ o “Alfange” tomou o seu rumo/ rumo para ir Bolama.// Voltei-me par o cais de porto,/ vim uma porção de gente,/ mas numa só reparei;/ ela estava a acenar-me/ com água nos olhos// eh acenar-me com água nos olhos.

¹⁰⁴Uma região na zona insular da Guiné-Bissau conhecida como ilha das galinhas

¹⁰⁵Representa o lugar onde as pessoas se encontram pressas

tchiga son// Tio Malan, tio Malan/ kontan elis pa ka e tchora/ Un dia no tem ku riba pa Bissau, Dia, dia ki ka tchiga inda¹⁰⁶ (AUGEL, 1997, p.175).

Pessoas pressas no *Djiu di galinã* que almejavam um dia voltar à Bissau para conviverem com os amigos e parentes. Esta cantiga enquadra numa mensagem de consolo aos familiares cujos membros da família se encontravam nas prisões em outra margem; todos com o desejo de informar suas respectivas famílias sobre o estado de saúde em que se encontravam. Por outro lado, no calor de maus tratos, a letra da cantiga *Ntchanga*¹⁰⁷ apresenta o sofrimento de uma mãe que não conseguia amamentar o seu filho por conta dos excessivos trabalhos forçados, que, infelizmente, no caminho de Cobornel (atual bairro Ajuda em Bissau), a criança não resistiu e acabou por morreu.

Sol na panta serenu/ na kamiñu di Cobornel/ Ntchanga na karga dubé// Mininu na kosta na tchora fomi/ tempu di dal mama ka ten// Ba ya *tchak tchak*/ Guerra Ribeiro ka bina// Sol preña sol i fugu/ sol na kema kurpu/ mininu na kosta na tchora fomi/ tempu di dal mama ka ten/ tempu di dal mama ka ten// Ba ya *tchak tchak*/ Guerra Ribeiro ka bina// Sol na kamba sol na muri/ gosi dja mininu ka na tchora/ gosi dja mininu ka tene fomi/ tempu di dal mama pasa/ tempu di dal mama pasa// Ntchanga larma na udju, Ntchanga sinti bu pitu/ Ntchanga sufri bu dur¹⁰⁸... (AUGEL, 1997, p.65).

A letra demonstra o abuso dos portugueses sem empatia e respeito pela vida humana do povo guineense. A estória de *Ntchanga* retrata o sofrimento de muitas mulheres submetidas ao trabalho forçado, mas mesmo assim cuidavam de seus filhos. A cantiga não espelha apenas a estória de tantas mulheres, mas as denúncias e a impiedade demonstrada pelos portugueses. Foi por isso que José Carlos Schwarz, através da cantiga *Po ka ta bida lagartu*¹⁰⁹, encoraja os combatentes e novamente chama atenção aos guineenses aliados dos opressores dos próprios irmãos.

¹⁰⁶Onde está Sara Kumbasa? Na colôniam oh/ Onde está Saidu Djalo? Na colônia, oh! Onde está Idy Djalo? Na colônia!/ Onde está Johny? Com o seu irmão na colônia! Onde está Djon Farim,/ filho macho?/ Na colônia, oh!// Tio Malam, oh/ diz-lhes para não chorarem,/ oh, Tio Malam, diz-lhes para não sofrerem! Tio Malam, oh/ um dia temos que voltar para Bissau,/ dia que ainda não chegou!// Nossos irmãos de Bissau, não nos esqueçam./ Se pensam que já morremos, não, ainda não morremos. Estamos aqui todos na colônia.// Um dia, ah, um dia temos que voltar para Bissau,/ dia ainda que não chegou.// Tio Malam, Tio Malam, conta para eles,/ um dia, oh, um dia temos que voltar para Bissau,/ dia que ainda não chegou!

¹⁰⁷Nome próprio de uma mulher cuja história é retratada na cantiga

¹⁰⁸O sol afasta o sereno./ Na estrada de Cobornel,/ Ntchaga está a carregar tijolos./ O menino às costas a chorar fome,/ tempo para dar-lhe a mama não tem/ *Ba ya tchak tchak*, Guerra Ribeiro ka bina! (Andem depressa, trabalhem depressa/ Guerra Ribeiro vem aí)// O sol está a pino, o sol é de fogo/ o sol está a queimar os corpos./ O menino às costas está a chorar de fome,/ tempo para dar-lhe mama não tem.// *Ba ya tchak tchak*, Guerra Ribeiro ka bina! (Andem depressa, trabalhem depressa/ Guerra Ribeiro vem aí)// O sol está a pôr-se, o sol está a morrer./ Agora o menino já não chora,/ agora o menino já não tem fome,/ o tempo de dar-lhe mama passou.// Ntchanga, lágrimas nos olhos,/ Ntchanga, consola-te/ Ntchanga, sofre a tua dor...

¹⁰⁹Tronco de árvore não vira crocodilo.

N djurmenta bos/ Pa ki lua altu na seu// kuma po/ tudu tarda ki tarda na mar, i kata bida lagargu// Kada kusa ku si kumsada/ ma i tem si fin/ son si Deus ka misti/ ki kata kaba// Si no pui tudu na un mon/ i kata kaba¹¹⁰ (AUGEL, 1997, p.47).

As dificuldades eram visíveis, no entanto, desistir não era o melhor caminho a seguir, por isso, todos deviam contribuir na medida do possível para que o sonho da libertação tornasse uma realidade. Em vista disso, aliar-se ao invasor significava estender o tempo de Luta e recusa de garantia de todos os direitos negados. Na base desses conselhos, através das cantigas, alguns combatentes reconsideraram suas posições para que a lua possa brilhar para todos. Por fim, “Sol Maior”, a música de agrupamento Super Mama Djombo, considerado por muitos como hino da libertação ou da independência, apesar ter sido cantada depois da independência, carrega as angústias e situações difíceis da luta e o encorajamento face a tais situações.

¹¹¹Morto na ntera speranza na garbarta/ Sempri kabesa lantadu ate vitoria final/Speransa kontra kasabi na arma no na pega/ Sedu no na nganha pabia no flema no pubi/ Balentia sempri ku rena, só pa no pintcha¹¹².

A esperança se configurou no principal verbo conjugado e a resistência gerou o fruto nomeado de independência. Constatou-se que a cantiga funcionou como entretenimento, sendo usada não só para lazer, mas também como componente de denúncia dos maus tratos e chamada de atenção aos guineenses aliados dos portugueses. Mesmo com todas essas situações que visavam potencializar a luta, ainda foram constatadas inúmeras dificuldades ao longo da guerra.

3.4 As dificuldades durante a guerra

Iniciada pela força de vontade e desejo da revolução diante de todas as barbaridades dos portugueses, não havia logística suficiente para segurar um longo período de enfrentamento na luta armada. Inicialmente, os guerrilheiros tinham apenas algumas munições que eram insignificantes pela conjuntura que se vivenciava. Tendo

¹¹⁰Juro/ por aquela lua alta no céu//juro/ que um tronco, por mais fique na água,/ nunca vira crocodilo.// Tudo/ tem o seu início/ mas também tem o seu fim./ Só se Deus não quiser/ é que não tem fim.// Se não juntamos as mãos/ não tem fim.

¹¹¹A esperança se renova diante das mortes/ sempre com a cabeça levantada até a vitória/ na esperança contra o desespero/ a arma é o nosso suporte/ cedo ou tarde sairemos vitoriosos tendo em conta a determinação/ sigamos.

¹¹²Disponível em: <https://pan-african-music.com/la-guinee-bissau-independance-ailcar-cabral/>. Acessado no dia, 22/02/2022.

em conta a debilidade em armamentos, foi necessário recorrer as outras vias que possibilitassem a continuidade da guerra.

Com base nas estratégias utilizadas e os armamentos disponíveis, conseguiram libertar a primeira ilha, a partir daí as forças nacionais sentiram confiante, tendo a possibilidade de libertar mais espaço, dando maior tranquilidade à população. Essa vitória representou início de uma longa jornada. Com o avançar do tempo, a guerra ganhou novos contornos. Depois de um ano de guerra, começaram a surgir algumas dificuldades ou problemas que precisavam ser saneadas.

A população denunciava maus tratos por parte de alguns dirigentes. Numa visita efetuada por Luís Cabral em Quitafine¹¹³, no Sul do país, algumas pessoas informaram-lhe sobre os abusos sexuais, castigos e exagerado consumo de bebidas alcoólicas dos dirigentes. Essas práticas criavam cada vez mais um sentimento de desconfiança sobre a Direção do PAIGC. Quando a informação chegou à Direção central do partido, Amílcar Cabral sentiu a necessidade de uma reunião a fim de discutirem tais problemas e projetar o futuro. (PEREIRA, 2003).

Luís Cabral propôs que a reunião fosse feita numa das zonas libertadas para que pudesse ter impacto junto das populações. Inicialmente, a proposta era uma reunião, no entanto, o encontro para discutir os problemas do partido veio a transformar num Congresso. Assim, entre os dias 13 e 17 de fevereiro de 1964, realizou-se o I Congresso do partido em Cassaka¹¹⁴, no qual adotaram medidas punitivas. Salienta-se que nessa altura decorria ainda a batalha de Komo (Idem, p. 173).

No olhar de Aristides Pereira, para Amílcar Cabral e Luís Cabral, o encontro de Cassaka revelou a imaturidade dos representantes do partido.

Para Amílcar, como para Aristides e para mim, o encontro de Cassaka tinha provado uma fraqueza inqualificável no comportamento dos nossos camaradas responsáveis em relações a erros muito grave cometidos na prática da luta armada. Os longos dias e noites de trabalho em conjunto e a sua reacção perante o desmascaramento dos elementos mais perniciosos faziam, no entanto, renascer em nós as esperanças nos jovens escolhidos pela direcção superior do Partido para dirigirem aos vários sectores e zonas da luta, e que agora eram chamados para estruturas directivas do Partido. (CABRAL Luís, 1984, p. 196).

A Direção superior do partido reconhece o despreparo de seus agentes em relação a convivência com a população, porque os dirigentes deviam estar em defesa

¹¹³Localidade no Sul da Guiné-Bissau

¹¹⁴Localidade no Sul da Guiné-Bissau, onde foi feito o primeiro Congresso de Partido Africano

do povo em todos os aspectos. Na reconfiguração dos planos, a confiança recaiu nos jovens para alinharem nas diferentes zonas e, conseqüentemente, assumirem cargo no partido com intuito de melhor organizarem a luta.

Apareceram jovens de diversas partes do país para incorporarem na luta. Esses jovens recrutados nas zonas libertas foram incumbidos a responsabilidade de ocuparem as regiões onde ainda existia a presença dos colonizadores. Isso foi algo inovador, porque dificilmente os jovens entravam na fileira do exército regular. A tarefa representava um enorme desafio, pois eram as zonas que eles não tinham um profundo conhecimento; e as notícias que vinham dessa localidade não eram agradáveis (CABRAL Luís, 1984).

Para reforçar os assuntos debatidos, decisões tomadas e as precauções, a Direção Central do Partido emitiu uma circular. Aprecieemos:

Figura 5 - Nota de esclarecimento do PAIGC sobre a reorganização do partido

ESCLARECIMENTO

(Para a reorganização do Partido, da população e das Forças Armadas, de acordo com as decisões do nosso I Congresso).

O que a seguir se diz, é para completar as palavras de ordem já dadas e dar certos esclarecimentos aos responsáveis da reorganização do nosso Partido, da nossa População e das Forças Armadas.

A reorganização do Partido, da População e das Forças Armadas é uma necessidade da nossa luta e da nossa vida. Ela tem de ser feita com todo o cuidado, sem pressas que podem prejudicar o trabalho, mas o mais rapidamente possível.

Se cada um entender bem o que a direcção do Partido quer e determina, se todos os responsáveis puzerem a melhor boa vontade e o maior esforço neste trabalho, se todos colaborarem com camaradagem e espírito partidário, sem reservas nem desentendimentos, tudo será feito depressa e bem.

Não há razões para confusão nem para dificuldades de qualquer espécie. É preciso que todos entendam bem o que se quer e que o povo e os combatentes sejam esclarecidos sobre os objectivos que o Partido tem em vista assim como sobre a importância que estas medidas têm para a nossa vida presente e para o futuro da nossa terra.

* Hoje o país é formado de duas partes - o sul e o norte. O sul engloba as seguintes regiões:

1. Catió-Cacine
2. Fulacunda-Dolama
3. Xitoli-Dafatá
4. D o é

O norte engloba as seguintes regiões:

1. Farim-Mansôa (Dio)
2. Dissau-Porto Gole
3. Dafatá
4. Gabu
5. Canchungo
6. S. Domingos

Um conjunto de regiões (o sul ou o norte) é uma inter-região.

Em cada região há sectores. Assim, por exemplo, na região Fulacunda-Dolama, há os seguintes sectores:

1. S. João
2. Quiçaga
3. Ndiassani
4. Ntuane (Duba)
5. Cubisseco
6. Fronteira

.../...

Fonte: Arquivo: Casa Comum - Fundação Mário Soares; S.d. Disponível em <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07070.112.010>.

A circular emitida não trouxe novidades além dos assuntos já debatidos no Congresso, apenas reforça a necessidade de os combatentes entenderem os princípios e motivações da luta junto com o povo, para que este último confie no partido. Todos devem respeitar as decisões tomadas para evitar futuras situações indesejáveis, também foi apresentado a nova organização da estrutura partidária nas diferentes regiões do país.

Mesmo com a nova configuração, os problemas não foram totalmente sanados, pois havia dificuldades de obter os armamentos de qualidade. Para compensar o problema de armamento e continuar a guerra, foi adicionado a diplomacia que funcionou da melhor forma possível. Diversos países africanos e europeus contribuíram com armamentos.

Devido aos intensos combates, a Direção central do partido deparava com um novo problema; o cansaço dos guerrilheiros chegou ao nível mais alto justamente no período em o PAIGC se encontrava numa situação de impotência econômica. Esta situação provocou um enorme desânimo nos militares e a população com a intenção de se entregarem às forças coloniais. Para acalmar os ânimos, Amílcar Cabal enviou uma circular alertando aos combatentes que isso era o desejo dos colonialistas, que os combatentes desistissem da luta. De fato, a situação era muito tensa e exigia uma solução num curto espaço de tempo para dar resposta ao problema. Devido alguns contatos no estrangeiro, o PAIGC conseguiu resolver os problemas colocando as forças coloniais numa situação muito difícil (PEREIRA, 2003).

Dentre as dificuldades, a fome é a que foi mais relatada por parte dos combatentes, sendo uma das principais.

Maior difikuldadi i fomi, na mumentu di bumburdiamentu kumé ka tem. No ka tene tene ba arruz, pupulason ku ta patinu kaneka di arruz, pabia des no ka pudi ignora es povu suma ki sta na sedu. As vezes no ta pasa ba 24 ora sim kumé, na tempu di kuaresma i era ba difisil otcha iagu, nunde ku purku nada no ta filtral so pa pudi bibi. I ten manga di difikuldadi, ma no risisti, na alguns mumentus si ten arruz i ta falta mafé¹¹⁵ (NABIOTCHA, 2021, informação verbal)¹¹⁶.

O desejo de encontrar uma terra livre de exploração e desumanização dos corpos pretos custou sacrifício de inúmeras pessoas. A narrativa de Nabiotcha demonstra que a resistência tinha grande propósito, a libertação nacional. Os combatentes decidiram enfrentar todas as situações indesejáveis para eliminar o abuso de poder. Não seria qualquer conjuntura que colocasse a vida desses camaradas em risco, ao ponto de vivenciarem as condições relatadas. As dificuldades expostas pela Nabiotcha foram observadas pelo Fernando Caetano Barbosa.

¹¹⁵Maior dificuldade foi a fome, no momento de no momento de bombardeamento não tínhamos como comer. Não tínhamos arroz a população é que nos oferecia uma porção de arroz, por isso esse povo não merece ser ignorado como está sendo. As vezes a gente passava 24 horas sem comer, no tempo de quaresma era difícil encontrar água, filtrávamos água que tinha sujeira de porco para beber. Havia muita dificuldade, mas resistimos. Em alguns momentos se tivéssemos arroz faltava molho

¹¹⁶ Entrevista concedida pela combatente Ulé Nabiotcha, em 24/08/2021

Fomi. I tem tempu ku populason kata pudi ba labra pa djuda guirilia pabia di bumburdiamentu. No tene ba difikuldadi pabia di kaminhus lundju ku no ta enda ba pa pudi leba armas pa utru ladu [...] ¹¹⁷ (BARSOSA, 2021, informação verbal) ¹¹⁸.

Como se percebe, a fome foi uma das grandes dificuldades encontradas ao longo de todo percurso de guerra. Além desta situação, os combatentes presenciaram situações dramáticas e assustadoras, começando pela péssima qualidade de água que colocava em risco a vida das pessoas que precisavam saciar a sede; ausência de habitações de qualidade que proporcionasse conforto após momentos tenebrosos e desgastante; doenças e surtos que praticamente desconheciam a proveniência tendo em conta a precariedade no setor da saúde. As dificuldades de prosseguir a luta também permearam o regime colonial.

Tendo em conta a grave crise em que se encontrava os invasores, General Spínola foi nomeado para estabelecer novas estratégias, com o propósito de consolidar a ação psicológica e uma nova política que revertesse a situação. Esta política visava concretizar dois planos. Primeiro, construir escolas, postos sanitários, atribuir bolsas de estudos, etc. Todo esse investimento tinha como objetivo chamar atenção e persuadir a população. O segundo plano era a paz nas pessoas que queriam a Guiné-Bissau debaixo de bandeira portuguesa. No seu discurso de tomada de posse, Spínola deixou nítido que ganhar uma guerra não é necessariamente ter bons armamentos, mas agir com ideologias. A sua política espelhava vários itens, dentre os quais, o divisionismo étnico, conflito entre os Bissau-guineenses e cabo-verdianos, fomentar a desmoralização dos combatentes (PEREIRA, 2003).

Diante das dificuldades, o Partido precisava encontrar respostas rápidas e satisfatórias face aos problemas que permeava a Luta e aliviar as preocupações dos camaradas. Para dar respostas aos problemas apresentados, a Direção Central do Partido reforçou a importância da resistência unificada para a consolidação da independência. Assim, a nova política do Estado colonial português através das ideologias do general Spínola não conseguiu travar o objetivo de libertar a Guiné dita portuguesa.

¹¹⁷Fome. Houve um período em que a população não podia fazer cultivo para ajudar os guerrilheiros tendo em conta aos bombardeamentos. Havia dificuldade devido aos longos percursos na movimentação das armas ou travessias [...]

¹¹⁸Entrevista concedido pelo combatente Fernando Caetano Barbosa, em 27/08/2021.

4 RESISTÊNCIA UNIFICADA E CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA

Qual é a mais bela prova de
civilização que um povo
que pega nas armas
para lutar pelo seu
destino e para
ser senhor
dos seus
objetivos?
LOPES

Falar da resistência não significa legitimar o poder colonial, mas antes de tudo é uma demonstração da negação do estado da submissão imposta pelos portugueses, pois, “o campo de exercício da colonização é, por necessidade intrínseca, gerador de conflitos” (ANDRADE, 1997, p.21). O exercício da atuação colonial se revelava no gerador de conflitos, um regime de enfrentamento contínuo que se traduz no fundamento do próprio sistema colonial, a defrontação entre a minoria invasora e a massa populacional autóctone (ANDRADE, 1997).

Com o perigo que emanava a sobrevivência dos guineenses, pegar nas armas e defender a pátria sinalizou prova da resistência. Para conduzir o destino da Nação guineense, o povo resistiu e procurou todos os caminhos possíveis para dar resposta aos seus problemas. Diante dos adjetivos que desqualificavam o seu modo de viver, os nacionalistas deram resposta satisfatória com vista a demonstrar que este ato foi a maior e mais bela prova de resistência quando um desconhecido invade um território. Justamente na base dessa insatisfação que heroicamente foi proclamada a independência de forma unilateral, baseado nos princípios da resistência unificada.

Ao longo de vários séculos, o regime invasor criou a república do silêncio, de vezes que exaltavam a liberdade e negação do estado da submissão, todas essas situações visavam a implementação de tortura e das divisões étnicas, como suporte para afirmação do Estado português, impedindo as relações cotidianas que mantinham o vínculo comunitário de ajuda mútua. O território que hoje é conhecido como a Guiné dita portuguesa no período colonial, apresentava e ainda apresenta uma rica diversidade cultural que proporcione pluralidade convergido no mosaico étnico.

Cada grupo étnico representava um conjunto de manifestações corporais e espirituais. Levando em consideração os atos bárbaros do regime invasor, os grupos étnicos cujo cosmopercepção se diferia uma das outras, organizaram prontamente, deixando as divisões de lado para que efetivamente fossem garantidas a dignidade humana e respeito aos seus princípios de convivência.

A resistência unificada tinha um objetivo preciso, sobre o qual todas as identidades tanto parcelares como coletivas estavam de acordo: a independência. Esta conjugação de forças seria motivação de todas as acções e de todos os investimentos humanos (LOPES, 1986, P.20).

Até um certo ponto, pode-se dizer que face a situação vigente, a diversidade como riqueza cultural se traduziu na unidade dos grupos, pois, os planos, pensamentos e táticas de combate de cada grupo precisavam ser convergidos por uma resistência unificada e, conseqüentemente, a independência que garantisse a liberdade de expressão e de circulação de bens e serviços, conforme a necessidade de cada comunidade.

A resistência unificada foi possível porque o opressor era um inimigo comum, além do mais, as angústias, os sofrimentos, limitações em termos de liberdade, negação de direitos e tortura faziam parte dos problemas enfrentados por todos os grupos. Por isso a resistência unificada era resposta plausível para combater o estado da barbaria implementada pelos portugueses.

A unificação de todas as forças vivas do povo guineense teve o seu maior resultado na proclamação da independência unilateralmente nas Colinas de Bóe, ato glorioso conhecido como setembro vitorioso¹¹⁹. Foi assim que se proclamou o Estado de Guiné-Bissau, tendo a resistência unificada como fruto da independência.

Unificar as resistências dos grupos étnicos foi a resposta encontrada face aos problemas cotidianos e isso significava convergir as forças vivas da Nação para garantia das condições, de relações interétnicas baseadas nos princípios de unidade na diversidade, como elemento basilar para garantir o respeito e humanização ao povo da Guiné. Desse modo, não bastava apenas a resistência unificada, mas também a unidade entre esses grupos.

4.1 Unidade na diversidade como símbolo da resistência

¹¹⁹O período que foi alcançado a desejada independência

[...] a unidade política dos Estados africanos,
o melhor meio de salvaguardar a nossa
liberdade tão duramente conquistada
é o fundamento ideal do progresso
econômico, social e cultural,
Tanto dos indivíduos
como da sociedade
NKRUMAH

Por longo período, os grupos étnicos resistiram as ameaças e demonstração de força do invasor português de forma isolada. Todas as formas de resistências dispersas visavam proteger as manifestações culturais, espirituais; a comunicação com o mundo ancestral através da natureza, relação comercial baseada na sobrevivência e a cosmopercepção política do mundo etc. Pode-se dizer que o elemento principal que originou a revolta é a perda da liberdade que versava há milhares de anos.

Mesmo com a forte resistência, o poder colonial não desistiu de suas atuações que visavam controlar todas as forças existentes. Os grupos étnicos perceberam a necessidade da união na diversidade face ao perigo comum, desta forma a mobilidade para a efetivação da unidade não se tardou por vir, pois os grupos se mobilizaram para enfrentar os abusos de forma ordeira e coordenada.

Os grupos étnicos, através das suas filosofias de vida, apresentavam uma estrutura que estabelecia o poder de forma vertical e outros pela horizontalidade. Tendo em vista que os habitantes se situavam de forma dispersa com maior concentração no interior do país, e na necessidade de expulsar o colonizador, foram sensibilizados e convocados para a libertação do país contra o inimigo comum: o processo conhecido como mobilização, fator interno determinante na expulsão do colonizador português.

Por conta de vários movimentos independentistas, o Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde aparece como protagonista na Luta pela Libertação Nacional contra o jugo colonial. Tendo organizado a sua estrutura nas diferentes partes, percebeu a necessidade de transcender as barreiras impostas e, conseqüentemente, aproximar as identidades que outrora se distanciavam por diversos motivos.

Considera-se que sem a unidade seja forjada ou não seria difícil livrar das atrocidades do invasor português. Assim, a resistência dispersa foi relegada ao segundo plano porque trazia grandes benefícios ao inimigo comum, na articulação e manutenção da violência colonial. Portanto, a unidade na diversidade foi a arma poderosa encontrada para travar as perversidades dos portugueses.

Foi potencializado as relações inter-étnicas para garantia das condições viáveis e desejadas no progresso e bem-estar de toda a comunidade. A ideia da unidade transbordou nas diferentes comunidades mobilizadas. A combatente da Liberdade da Pátria e enfermeira durante a guerra de Libertação Nacional (Nabiotcha) testemunhou a importância da unidade, ressaltando que ¹²⁰“Si era ba pa kata kin luta na si ladu guera kana kana baka ba, na kil tempu i ka ta da ba pa sibi kin ku fasi parti di un etnia, no ta tchama ba n’utru di ermom ¹²¹” (NABIOTCHA¹²², 2021, informação verbal)¹²³.

Talvez a Guiné invadida pelos portugueses poderia ter sido libertada sem unidade entre os grupos étnicos que faziam parte do território, porém teria durado mais tempo, tendo em conta que cada grupo defendia na medida da sua possibilidade ao sistema imperial, baseada na humilhação e perpetuação de ódio. Portanto, a unidade foi fundamental para conter o avanço do estado do terror implementado.

A todo custo era necessário a unidade entre os grupos étnicos para salvaguardarem os seus interesses e vida cotidiana. Por sua vez, o comandante e

¹²⁰Se fosse para cada um lutar a guerra não teria acabado, no momento não dava para saber quem faz parte de uma etnia, a gente se chamava de *ermom*

¹²¹Irmão, mas não necessariamente do mesmo pai e mãe, a terminologia é empregue mesmo para pessoas que nunca havíamos encontrado, ou seja, é uma identificação comum para pessoas de mesma comunidade ou que se identificam em algo.

¹²²Na sua carteira de identificação de combatente consta que nasceu na Guiné-Bissau em 1950 no Caiar na Ilha de Komo na zona Sul do país. Durante a sua infância cresceu junto com o pai e a mãe. Pertence ao grupo étnico Balanta, ingressou na luta por conta da sua participação na filmagem para demonstrar as zonas libertadas e manuseamento de armas. Faz parte das meninas Escolhidas para irem à Conacri, em seguida foram para Gana a fim de receber o treinamento, por razões de golpe de Estado do governo dirigido pelo Kwame Nkrumah voltaram à Conacri. Posteriormente seguiram para União Soviética onde receberam a formação na área de enfermagem. Após ter voltado para Bissau desempenhou a função de enfermeira durante a Luta. Reside no bairro de Antula, na residência conhecida com o nome “Prédio de antigos combatentes” construído pelo Governo da Guiné-Bissau com Ajuda da República Popular da China. Atualmente tem 71 anos casada com Geraldo Joaquim da Silva que também é Combatente da Liberdade da Pátria, nascido em 1945 em Empada (Gã Tumane) setor de região Administrativa de Quinara Sul da Guiné-Bissau. Ingressou na luta por ter sido informado pelo Zé Sanha (mobilizador) formou em Ciências Sociais na Alemanha e regressou nos períodos finais da guerra.

¹²³Entrevista concedida pela combatente Ulé Nabiotcha, em 24/08/2.

combatente da Liberdade da Pátria, Lúcio Soares¹²⁴, um dos homens que vivenciou com Amílcar Cabral em vários momentos da luta, explicou a importância da unidade.

Sin, na bardadi si ka ten ba unidadi i kana sedu ba pusivel pa no tene libertason, pur exempu, Budjugus, Fulup, Mancanhi, Pepl kada kin na fasi si risistensia, nunka no kana sai ba des situason, tugas pui prubulemas tchiu entri entinas¹²⁵ (SOARES, 2021, informação verbal)¹²⁶.

A narrativa de Soares vai ao encontro daquilo que Lopes (1986) nomenclava de resistência dispersa, uma forma de defesa do território através de um grupo de pessoas que defendiam mesma ideologia, professava mesma espiritualidade e/ou a mesma comunidade de um determinado grupo étnico. Esta situação demandaria esforço e tempo no combate as atrocidades do invasor português. Os combatentes perceberam o perigo que emanava a luta de forma dispersa levando vantagens e proveito do colonizar.

Necessariamente, a unidade representava força vital na construção de uma caminhada de Luta contra o jugo colonial. Diante deste cenário, a língua guineense (*Kriol*) teve papel importante e se configurava como elemento de integração nacional, por ter possibilidade a comunicação entre diferentes grupos étnicos que conservavam suas línguas étnica. Algumas categorias, como, por exemplo, *anós i ermom*¹²⁷ demonstravam a relevância do *Kriol* na construção da identidade nacional.

A categoria *ermom*¹²⁸ empregava o denominar comum, surgindo como ferramenta importante para neutralizar todas as estratificações sociais, equilibrar os grupos étnicos e livrar das rivalidades fomentadas pelos portugueses. *Ermom* elucida pessoas que não saíram do mesmo ventre, porém se consideram árvores do mesmo tronco.

Na medida em que se enaltecia a ideia do espírito nacional, também se reforçava o vínculo de pertencimento aos determinados grupos, na qual manifestava profundamente a relação de proximidade. O grande desafio assentava na integração

¹²⁴Nasceu em Bolama região na zona insular da Guiné-Bissau em 1941. Sua infância foi como de qualquer guineense na época. Cumpriu 4º ano no tempo de tuga. Foi professor no ensino católico. Ingressou na luta por conta de um grupo de guerrilha e lutou na frente Norte (Morés – Kandjambali) e na zona Sul apenas de passagem. Reside no bairro internacional. Atualmente tem 80 anos é casado com Ana Maria Gomes Soares que também é Combatente da Liberdade da Pátria.

¹²⁵Com certeza, se não houvesse a unidade não teria libertação, por exemplo, Bijagós, Felupes, Mansonca, Mancanhe, Pepel cada um a fazer sua resistência, nunca sairíamos dessa situação, os tugas fomentaram as rivalidades.

¹²⁶Informação concedido pelo combatente Lúcio Soares, em 29/09/2021.

¹²⁷Nós somos irmão

¹²⁸Irmão

e interação entre os diversos grupos, o que significava romper com as fidelidades existentes há muito tempo. Assim, fazia necessário a avizinhação no sentido de criar uma inter-inserção como condição basilar para suplantar o sentimento de pertencimento, sendo aspiração do movimento libertador (HERNANDEZ, 2005).

Propagando a consciência nacional, em muitas tabancas a unidade se transformou num elo de vínculo comunitário, não necessariamente pertencer ou ser do mesmo grupo étnico para que sua integração numa comunidade fosse aceite; a solidariedade étnica invisibilizou as pequenas rivalidades existentes. O convívio baseado nos princípios da unidade e na diversidade gravitava no pensamento da população nas moransas¹²⁹ de diferentes tabancas. Ora, tais argumentos podem ser observados na testemunha de Marcelino Luís Mendes¹³⁰, combatente da Liberdade da Pátria na frente Sul, tenente coronel formado na artilharia pesada na Rússia nos períodos finais da luta, ressaltando que “[...] ami i mandjaku ora kun tchiga ba na tabanca di Balantas e ta fasi ba festa pabia ospri tchiga, no ta trata ba n’utru diritu¹³¹” (Luís Mendes, 2021, informação verbal)¹³².

O acolhimento demonstrado espelhava a vida na comunidade, no qual todos se faziam presente independentemente do grupo ao qual pertence. Esta prática sinalizava uma caminhada ao progresso de uma verdadeira unidade para a Luta contra o inimigo comum.

Algo importante a se destacar no contexto da unidade é o uso de *anós*¹³³ entre os combatentes. A palavra enunciava o trabalho em equipe, no qual as contribuições não são mensuradas, o que expressa sentido de coletivismo nas ações. O uso de *anós* me recorda as entrevistas feitas em Bissau com os combatentes. Os entrevistados em hipótese alguma enalteciam a contribuição de forma particular, utilizavam sempre (*anós ku fasi, anós ku bai, anos ku luta*)¹³⁴. O espírito de ação

¹²⁹Habitações pertencente a uma comunidade.

¹³⁰Nasceu em Buba setor de Região Administrativa de Quinara no ano de 1954. Sua infância foi difícil por ter passado por várias doenças. Faz parte do grupo étnico Manjaco, ingressou na luta por conta do castigo e maus tratos sofridos por seu avô Muniz Mendes, mas antes já recebia informações por parte dos mobilizadores. Na luta é conhecido com o nome de Marcelino Farã Mandes. Em 1970 foi a Rússia para receber formação na artilharia pesada, dois anos depois voltou para Bissau onde lutou frente Sul. Atualmente reside em Canchungo setor de Região de Cacheu.

¹³¹Sou manjaco quando chegava numa tabanca de Balantas minha hospedagem acontecia num clima de festa, pois havia muita solidariedade.

¹³²Entrevista concedido pelo combatente Marcelino Luís Mendes, em 11/08/2021.

¹³³Nós, de certa forma cruza com a filosofia Ubuntu, eu sou porque tu és, a vida na comunidade baseada no coletivismo, demonstração de força coletiva para o alcance de um resultado.

¹³⁴ Nós fizemos, nós fomos, nós lutamos.

comum valorizava cada contribuição no tocante a Luta pela Libertação da Guiné dita portuguesa.

Anós cruza com o pensamento desenvolvido pelo Antropólogo e Historiador senegalês Cheikh Anta Diop sobre a unidade cultural africana, o que não significa homogeneidade cultural, mas sim um sinal de aproximação; ajuda mútua entre diferentes grupos para que todos pudessem livrar dos atos nocivos perpetuados pelos invasores. A unidade cultural representava um sinal de prosperidade na manifestação dos espíritos e legitimação das práticas vistas como inadequadas aos olhos do invasor.

Foi com base nesses pensamentos que transcenderam o oceano que os afrodescendentes contribuíram na emancipação dos países ainda sob jugo colonial. É nessa dimensão que o Pan-africanismo auxiliou na defesa de todos pretos no mundo, principalmente os africanos. Vale salientar que decorreram vários encontros Pan-africanistas com diferente viés, no entanto, este trabalho privilegia a conferência de 1945 em Manchester, cuja agenda pautava determinadamente pelo fim da invasão e liberdade.

4.2 A contribuição do Pan-africanismo e do nacionalismo africano

Além da solidariedade étnica e/ou unidade na diversidade entre os grupos étnicos da então Guiné dita portuguesa, soma-se dois elementos fundamentais que também possibilitaram a libertação dos países africanos sob jugo colonial, o vínculo de pertencimento manifestado pela diáspora africana, nesse caso, o Pan-africanismo com a ideia da emancipação total da África através das suas várias conferências, principalmente a de 1945 realizada em Manchester, que determinou unidade entre os africanos e a libertação imediata de todos os africanos ainda sob auspícios do colonizador. Foram realizadas cinco (5) conferências no século XX.

“O movimento Pan-africano tornava-se a expressão do nacionalismo africano” (NKRUMAH, 1997, p.156). Nesta Conferência, designou-se Du Bois como presidente e Kwame Nkrumah como secretário de uma comissão, que visava a estruturação de um programa Pan-africanista para o cumprimento das propostas delineadas. Por se tratar de uma luta que elucidava o sentimento de pertença, as movimentações dos ideais Pan-africanistas revelavam a importância dessa luta, o

espírito de solidariedade entre os africanos para enfrentar os colonialistas em todas as partes do continente, uma verdadeira caminhada para unidade africana.

O Pan-africanismo se tornou a representação popular de todos os pretos no mundo, seja na África ou na diáspora. O movimento procurava a união desse grupo. Sua categorização centralizava no racismo biológico, portanto, a união entre os pretos assentava na libertação principalmente dos africanos na luta pela emancipação. A Conferência de Manchester tirou algumas resoluções que exigiam:

A emancipação e a total independência dos africanos e dos outros grupos raciais submetidos a dominação das potências europeias, as quais pretendiam exercer, sobre eles, um poder soberano ou um direito de tutela;

A revogação imediata de todas as leis raciais e outras leis discriminatórias;

A liberdade de expressão, de associação e de reunião, bem como a liberdade de imprensa;

A abolição do trabalho forçado e a igualdade de salários para um trabalho equivalente;

O direito ao voto e a elegibilidade para todo homem ou mulher com idade a partir de vinte um ano;

O acesso de todos os cidadãos a assistência médica, a seguridade social e a educação (ASANTE, 2010, p.899).

Dentre os pontos, a emancipação total dos países africanos foi a palavra de ordem dos Pan-africanistas, que também procuraram resolver os problemas de ordem social dos afrodescendentes espalhados pelo mundo. A resolução também reforça o direito da liberdade de expressão, bem como a extinção do trabalho, para que todos os cidadãos pudessem circular livremente sem restrições. Pois, tanto os africanos, assim como os afrodescendentes partilham problemas comum nas suas vivências.

As problemáticas de ordem política e identidade criaram bases fundamentais para entender e compreender o objetivo do Pan-africanismo, que na sua agenda constava a ideia de edificar a identidade de um conjunto de povos, abatidos pela violência exercida pelos invasores. Ainda na luta pela defesa do povo preto, outros movimentos procederam os trabalhos dos Pan-africanistas, a Negritude protagonizado pelo Aimé Césaire que mais tarde foi retornado pelo Léopold Sédar Senghor.

A par das contribuições vindas das ideias Pan-africanista, os africanos nascidos e residente em África construíram uma rede de ajuda para a libertação do continente. Lembrando que em África nem todos os países passaram pelo mesmo processo, ou seja, alguns países conseguiram a independência por via de negociação,

através do diálogo; outros percorreram o caminho da Luta armada para a proclamação da independência.

Os anos 50 e 60 do século passado registraram um número significativo de países africanos independentes, que, através do espírito de solidariedade africano, alguns destes países contribuíram de forma significativa para a expulsão do colonizador nos territórios que ainda estavam sendo invadidos.

Compreende-se que tanto dentro do continente assim como fora dele a união foi um gerador de energia positiva. No contexto da África, percebeu-se que os regionalismos não contribuiriam em nada no que diz respeito a emancipação dos países sob jugo colonial. Nesse contexto, havia necessidade da integração regional.

Na base desse pensamento, através dos africanos residentes no continente, criou-se, em 1963, a Organização da Unidade Africana (OUA), tendo como protagonistas Haille Selassie, antigo presidente da Etiópia, e Kwame Nkrumah do Gana. Tanto o Pan-africanismo, assim como OUA contribuíram significativamente na libertação da África com o princípio da solidariedade e nacionalismo africano.

Desta forma se faz necessário enaltecer a proposta da unidade apresentada pelo Kwame Nkrumah que presava na ideia de “arrancar toda a África do colonialismo sob todas as formas. Nkrumah via na unidade política do continente a única forma de libertação definitiva da África da opressão colonial” (CANDE MONTEIRO, 2013, p.46). No pensamento de Nkrumah, a unidade tinha como seu pilar o nacionalismo africano, sendo fenômeno importante do século XX, manifestando em todas as faixas etárias como palavra de ordem na caminhada pela emancipação total da África.

Na rede de solidariedade, a independência do Gana despertou atenção dos guineenses para uma Luta de libertação por via de negociação, a exemplo da vizinha Senegal. A partir do *Rassemblement Démocratique Africain*¹³⁵ de Guiné-Conacri, ocorreu uma intensa propaganda. Criou-se um grupo de trabalho em quase todas as povoações vizinhas, com objetivo de unificar as massas para uma verdadeira integração das forças que permita a libertação dos povos sob domínio colonial. (AMADO, s.d, f.01).

Os combatentes da Liberdade da Pátria estavam confiantes na unidade entre os africanos, a luta não era apenas dos grupos que ainda enfrentavam o sistema colonial “estamos conscientes do facto que nossa luta de libertação não serve

¹³⁵Assembleia Democrática Africana

somente os nossos povos: serve igualmente os interesses fundamentais e o progresso de todos os povos africanos e do mundo” (CABRAL, 1974, p.22).

Soma-se aos esforços no processo da Luta de Libertação Nacional da Guiné dita portuguesa, as ajudas¹³⁶ dos países da então União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS), República Socialista Cubana, República Popular da China Rússia, Argélia e entre outros. Cada um desses países ou blocos ajudou de deferentes formas, alguns com armamentos, outros com formação militar, medicamentos e contingente militar.

De acordo com as testemunhas Ulé Nabitochá, Giraldo Joaquim da Silva e Marcelino Luís Mendes, os primeiros guerrilheiros que receberam treinamento na China foram Francisco Mendes (Tchico Té), João Bernardo Vieira (Nino), Osvaldo Vieira, Domingo Ramos, Arafam Mané (Ndjamba), entre outros. Após terem regressado ao país, esses grupos de militares fizeram réplica dos ensinamentos aprendidos ao longo da formação. No tocante a formação militar, Argélia é um dos países que contribuiu; também contribuiu no apoio logístico e reconhecimento político do movimento libertador.

Levando em consideração que as forças nacionais deram início a Luta armada com o número insignificante de pessoas com conhecimento militar, a formação recebida no exterior possibilitou os guerrilheiros uma maior compreensão sobre o manuseamento das armas e estratégias de combate que permitiu maior dinamismo na guerra.

As testemunhas ainda informaram que a República Cubana contribuiu significativamente com contingente militar, materiais educacionais para formação dos combatentes e médicos no suporte aos feridos durante a guerra e não só.

Dentre as ajudas, é fundamental destacar o país vizinho, a República da Guiné-Conacri, que se dispuseram a contribuir de diferentes formas. Em Conacri havia centro de treinamento conhecido como lar dos Combatentes, também foi montada a Rádio Libertação, que imitia mensagens de encorajamento de denúncia aos abusos perpetuados pelos portugueses e tantas outras ajudas.

Foi com base nessas e outras contribuições que os guerrilheiros conseguiram heroicamente a vitória, que possibilitou a reorganização da sociedade na base da convivência do povo da Guiné.

¹³⁶Restam dúvidas, será que se pœ falar de ajudas ou na verdade existia alguma contrapartida com os países que deram as suas contribuições na luta.

4.3 A vitória baseada na resistência cultural

O povo africano sob jugo colonial compreendeu a necessidade de lutar pela liberdade que tanto é um direito para os colonizados, assim como para os colonizadores que lhes conduziram aos pretextos do cristianismo e do sistema civilizatório (NKRUMAH, 1977).

O conflito gerado pelos portugueses instigou a desintegração das populações que mantinham relação de proximidade. Ora, antes da presença europeia no continente africano, já existia conflitos entre os grupos étnicos. Constata-se uma certa hegemonia étnica nos sistemas de arrendamento de terras, pagamento de tributos, etc; esse sistema de cobrança resultava em resistência. Portanto, as resistências não iniciaram com a presença portuguesa. Posto isto, cabe a seguinte indagação: o que está por trás da longa resistência face a invasão portuguesa?

A resposta é simples porque não demanda diversas interpretações, a grande diferença entre africanos e europeus assenta no cunho cultural, pois, a cultura elucida as manifestações e modo de vida de cada povo, portanto, os antagonismos residem nesse ambiente.

A hegemonia de algumas etnias (fulas, mandingas) não encontrou significativas resistências tendo em conta que havia proximidade entre os africanos no exercício das práticas culturais e espirituais, enquanto que a cultura portuguesa se desdobrava numa perspectiva inversa do contexto africano. Além do mais, entre os africanos havia possibilidade do preso ser incorporado na comunidade com direito ao casamento.

Os portugueses criaram narrativas que legitimassem suas ações e inventaram a Guiné portuguesa, um território longe do seu espaço continental, criando categorias e divisões que visavam dividir os grupos étnicos para o alcance dos objetivos estabelecidos.

De acordo com Maria Odete Semedo (2010), a presença europeia no solo africano, concretamente na Costa africana, e de modo particular a portuguesa nos rios da Guiné, que veio a culminar com a província dita Guiné portuguesa, criou o divisionismo geográfico e social neste território. A autora acrescenta que a presença portuguesa na extensão territorial da atual Guiné-Bissau foi hostil, da mesma forma que aconteceu noutros países do continente africano.

A presença portuguesa na Guiné constitui-se na desestabilização dos reinados, perda da liberdade e trabalho forçado. As estratégias das resistências foram os caminhos encontrados para travar os interesses dos portugueses. A resistência face a presença portuguesa revelava-se no domínio cultural, tendo as dimensões religiosa, econômica e político. Portanto, a resistência foi vista como qualquer tipo de ato de rejeição face a política imperialista cuja ação infringiam a autonomia dos guineenses em todos os domínios.

No domínio cultural, a resistência se deu por conta da alteração de modo de vida da população, através de um olhar preconceituoso quanto as vivências dos habitantes locais. Na visão ocidentalista, os hábitos precisavam ser emancipados e a civilização portuguesa devia ser erguida com orgulho. Para o efeito, todas as práticas da espiritualidade precisavam ser combatidas, principalmente o sacrifício animal como forma de oferenda e comunicação com os ancestrais.

Quanto aos aspectos políticos, as formas de organização da sociedade guineense foram transformadas para atender a estrutura de governação europeia, senão portuguesa. Uma administração cuja os princípios ignoravam alguns segmentos da sociedade, como, por exemplo, *omis ku mindjeris garandis*¹³⁷, membros fundamentais na comunidade cuja opinião é de extrema importância. Essa estrutura organizacional desvalorizou também as formas de sucessão de poder que outrora eram através da linhagem. Os reis e as rainhas no sentido da valorização, mantiveram as diferentes formas de governação com vista a permitir a continuidade das linhagens, sendo uma das formas de garantirem a soberania política e conservação dos princípios atrelados a realidade guineense.

No ambiente econômico, a vida comunitária que outrora todas as produções baseavam no bem comum de toda a aldeia, sofreu alteração diante da imposição pelo sustento do sistema capitalista.

A partir dessa conjuntura, a relação comercial sofreu uma acentuada transformação no percurso da atuação econômica diária, contribuindo decisivamente para o abandono da agricultura baseada na sobrevivência. O trabalho no discurso

¹³⁷“Homens e mulher de idade elevada” cujas opiniões são importantes nas tomadas de decisões numa aldeia. Os velhos são considerados sábios por acumularem diversos tipos de conhecimentos que de uma forma ou outra são de grande valia para a comunidade. O respeito aos mais velhos faz parte de um dos princípios da convivência na sociedade guineense, que se fundamente nas leis não consuetudinárias.

colonialista era obrigatório, considerando que é a forma de fazer o africano se desprender do sistema de sustento, fato que lhe permitiria aprimorar a condição social (HERNANDEZ, 2005).

A mesma narrativa do trabalho com viés religioso também foi fundamentada no olhar do onisciente “por bem dizer, o Deus da Bíblia inventou o trabalho e o fez como um instrumento de castigo” (SANTOS, 2015, p.28).

As resistências nas dimensões acima apresentadas, visavam salvaguardar um sistema educacional, religioso, político, econômico e cultural construído há milhares de anos. A sociedade guineense resistiu à invasão portuguesa com intuito de preservar seus costumes e a vida cotidiana. O povo africano em um dado momento se uniu para que fosse garantido a liberdade, a soberania e a independência.

Devido às intensas lutas de resistência, o século XX se traduziu no período das revoluções, as forças revolucionárias do povo africano na perspectiva da emancipação alimentaram o nacionalismo como símbolo da revolta face a situação imposta (NKRUMAH, 1977).

No contexto da Guiné portuguesa, as resistências desse período se destacaram porque as campanhas de pacificação de Teixeira Pinto apresentaram alguns deslizos, o paternalismo que os cronistas portugueses vangloriavam não foi expressamente exposto (LOPES, 1986).

A respeito da unidade social e política, ou seja, a solidariedade entre os africanos, M'Bokolo (2011) considera que a resistência não ocorreu apenas com os grupos existentes antes da chegada dos europeus, mas também pelas novas forças que surgiram através do processo colonial encruzilhados na defesa pelos direitos negados.

Foi através desse conjunto de mecanismos de resistências, baseado nos princípios da convivência social e solidariedade étnica, que se traduziu na unidade na diversidade pela salvaguarda dos interesses nacionais e proteção territorial, que as forças vivas da Nação conseguiram reerguer o poder que outrora se encontrava no destino dos invasores.

A Luta que na sua fase inicial suscitou diversas interpretações e, conseqüentemente, abandono de alguns camaradas que livremente decidiram lutar contra os seus irmãos, conseguiu ser uma realidade. Ao longo do percurso, mesmo com poucos recursos e preparação militar, os combatentes conseguiram significativas vitórias. A cada época foram surgindo novas conquistas que brotavam da confiança e

determinação, o fruto de intensas lutas nas matas da Guiné resultou na proclamação unilateral da independência da Guiné com sufixo Bissau.

Os guineenses conseguiram libertar e reapropriar-se do território devido a alguns fatores, com destaque para Unidade Nacional, pois, como se diz em língua guineense (Kriol), *un mon kata toka palmu*¹³⁸, então foi necessário a junção de Unidade, Luta e Progresso como símbolos que possibilitaram todo um conjunto de processos, que culminou com a independência unilateral da Guiné-Bissau.

4.4 A transição histórica, da Guiné dita portuguesa à Guiné-Bissau

Ao longo da minha trajetória estudantil na Guiné-Bissau fui ensinado que a Guiné-Bissau foi descoberta em 1444 ou 1446 pelos portugueses, por muito tempo carreguei esse pensamento. Após ter navegado nas leituras fora da curva abissal percebi que o meu país não foi descoberto, mas invadido pelos portugueses. Durante o período invasivo os residentes locais declinaram a qualquer estado de submissão até a proclamação da independência.

Depois de aproximadamente onze de (11) anos de Luta (23 janeiro de 1963 a 24 setembro de 1973) sacrifício e perda de vidas humanas para expulsar o invasor português, em 24 de setembro de 1973 os Combatentes da Liberdade da Pátria proclamaram solenemente e unilateralmente a Independência da Guiné-Bissau, ato que determinou o fim da ocupação colonial através da carta lida pelo João Bernardo Vieira, os portugueses não reconheceram a independência, mas os guineenses já celebravam a soberania. Foi necessário um ano de discussão para o reconhecimento da independência. A carta da proclamação do Estado da Guiné-Bissau trouxe as diferentes situações ao longo de todo o período invasivo.

¹³⁸“Só uma mão não faz aplausos”, o que significa dizer, a contribuição de todos foi importante no processo de resistência contra à invasão portuguesa. Se com duas mãos levou um tempo considerável para expulsão, se fosse apenas com uma mão, certamente levaria tempo maior, com base nisso que as duas mãos (unidade) foram fundamentais.

Figura 6 - Carta da Proclamação da Independência unilateral da Guiné-Bissau

-1-

PROCLAMAÇÃO DO ESTADO DA GUINÉ - BISSAU

A época actual da História da Humanidade caracteriza-se pela luta dos povos para a sua total emancipação do colonialismo, do imperialismo, do racismo e de todas as outras formas de dominação e opressão que impedem o engrandecimento e dignificação do homem, a paz e o progresso.

Nas regiões libertadas da Guiné - Bissau, o nosso povo, guiado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), sob a direcção esclarecida do seu fundador e militante N21, Amílcar Cabral, construiu no decurso de 17 anos de luta política e armada, uma vida nova e dispõe de uma organização política sólida, de uma organização administrativa em constante evolução, de uma organização judiciária, de uma economia em desenvolvimento, de serviços sociais e culturais, de forças armadas nacionais.

A histórica visita às regiões libertadas da Guiné-Bissau por uma missão especial das Nações Unidas, de 2 a 8 de Abril de 1972, veio confirmar perante a comunidade internacional o testemunho de dezenas de observadores imparciais e honestos, vindos de todos os continentes: - a autodeterminação do nosso povo e a existência de facto de uma estrutura estatal a funcionar com eficiência.

Em violação flagrante do Direito Internacional do nosso tempo, os colonialistas portugueses permanecem ainda em algumas parcelas do nosso território nacional. A mais alta instância internacional, a ONU, reconheceu inúmeras vezes a ilegalidade dessa presença, o direito inalienável do nosso povo de ser livre e soberano e a legitimidade da luta que trava contra o colonialismo português.

Com efeito, na base de histórica Resolução 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960, sobre a outorga da independência aos países e povos coloniais, a Assembleia Geral da ONU, nomeadamente na sua Resolução 2918 (XXVII), de 14 de Novembro de 1972, e o Conselho de Segurança, na Resolução 322 de 22 de Novembro de 1972, reafirmam o direito inalienável do nosso povo à autodeterminação e independência. Por outro lado, a IV Comissão da Assembleia Geral da ONU, sob proposta do Comité Especial de Descolonização, na XXVII sessão, reconheceu o

.../...

-2-

PAIGC, movimento de libertação da Guiné e Cabo Verde, como o representante único e autêntico do povo do território.

A Assembleia Nacional Popular, resultado dos sucessos alcançados pelo PAIGC na luta contra o colonialismo português, foi constituída na base do princípio de que o poder vem do povo e deve servir o povo. Ela compõe-se de representantes eleitos por sufrágio universal, directo e secreto, sendo a expressão da vontade soberana do povo da Guiné-Bissau.

Reunida na Região Libertada do Boé a 24 de Setembro de 1973, exprimindo a vontade soberana do povo, a Assembleia Nacional Popular,

PROCLAMA SOLENEMENTE O ESTADO DA GUINÉ-BISSAU.

O Estado da Guiné-Bissau é um Estado soberano, republicano, democrático, anti-colonialista e anti-imperialista e tem como seus primeiros objectivos a libertação total do povo da Guiné e Cabo Verde e a construção da união destes dois territórios para a edificação de uma pátria africana forte e em marcha para o progresso. A modalidade dessa união será estabelecida, depois da libertação dos dois territórios, de acordo com a vontade popular.

O Estado da Guiné-Bissau impõe-se o dever sagrado de agir no sentido de acelerar por todos os meios a expulsão das forças agressoras do colonialismo português da parte do território que ainda ocupam na Guiné-Bissau e no sentido de reforçar a luta nas Ilhas de Cabo Verde, parte integrante e inalienável do território nacional do povo da Guiné e Cabo Verde. Nas Ilhas de Cabo Verde será criada, chegada o momento oportuno, a Assembleia Nacional Popular de Cabo Verde, com vistas à formação do órgão supremo da soberania total do nosso povo e do seu Estado unificado: a Assembleia Suprema do Povo da Guiné e Cabo Verde.

O Estado da Guiné-Bissau considera como um dos princípios básicos da sua política externa o reforço dos laços de solidariedade e fraternidade combativa do nosso povo com todos os povos das colónias portuguesas; ele solidariza-se com os povos em luta pela sua liberdade e independência em África, na Ásia e na América Latina e com os povos árabes em luta contra o sionismo.

O Estado da Guiné-Bissau é parte integrante da África e luta pela unidade dos povos africanos, no respeito à liberdade, à dignidade e ao direito ao progresso político, económico, social e cultural desses povos.

.../...

-3-

No plano das relações internacionais, o Estado da Guiné-Bissau deseja manter e desenvolver os laços de amizade, cooperação e solidariedade com todos os países vizinhos - a República da Guiné e a República do Senegal, - com todos os Estados africanos independentes e com todos os Estados do mundo que reconheçam a sua soberania e apoiem a luta de libertação nacional do nosso povo. Estas relações têm como base os princípios da coexistência pacífica, do respeito mútuo da soberania nacional, da não agressão, da não-ingerência nos assuntos internos e da reciprocidade de vantagens.

O Estado da Guiné-Bissau assume a responsabilidade de promover o progresso económico do país, criando, assim, as bases materiais para o desenvolvimento da cultura, da ciência e da técnica, com vistas à elevação constante do nível de vida social e económico das nossas populações e para a realização final duma vida de paz, de bem-estar e de progresso para todos os filhos da nossa terra.

Tendo como base o nosso heróico Exército Popular de Libertação Nacional, o Estado da Guiné-Bissau vai dotar as nossas Forças Armadas Nacionais de todos os meios necessários para cumprir a missão de libertar totalmente o nosso país e defender as conquistas do nosso povo e a integridade do nosso território nacional.

A partir do momento histórico da proclamação do Estado da Guiné-Bissau as autoridades e órgãos do Estado colonial português que no seu território exercem qualquer poder político militar e administrativo são ilegais e os seus actos nulos e de nenhum efeito. Em consequência, o Estado português não tem o direito, a partir deste momento, de assumir quaisquer obrigações ou compromissos relacionados com o nosso país. Todos os tratados, convenções, acordos, alianças e concessões assinados no passado pelos colonialistas portugueses e relacionados com o nosso país, serão submetidos à Assembleia Nacional Popular, expressão suprema do poder do Estado, que procederá à sua revisão de acordo com os interesses do nosso povo.

O Estado da Guiné-Bissau afirma o princípio de que luta contra o colonialismo português e não contra o povo português, com o qual o nosso povo deseja manter relações de amizade e cooperação.

O Estado da Guiné-Bissau adere aos princípios do não-alinhamento. Ele
.../...

-4-

é partidário da resolução dos litígios entre as nações pela via das negociações e, nesse sentido, de acordo com as resoluções das mais altas instâncias internacionais, declara-se pronto a negociar uma solução que ponha termo à agressão do Governo colonial português, que ocupa ilegalmente uma parte do nosso território nacional e comete actos de genocídio contra as nossas populações.

As fronteiras do Estado da Guiné-Bissau delimitam o território cuja área está situada no Hemisfério Norte entre 12º 21' e 10º 59' de latitude e entre 16º 43' e 13º 90' de longitude oeste, ou seja entre a República do Senegal (ao Norte), a República da Guiné (a Sul e Leste) e o Oceano Atlântico (a Oeste). Esse território é composto duma parte continental, de um cordão de ilhas costeiras e do arquipélago dos Bijagós com todas as suas ilhas. Cobre uma superfície terrestre de 36.125 Km² e as respectivas águas territoriais, o que corresponde à área designada no passado como colónia da Guiné Portuguesa.

O Estado da Guiné-Bissau lança um apelo a todos os Estados independentes do mundo para que o reconheçam "de jure" como Estado soberano, de acordo com o direito e a prática internacionais. Ele exprime a sua decisão de participar na vida internacional, nomeadamente no seio da Organização da Unidade Africana e da Organização das Nações Unidas, onde o nosso povo poderá dar a sua contribuição para a solução dos problemas fundamentais do nosso tempo, da África e do Mundo.

Região do Boé, 24 de Setembro de 1973

Fonte: Arquivos Histórico do Inep – Guiné-Bissau

À revelia de todas as circulares de denúncias sobre o colonialismo português em África, de modo particular, na Guiné dita portuguesa, a carta de proclamação da independência do Estado da Guiné-Bissau destaca não só a Luta pela emancipação do colonialismo e imperialismo, mas também o racismo demonstrado durante a opressão do homem preto em África. O Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde guiado pelo seu líder Amílcar Cabral, ergueu durante vários anos a política de organização sólida, com a administração de uma economia que baseava no desenvolvimento e progresso social para a comunidade.

Por mais que tinha autodeterminação e confiança na condução do país, as ações do Partido faziam sentido com aprovação ou confirmação das outras entidades. Após terem libertado algumas localidades, a delegação das Nações Unidas visitou o país para se inteirar da situação, o Partido revela esse ato como grandioso. No sentido revolucionário, a referida visita não eleva a potencialidade do movimento libertador, mas sim o reconhecimento no concerto das nações.

A Assembleia Nacional Popular sendo um órgão vindo da vontade expressada pelo povo da Guiné contra à invasão portuguesa, serviu de comunicação para expor a vontade soberana da Nação guineense, proclamando o Estado da Guiné-Bissau solenemente. Desta forma, a Guiné-Bissau tornou-se um Estado soberano após a libertação dos territórios invadidos pelo Portugal.

O novo Estado vê-se no direito de acelerar a expulsão dos portugueses, o que significa dizer, os portugueses ainda ocupavam algumas partes da Guiné-Bissau, o Partido planejou essa ação no sentido de evidenciar esforços para reforçar as lutas em Cabo Verde, assim torna-se fato curioso, por qual razão foi proclamado apenas a independência da Guiné-Bissau, sendo que o PAIGC sempre incorporou os dois países na luta pela independência?

Não cabe a mim desenvolver a discussão dessa problemática nesse trabalho, porém a unidade de dois países erguidos por muitos anos não teve o seu desfecho da melhor forma possível, porque na carta da proclamação, a Assembleia Popular Caboverdiana foi delegada a missão de conduzir os trabalhos da proclamação da independência de Cabo Verde.

Mesmo com a proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau, o Estado guineense enquadrava na sua política externa a solidariedade e fraternidade como reforço na luta pela liberdade dos países que ainda se encontravam nas dependências dos invasores. Esta narrativa parte da solidariedade demonstrada entre os africanos em defesa dos seus territórios ocupados. Ora, a unidade a que se fazia menção conserva o progresso político, social, econômico e cultural de todos os povos.

Para os efeitos, o novo Estado planeja estabelecer e estender os laços de cooperação com os países que se alinhavam com a sua filosofia e que reconheceram sua independência, em particular com o Estado de Guiné Conacri, Senegal, assim como demais países africanos.

A carta também enaltece as propostas anteriormente apresentadas: a responsabilidade de promover e desenvolver o progresso econômico, criando bases que possibilitem o bem-estar da população com vista à redução da estratificação social alimentada pelo invasor português por muitos anos. A promessa também se estende ao Exército Popular de Libertação Nacional, na possibilidade de criar condições necessárias para a defesa dos territórios libertados e integridade do povo da Guiné-Bissau.

Após a proclamação da independência, as autoridades Bissau-guineense consideraram tardiamente a administração colonial de ilegal qualquer ato; todos os seus efeitos serão considerados nulos consoante a determinação de novo Estado. Em consequência disso, o Estado português não tem por direito assinar qualquer convenção e acordos. A Assembleia Nacional Popular seguirá com a revisão dos acordos anteriormente assinados pelo governo português.

Apesar da sua firme determinação no reconhecimento do novo Estado, as autoridades da Guiné-Bissau conservam boa relação com o povo português, tendo em conta que a luta não era contra esse povo.

Em termos de delimitação das fronteiras, o Estado da Guiné-Bissau não alterou as divisões impostas pela Conferencia de Berlim. Com isso, o país cruza fronteira com Senegal ao Norte e Guiné-Conacri ao Sul e Leste, tendo uma delimitação de 36.125 km², dividido em parte continental e insular, que compõe arquipélagos dos Bijagós e demais ilhas. Com essa formulação, o Estado novo apela o reconhecimento da sua independência por parte das Organizações da Unidade Africana, Nações Unidas e todos os países independentes.

Com a proclamação da Independência da Guiné-Bissau unilateralmente, praticamente noventa (90) países reconheceram-na. A afirmação do Estado guineense gerou o isolamento do Governo português junto à comunidade internacional. Ainda no mesmo ano, com o ato histórico que elevou a soberania do povo da Guiné-Bissau, a Organização da Unidade Africana “admitiu o Estado da Guiné-Bissau na Organização continental a 19 de novembro de 1973” (PEREIRA, 2003, p.207).

Uma tarefa difícil e quase impossível na visão de inúmeras pessoas foi cumprida com enorme sofrimento, dificuldades e angústia. A Guiné de sobrenome Bissau começava a caminhar com os próprios pés, procurando restabelecer o atraso causado pelo invasor português. Desta forma, unidos pelo problema comum, a Luta expressada por diferentes formas de resistências contribuiu para que os Combatentes da Liberdade da Pátria conseguissem chegar ao esperado Progresso. Por conta da simbologia que representava para a sociedade Bissau-guineense. O brasão da República da Guiné-Bissau traz em evidência os aportes da independência Unidade, Luta e Progresso como valores do povo sendo memoráveis por todas as gerações.

5 CONSIDERAÇÃO FINAL

Esta pesquisa evidenciou diferentes formas ou manifestações de resistência contra a invasão e difusão da cultura portuguesa no território conhecido como Guiné, que posteriormente foi batizado de Guiné portuguesa. Para os efeitos que visam costurar os discursos que legitimaram o referido território, foi necessário o substantivo (dita) para deslegitimar o discurso colonial, que desabrigou os nativos colocando-os na situação de clandestinidade. Assim, percebe-se, diante de todo o cenário que envolvia o desencontro cultural e luta dos mais variados grupos étnicos pela afirmação das identidades tidas como subalternas, a resistência manifestada através da cultura revelou a prova do patrimônio cultural africano.

Os autores que sustentaram a fundamentação teórica e os discursos advindos das entrevistas, permitiram que eu questionasse as formas de relação de poder no contexto de abordagem histórica, ao mesmo tempo desqualificar as linguagens que deslegitimaram a convivência africana.

Em face de um conjunto de atos desumanos perpetuados pelos portugueses que visavam essencialmente a separação dos grupos étnicos que mantinham suas relações na base de proximidade e trocas comerciais, a resistência unificada foi o caminho encontrado para travar os abusos, humilhações e perda da liberdade enquanto africano. Desse modo, a resistência baseada na unidade e diversidade permitiu a conservação e continuidade de inúmeras práticas que ainda hoje se avistam. Foi com base nesse pensamento que esta pesquisa enalteceu a História ignorada pelo pensamento ocidentalista.

Para possibilitar uma compreensão básica sobre este trabalho, na primeira seção foi apresentada os primeiros contatos, ou seja, os povos endógenos e o invasor português que, conseqüentemente, resultou em inúmeras disputas como forma de resistência face as imposições. A partir deste cenário, pude perceber que nos primórdios da invasão o objetivo visava trocas comerciais, porém a apropriação territorial foi tomando novas rotas à medida que controlavam certos interpostos de comércio. Diante de tal realidade, a insatisfação dos grupos étnicos se revelou através de pequenos grupos resistentes.

Vale lembrar que houve conflito entre os europeus por conta dos proveitos nas navegações. A inobservância de entendimento entre os invasores germinou a conferência de Berlim, que determinou algumas resoluções. Nessas condições,

Portugal procurava incessantemente efetivar o controle do território apropriado, todavia, com a forte resistência e hostilidade, o processo criou novos episódios de enfrentamento.

Para conter o avanço da tremenda resistência, os portugueses implementaram séries de políticas de repressão. Mesmo com as ameaças, as lutas pela garantia dos direitos básicos persistiram. Os tucas furiosos com a situação, reprimiram os trabalhadores, causando o massacre de *Pindjiguiti*. A partir desse momento, o movimento libertador entendeu que o estágio da incivilidade ultrapassou todos os precedentes e, prontamente, iniciaram o processo pedagógico de mobilização com vista à expulsão dos portugueses, que teve seu registro em 3 de agosto de 1959, data que marca o início da luta armada.

Na segunda seção discuti as diferentes fases e desdobramento da Luta armada. Este acontecimento expressou o nível de nacionalismo e insatisfação com os abusos perpetrado pelos tucas. A vontade, a determinação e a coragem são valores que caracterizam este glorioso ato em defesa da liberdade. Mesmo com poucas condições em termos de arsenal de guerra, os guerrilheiros enfrentaram tropas portuguesas.

Apesar dos avanços tidos na fase final da guerra, tendo em conta os apoios, não se pode refutar a importância do *mecinho*, ou seja, a espiritualidade e cantiga durante a Luta armada, a construção das narrativas desta seção foi possível graças as testemunhas da guerra de libertação, o trabalho de campo permitiu-me compreender a tamanha dificuldade desse processo.

Tendo posto em evidencia os valores nacionais como formas de reconhecer os princípios da convivência africana, a terceira seção enfatizou a unidade africana como pilar na luta pela emancipação de todos os pretos no mundo, de forma particular os africanos. De qualquer das formas, a independência aconteceria, mas a unidade na diversidade entre os grupos étnicos, de modo geral os africanos e afro-descendentes, possibilitaram a reconquista dos direitos. Todos esses grupos carregaram o sentimento de revolta como sinal de resistência cultural e a independência foi celebrada unilateralmente, a Guiné dita portuguesa foi substituída pela Guiné-Bissau.

Em suma, a Guiné dita portuguesa foi libertada da invasão por mérito de todos os guineenses, não apenas de um partido ou movimento e muito menos um líder. Com as palavras de ordem: **Unidade, Luta e Progresso**, a resistência venceu a

incivilidade, porque decidiram morrer do que perder a liberdade, 24 de setembro de 1973 ficou e ficará na memória de todos os Bissau-guineenses.

O enfrentamento direto com os portugueses foi uma manifestação de sentimento de rancor, de todos os atos de crueldade praticados desde a invasão.

Enfim, a resistência venceu a barbaria!

REFERÊNCIAS

AJAYAI. Jacob Festus Adeniyi. África do século XIX à década de 1880. *In*: HISTÓRIA geral da África, VI. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p.905-930.

AMADO, Leopoldo. **Da embriologia nacionalista à guerra de libertação na Guiné-Bissau.** Disponível em: <<http://www.didinho.org/Arquivo/daembriologianacionalista.htm>>. Acessado em 11 maio 2021.

ANDRADE, Mário Pinto. **Origens do nacionalismo africano:** continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911-1961. Lisboa, 1997.

ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR. **Constituição da Guiné-Bissau,** 1996. Disponível em <http://www.anpguinebissau.org/leis/constituicao/constituicaoquine.pdf/view>. Acesso em: 11 maio 2021.

AUGEL, Moema Parente. **“Ora di kanta tchiga”.** José Carlos Schwarz e o **Cobiana Djazz.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1997.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau.** Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

BÂ AMPATÉ, Amadou. **A tradição viva.** *In*: HISTÓRIA geral da África, I: Metodologia e pré-história da África, editado por Joseph KiZerbo. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

BERLIN, Isaiah. **Rousseau e outros cinco inimigos da liberdade.** Lisboa: Grávida, 2005.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura.** São Paulo: Peirópolis, 2009.

CABRAL, Amílcar. **Nacionalismo e Cultura.** Ed. Xosé Lois Garcia, 1999.

CABRAL, Amílcar. **Guiné-Bissau Nação Africa Forjada na Luta.** Lisboa, 1974.

CABRAL. Luís. **Crônica da libertação.** Lisboa: O Jornal, 1984.

CANÊDO. Bicalho Leticia. A descolonização da Ásia e da África: processo de ocupação colonial: transformações sociais nas colônias: os 57

CARDOSO, Carlos. **Conflitos Interétnicos: dissolução e reconstrução de unidades políticas nos rios da Guiné de Cabo Verde.** Soranda. **Revista de Estudos**

Guineenses, Guiné-Bissau, INEP, 1989.

Carta da proclamação do Estado da Guiné-Bissau.

CASTANHEIRA, José Pedro. **Quem mandou matar Amílcar Cabral?** 3. ed. Junho de 1999.

CÉSAIRE, Aimé, Discurso sobre el colonialismo, México: UNAM (s/f). DEVÉS VALDÉS, Eduardo. El pensamiento africano sudsahariano. 1ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2011.

Concedida a] Tedse Silva Soares da Gama. Trabalho de campo. Entrevista concedida para pesquisa sobre os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa. Bissau, 24 de agosto 2021.

CONNELL, Raewyn. **A iminente revolução na teoria social**, (2012)

CORREIA, Carlos. **A testemunha do Massacre de Pidjiguiti**. Entrevista à *Deutsche Welle* (DW) 2014. Disponível em: encurtador.com.br/cglzl. Acesso em: 16 mar. 2022.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismo e anti-racismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

DE JONG, Joop T. V. M. O Irã, o Fulano e Doença. **Revista de Estudos Guineenses** – nº5, janeiro 1988, pp.3-4.

DENGA, Quintino da Silva. Depoimento. [Entrevista concedida a] Tedse Silva Soares da Gama. Trabalho de campo. Entrevista concedida para pesquisa sobre os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa. Bissau, 09 de agosto 2021.

DIOP. Cheikh Anta. **A unidade cultural da África negra**. Esferas do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Edições Mulemba da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto, 2014.

EAGLETON, Terry. **A ideia da cultura**: tradução Sandra Castello Branco; revisão técnica Cezar Mortari. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro, 2002.

FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**: Salvador, 2008

FORTES, José Manuel. [Entrevista concedida a] Tedse Silva Soares da Gama. Trabalho de campo. Entrevista concedida para pesquisa sobre os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa. Bissau, 05 de agosto 2021.

FRANCO, Paulo Fernando Campbell. **Amílcar Cabral: a palavra falada e a palavra vivida**. 2009. Dissertação (Mestrado) - Programa de pós-Graduação em

História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://goo.gl/hfiJzj>. Acesso em: 11 maio 2011.

FUNDAÇÃO MÁRIO SOARES. **Arquivo histórico Casa Comum**. Disponível em: l1nq.com/ORSXu. Os documentos disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Bissau: <http://casacomum.org/cc/parceiros?inst=10>

GARCIA, Francisco Proença. **Guiné 1963-1974: os movimentos de independência, o islão e o poder português**. Universidade Portucalense Infante Dom Enrique, Portugal, 2010.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. Selo negro. São Paulo, 2005.

IÉ, Sambé. A Brief History of the Siko – musical instrument originated in Guinea-Bissau. Entrevista à Darne Family, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iMRDNZo4nSM>. Acessado no dia 29 de agosto 2022.

JOSEPH. K-zerbo. **História geral da África I: Metodologia e pré-história da África**. 2.ed.rev.- Brasília: 2010. 58

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. *In: África desde 1935*. Brasília: Unesco, 2010, pp.896-900.

LOPES, Carlos. Resistências africanas ao controle do território. Alguns casos da Costa da Guiné no século XIX. *In: Revista de Estudos Guineenses – (SORONDA)*. Bissau, 1989.

LOPES, Carlos. Guiné-Bissau à procura de um modelo sócia. **Revista de Estudos Guineenses – (SORONDA)**. Bissau, 1986.

M'BOKOLO, Elíkiá. **África negra, história e civilizações: do século XIX aos nossos dias**. Tomo II. São Paulo: Casa das Áfricas; Salvador: Edufba, 2011.

MANÉ, Mamadú. Uma das grandes entidades do património histórico Senegambiano. *In: Soranda. Revista de Estudos Guineenses*, Guiné-Bissau, INEP, 1989.

MATOS, José. O início da guerra na Guiné (1961-1964). **Revista militar**. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1066>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MAZRUI, Ali Al'amin. "Procurai primeiramente o Reino Político". *In: HISTÓRIA Geral da África, VIII. A África desde 1935 – Brasília: UNESCO, 2010, pp.125-136*.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite**; Ensaio sobre a África descolonizada. Edição Mulemba, Luanda, 2014

MENDES, Marcelino Luís. Depoimento. [Entrevista concedida a] Tedse Silva

Soares da Gama. Trabalho de campo. Entrevista concedida para pesquisa sobre os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa. Bissau, 11 de agosto 2021.

MENDY, Peter Karibe. A conquista militar da Guiné: da resistência à pacificação do Arquipélago dos Bijagós, 1917-1936. Soranda. **Revista de Estudos Guineenses**, Guiné-Bissau, INEP, 1992.

MENDY, Peter Karibe. Colonialismo português em África: a transição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959). Lisboa: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994. Mensagem de PAIGC sobre prisão dos seus agentes

MESGRAVIS, Laima. **A colonização da África e da Ásia**. São Paulo, 1994.
MONTAIGNE, Michel de. "Dos canibais". *In*: ENSAIOS. São Paulo: Abril, 1972, p. 104-110.

MONTEIRO, Artemisa Odila Cande. **Guiné-Bissau: Da luta armada à construção do Estado-Nacional e diversidade Étnica (1959-1994)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2013. 59 Movimentos de libertação – São Paulo: atual Campinas. Universidade Federal de Campinas, 1985.

MUDIMBE, Vumbi Yoka. **A invenção da África**. Gnose, Filosofia e Ordem do Conhecimento, Mangualde, Ed. Pedag. LDA, Luanda, 2013.

N'DJAI, Tchernó. **O Pensamento Político de Amílcar Cabral: Teoria e Prática em momentos decisivos na Libertação da Guiné-Bissau (1959-1969)**. Dissertação (em História Social das Relações Políticas) Universidade Federal do Espírito Santo. 2012. Disponível em: <http://dspace2.ufes.br/jspui/bitstream/10/3480/1/tese_4769_.pdf> Acesso em: 12 maio 2017.

N'KRUMAH, Kwame. **A África deve unir-se**. Lisboa: Ulmeiro, 1977. (Col. Terceiro Mundo e Revolução. Série 2).

NABIOTCHA, Ulé. Depoimento. [Entrevista Mapa da Guiné-Bissau].

NIANE, Djibril Tamsir. O Mali e a segunda expansão Manden. *In*: HISTÓRIA geral da África, IV. A África do século XII ao XVI – Brasília: UNESCO, 2010, pp.133-150.192. Nota de PAIGC sobre a reorganização do partido

OPOKU, Kofi Asare. A Religião na África durante a época colonial. *In*: HISTÓRIA geral da África, VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935 – Brasília: UNESCO, 2010, pp.589-624.

PAIGC. **História da Guiné e ilhas de Cabo Verde**. Porto: Ed. Afrontamento, 1974.

PEREIRA, Aristides. **Guine-Bissau, Cabo Verde: uma luta, um partido, dois países**. Lisboa: Editorial Notícias, 2003.

Polon – Arvore sagrada na Guiné-Bissau Porto de *Pindjiguiti* Representação do Sagrado no contexto da convivência do mundo espiritual.

SAMBU, N'tande. Depoimento. [Entrevista concedida a] Tedse Silva Soares da Gama. Trabalho de campo. Entrevista concedida para pesquisa sobre os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa. Bissau, 20 de agosto 2021.

SANTOS, Antônio Bispo. Colonização, quilombos modos e significados. Brasília 2015. SCHIEFER, Ulrich. Geister und Gewehre. Ethninen, Macht und Staat i Guinea-Bissau. In: KÖSSELER, Reinhart. SCHIEL, Tilman (Org.). **Nationalstaat und Ethnizität. Frankfurt: IKO – Verlag für Interkulturelle Kommunikation, 1994.**

SEIDE. Suleimane. **Ao Som do Kora: história e tradição mandinga na Guiné-Bissau.** Trabalho de Conclusão de Curso, 2016.

SEMEDO, Odete Costa. **Guiné-Bissau, culturas e sociedade e literatura.** Belo Horizonte: Nadyala, 2010.

SILVA, António E. Duarte. **A invenção e construção da Guiné-Bissau: administração colonial, nacionalismo, constitucionalismo.** Edição Almeida Sa, 2010.

SILVA, António E. Duarte. A independência da Guiné Bissau e a descolonização portuguesa. Porto: Afrontamento, 1997. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Bahia. Salvador, 2013.

SILVA, Giraldo Joaquim da. Depoimento. [Entrevista concedida a] Tedse Silva Soares da Gama. Trabalho de campo. Entrevista concedida para pesquisa sobre os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa. Bissau, 28 agosto 2021.

SILVA, Maurício Wilson Camilo da. **Arquiteturas de templos religiosos de matrizes africanas Sombra di polon: o embrião das moranças e tabankas da herança kaabunke.** In revista África e africanidade, publicado em 2017. Disponível em encurtador.com.br/acgmA. Acesso em: 11 maio 2021.

SOARES, Mário. Depoimento. [Entrevista concedida a] Tedse Silva Soares da Gama. Trabalho de campo. Entrevista concedida para pesquisa sobre os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa. Bissau, 28 de setembro 2021.

SOARES, LÚCIO. Depoimento. [Entrevista concedida a] Tedse Silva Soares da Gama. Trabalho de campo. Entrevista concedida para pesquisa sobre os manifestos da cultura e resistência face à ocupação colonial na Guiné dita portuguesa. Bissau, 29 de setembro 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravony, 1942- **Pode o subalterno falar?** Tradução de

Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa.
- BeloHorizonte: Editora UFMG, 2010.

SUSO, Foday Musa. Jali kunda: a memoir: *In*: KOPKA, M; BROKS, I. (Ed). **Jali Kunda**: gritos of West África and beyond. New York: Ellipsis, 1996

TSHIBANGU, Tshishku; AJAYI, Jacob Festus Adeniyi; SANNEH, Lemim. A religião e evolução social. *In*: HISTÓRIA Geral da África, VIII. A África desde 1935 – Brasília: UNESCO, 2010, pp.605-629.

UZOIGWE. Godfrey Nwanoruo. **Partilha europeia e conquista da África: Apanhadogeral**. *In*: História geral da África, VIP. África sob dominação colonial, 1880-1935.– 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010, pp.21-50.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS

Nome completo: _____

Nome de luta: _____

Com que idade aderiu a luta: _____

Idade atual: _____

Etnia: _____

Sexo: _____

Cidade de nascimento: _____

Zona/frente em que lutou: _____

Data da entrevista: ____/____/____

Horário: _____

Local da entrevista: _____

1. Como foi a sua infância?
2. O que ocasionou massacre de *Pindjiguiti*?
3. Quais etnias promoveram a greve?
4. Tem a ideia de quantas pessoas morreram?
5. Qual foi seu o principal motivo para aderir a luta armada?
6. Por que *Tite* foi escolhido como ponto de partida?
7. Como decorreu o processo de mobilização?
8. Qual grupo étnico teve mais participação na luta?
9. As pessoas aceitaram a ideia da unidade na diversidade para a luta?
10. Onde recebiam os treinamentos e como foi?
11. Os combatentes estavam preparados para a guerra mesmo sendo treinados?
12. Com que materiais iniciaram a guerra?
13. Quais países contribuíram com treinamentos e armamentos?
14. Como foi pensado as funções que os combatentes desempenharam?
15. Qual foi a estratégia utilizada para libertar a ilha de *Komo*?
16. Quais foram as dificuldades encontradas durante a luta?
17. Como surgiu a ideia da utilização de amuletos (*mecinhu*) como sinal de proteção?
18. As pessoas consultavam o *Djambacus* e/ou *difuntu* antes de participarem na luta?

19. As pessoas acreditavam no poder do *Iran*?
20. A unidade na diversidade e uso dos poderes tradicionais/espirituais foram elementos determinadores na libertação da Guiné?
21. Como foi o momento da proclamação da independência?
22. Como surgiu a ideia de usar a cantiga enquanto ferramenta de denúncia face aos abusos do poder colonial?
23. Qual foi o papel da cantiga e a música no processo da luta de libertação nacional?
24. Como foi possível mobilizar as massas populares através da cantiga?
25. Que tipo de mensagem as cantigas traziam?
26. Levando em consideração a diversidade linguística, como os grupos étnicos entendiam as denúncias contra o poder colonial através da cantiga?

APÊNDICE B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os Manifestos da Cultura e Resistência face a ocupação colonial na Guiné dita portuguesa

Pesquisador: Tedse Silva Soares da Gama

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 63953321.2.0000.5054

Instituição Proponente: Departamento de Estudos Interdisciplinares

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.801.865

Apresentação do Projeto:

Esse estudo acontecerá em dois momentos: inicialmente será realizada a análise historiográfica dos contatos que envolvem a resistência dos grupos endógenos contra portugueses, e os caminhos que possibilitaram a luta de libertação nacional, este momento contará com a pesquisa do cunho bibliográfico. Um segundo momento debruça sobre a luta de libertação nacional e contempla as pesquisas eletrônicas (Arquivo Casa comum) e entrevistas semiestruturadas com informantes em Guiné-Bissau.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar os manifestos de resistências culturais face à ocupação portuguesa em Guiné portuguesa, um território com diversos grupos étnicos espalhados nas diferentes regiões.

Objetivo Secundário:

Entender as circunstâncias que motivaram as resistências face a ocupação portuguesa; compreender a dinâmica das resistências assente na valorização cultural; perceber a contribuição das manifestações culturais e espirituais no contexto da luta de libertação nacional.

Continuação do Parecer: 5.801.865

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

risco do participante se emocionar diante dos questionamentos da entrevista e que de certa forma pode gerar um desconforto.

benefícios para a sociedade guineense, no sentido de rememorar os fatos que marcaram o processo da luta de libertação nacional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo poderá contribuir para discussões sobre a trajetória política e o impacto do colonialismo português na Guiné e os processos de luta anticolonial.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os Termos de apresentação obrigatória foram apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|------------------------|----------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1796613.pdf | 16/11/2022 11:33:24 | | Aceito |
| Outros | TERMO_DE_CONSENTIMENTO_verso_2.pdf | 16/11/2022 11:31:16 | Tedse Silva Soares da Gama | Aceito |
| Outros | PERGUNTAS.pdf | 16/11/2022 10:55:07 | Tedse Silva Soares da Gama | Aceito |
| Cronograma | CRONOGRAMA.pdf | 19/09/2022 14:50:55 | Tedse Silva Soares da Gama | Aceito |
| Declaração de concordância | DECLARACAOdeCONCORDANCIA.pdf | 22/08/2022 10:49:48 | Tedse Silva Soares da Gama | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaDeRosto.pdf | 22/08/2022 10:43:49 | Tedse Silva Soares da Gama | Aceito |
| Solicitação registrada pelo CEP | CARTA_APRECIACAO.pdf | 20/07/2022 22:23:31 | Tedse Silva Soares da Gama | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TERMO_DE_CONSENTIMENTO.pdf | 20/07/2022 22:07:14 | Tedse Silva Soares da Gama | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | DECLARACAO_DOS_PESQUISADORES.pdf | 20/07/2022 22:02:07 | Tedse Silva Soares da Gama | Aceito |

UFC - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ /



Continuação do Parecer: 5.801.865

| | | | | |
|--|--|------------------------|----------------------------|--------|
| Orçamento | DECLARACAO_DE_ORCAMENTO_FINANCEIRO.pdf | 20/07/2022 21:55:24 | Tedse Silva Soares da Gama | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | FIELDEPOSITARIO.pdf | 20/07/2022 21:54:05 | Tedse Silva Soares da Gama | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | brochura_investigador.pdf | 21/07/2021 09:37:26 | Tedse Silva Soares da Gama | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FORTALEZA, 08 de Dezembro de 2022

Assinado por:
FERNANDO ANTONIO FROTA BEZERRA
(Coordenador(a))